



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

03 de outubro 2012

05

Ata nº 05 | 03 outubro 2012

Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do Presidente da Mesa, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos, coadjuvado pela 1ª Secretária, Dr.ª Joana Maria Ferreira Vergas, PS e pelo 2º Secretário, Sr. Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS. -----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: --

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD -----

António José de Amendoeira Pêgo, PS -----

Carlos Manuel da Silva Mota, CDU -----

Pedro Miguel Barata de Almeida, PSD -----

António Pedro Mendonça Vieira, BE -----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

Paulo Jorge Clemente Mota, PSD -----

Maria Emília da Graça Soares, CDU -----

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD -----

Hugo Filipe Albuquerque, PS -----

Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, PSD -----

Ana Paula Chaves, PS -----

Maria Odete Lúcio Cosme, BE -----

Fernando Bernardes Domingos -----

Rodrigo António Ferreira Amado Rodrigues, CDU -----

Marco Bruno Rodrigues, PS (em substituição) -----

Manuel Luís Salgueiro, PS -----

João Vasco Clemente Mota, PSD -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rogério Luís Dias Santos, PS -----

José António Coelho Sobreira, PS -----

Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----

Joaquim Edgar Carreira Oliveira, PS -----

Fernando de Jesus Ramos, PS -----

Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS -----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal o Sr. Presidente de Câmara, o Sr. Vereador Eng. Pedro Franco, o Sr. Vereador Fernando Martins, o Sr. Vereador Dr. Pedro Reis, o Sr. Vereador Paulo Neves e o Sr. Vereador Prof. Mário Júlio. A Sr.^a Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues (PS)¹, nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Marco Bruno Rodrigues (PS). -----

Faltou à sessão o Sr. Fernando Bernardes Domingos (PS). -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezassete horas e cinquenta minutos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, deu início à sessão e apresentou os cumprimentos à Mesa, aos restantes membros desta Assembleia, aos representantes da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, à Comunicação Social e ao Público. -----

--Informou que, se encontrava disponível na Mesa para consulta a correspondência recebida pela Assembleia Municipal, no período que mediou a última sessão e o dia 03 de outubro de 2012. -----

-- Agradeceu os convites que endereçados, por todas as coletividades e entidades do concelho durante o referido período. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, deu início ao período da ordem do dia e leu os assuntos nela incluídos. -----

1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS Nº 8/2010, Nº 3/2011, Nº 4/2011, Nº 7/2011, Nº 8/2011 E Nº 3/2012 -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou a palavra para relembrar, que numa tentativa de atualizar o máximo de atas em atraso e por lapso, foram aprovadas 3 atas sem a prévia retificação da Dr.^a Maria Manuel. No entanto, foi endereçado à Dr.^a Maria Manuel um pedido de desculpas e solicitados os respetivos contributos, tendo a mesma efetuado pequenas alterações em relação à ata de 05/10/2010, mantendo-se as restantes inalteradas. -----

-- Agradeceu também à Dr.^a Hélia Batista, Eng.^a Luísa Pato e Sr. António Pêgo pelos contributos prestados. -----

¹ A pedido da Sr.^a Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues (PS) foi retirado o título de "doutora", que se aplica a partir desta ata.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

—Informou ainda que as atas vão ser discutidas na globalidade e votadas individualmente. Não havendo intervenções, colocou à votação a ata nº 8/2010. -----

✓ A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a ata nº 8/2010, com 22 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD e 2 do Grupo da CDU, 2 votos contra do Grupo do BE e 1 abstenção do Grupo da CDU. -----

Declarações de Voto: -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a declaração de voto do Grupo do BE, dizendo que votava contra a aprovação das atas nº 8/2010, nº 3/2011, nº 4/2011, nº 7/2011, nº 8/2011 e nº 3/2012, dado que deviam ter sido aprovadas anteriormente e era impossível lembrar-se do que aconteceu nas referidas sessões. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, fez a sua declaração de voto e referiu abster-se na votação das atas, dado as mesmas respeitarem um período de suspensão do seu mandato. -----

✓ A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a ata nº 3/2011, com 19 votos a favor, 13 do Grupo do PS, 5 do Grupo do PSD e 1 do Grupo da CDU, 2 votos contra do Grupo do BE e, 3 abstenções, 1 do Grupo do PS e 2 do Grupo da CDU. -----

Declaração de Voto: -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Rodrigo Rodrigues, da CDU, fez a sua declaração de voto e disse abster-se na votação da ata nº 3/2011 e nº 3/2012, dado não ter estado presente nas referidas sessões da Assembleia. -----

✓ A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a ata nº 4/2011, com 22 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 5 do Grupo do PSD e 2 do Grupo da CDU, 2 votos contra do Grupo do BE e, 2 abstenções, 1 do Grupo do PSD e 1 do Grupo da CDU. -----

✓ A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a ata nº 7/2011, com 22 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 5 do Grupo do PSD e 2 do Grupo da CDU, 2 votos contra do Grupo do BE e, 2 abstenções, 1 do Grupo do PSD e 1 do Grupo da CDU. -----

✓ A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a ata nº 8/2011, com 22 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 5 do Grupo do PSD e 2 do Grupo da CDU, 2 votos contra do Grupo do BE e, 2 abstenções, 1 do Grupo do PS e 1 do Grupo da CDU. -----

✓ A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a ata nº 3/2012, com 22 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 5 do Grupo do PSD e 2 do Grupo da CDU, 2 votos contra do Grupo do BE e, 2 abstenções, 1 do Grupo do PSD e 1 do Grupo da CDU. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de colocar à discussão o ponto 2, solicitou autorização aos membros da Assembleia para o Dr. Martins da Cunha proceder a uma breve exposição dos assuntos propostos a deliberação. De seguida, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, usou a palavra e em nome da



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bancada do PSD, disse não ter qualquer interesse na intervenção do ROC, uma vez que tal não aconteceu aquando da apresentação semestral do saneamento financeiro ou do relatório de saneamento financeiro em determinados semestres que não foi apresentado atempadamente. -----

-- Tratando-se de um órgão político que articula os presidentes de junta, executivo municipal e todos os eleitos pelos eleitores do concelho do Cartaxo, é eminentemente um órgão político, não sendo necessário recorrer a explicadores para compreender o que estava em causa quanto ao apresentado, pelo que o Grupo do PSD dispensa tal intervenção. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no seguimento da intervenção do Dr. Vasco Cunha, acrescentou que os membros da Assembleia podem solicitar esclarecimentos por parte dos técnicos do município, anotando não ter sido proposta a intervenção dos técnicos quando foi pertinente. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, referiu ser entendimento da CDU que o recurso à opinião dos técnicos deve ser feito caso a Assembleia entenda ser pertinente ou não a referida intervenção. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pêgo, do PS, salientou que o Grupo do PS não vê qualquer inconveniente quanto à proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia. -----

2 – DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO ESTRUTURAL DO MUNICÍPIO DO CARTAXO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, usou a palavra para informar que é recorrente o Sr. Presidente da Câmara dizer que o BE faz confusão na análise, que estão a pedir contas com contabilidade orçamental e contabilidade patrimonial. -----

-- Disse que contabilidade orçamental refere-se ao orçamento feito anualmente, onde constam rubricas dotadas de verbas referindo-se à parte da despesa, a receita é igual. Nestas rubricas cada vez que o executivo pensa fazer uma despesa deve cabimentar obrigatoriamente a mesma, cabimento esse que mais tarde vai dar origem a um compromisso, que por sua vez origina um documento que vai ser registado na contabilidade patrimonial. -----

-- Referiu que a contabilidade patrimonial refere-se à relação do município com terceiros, os respetivos documentos são faturas, documentos de fornecedores, vencimentos a funcionários, empréstimos ou todos os documentos respeitantes à banca, pagamentos ao Estado e entidades públicas. -----

-- Afirmou que todos os documentos têm, obrigatoriamente, como contrapartida uma receita e sempre que a mesma não exista a 31 de dezembro significa uma dívida, que passa para o orçamento do próximo ano. -----

-- Salientou que o orçamento de 63 M€ não é ambicioso, por abarcar a dívida do ano anterior, dado que um orçamento feito com a dívida do ano anterior acrescenta as despesas correntes do orçamento de Estado para o próprio ano, daí a relação da contabilidade orçamental com os movimentos. Assim,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todas as questões que vão ser discutidas referem-se a contabilidade patrimonial. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, referiu que este ponto refere-se à situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município do Cartaxo e é para deliberação. -----

-- Salientou que o Município é liderado pelo PS e autarcas do PS há quase 40 anos, exceto num breve período em que o PS não teve maioria absoluta, pelo que a gestão do município foi da responsabilidade do PS e da maioria absoluta. -----

-- Anotou ter iniciado a sua vida autárquica aquando do mandato do Dr. Renato Campos e descobriu o que era ser autarca fazendo o melhor que sabia pelos municípios do país. -----

-- Depois houve uma 2ª geração de autarcas, ilustrada através do Dr. Conde Rodrigues e Dr. Francisco Pereira e que corresponde à chegada dos licenciados e dos técnicos ao poder local, como a geração de esperança, que pode garantir para muitos técnicos e entendidos, sobretudo para muitas populações, de que a gestão autárquica pudesse ser feita ainda de forma mais profissionalizada. -----

-- Posteriormente há uma 3ª geração, capaz de desbaratar uma fortuna e que tem sensivelmente início em 2001 no concelho do Cartaxo, com resultados à vista. -----

-- De seguida, procedeu à leitura de um conjunto de documentos que reportam a declarações de voto da sessão da Assembleia de 5 de dezembro de 2005, 21 de dezembro de 2006, 28 de abril de 2008, 30 de dezembro de 2008, 20 de julho de 2010, bem como extrato de ata 3 de 26 de abril de 2011 (páginas: 42 a 46, 49 a 51 e 53), situação financeira do Município do Cartaxo de 28 de dezembro de 2011, proposta para deliberação sobre a auditoria externa às contas da Câmara Municipal de 29 de fevereiro de 2012, Moção sobre a atuação da Câmara Municipal do Cartaxo de 28 de junho de 2012 e declaração de voto sobre o Relatório de Gestão (RG) de 2011 com as "Demonstrações Financeiras" (DF) e o "Parecer e Certificação Legal de Contas" de 30 de abril de 2012. (**Anexo 1**) -----

-- Referiu que o PSD teve a coerência que, infelizmente e atempadamente, antecipou o que vai ser feito, o acordo de o Município passar a uma situação de desequilíbrio financeiro e que mesma deve-se apenas a uma maioria que governa o município há quase 40 anos. Sempre que o PSD anunciava más notícias, significava para alguma da maioria que governa o município, afirmar que pretendiam aproveitar os maus resultados para fazerem tais afirmações. -----

-- Por último, disse que após quatro mandatos como membro da Assembleia, um mandato no executivo municipal e outro que completou no executivo municipal, é o dia mais triste de um ato municipal da CMC. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, usou a palavra para fazer uma consideração sobre a ocultação do ofício da DGAL, datado de 11 de junho e com aviso de receção, sobre o desequilíbrio financeiro estrutural ou rutura financeira da Câmara. -----

-- Destacou a realização de sessões da Assembleia, reuniões de Câmara e discussões, onde o BE foi acusado de dizer isso mesmo e desmentidos vários membros da oposição. -----

-- Realçou que apenas o PS não acertou no diagnóstico, já em 2006 toda a oposição disse que a CMC



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava a desgovernar-se e em 2008 o BE votou contra o saneamento financeiro apresentado pelo Dr. Paulo Caldas, anotando que era nessa altura que devia ter sido feito o reequilíbrio financeiro. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, usou a palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a intervenção do representante da firma Marques da Cunha na reunião de Câmara, sobre o facto de não ter sido realizado o estudo financeiro. -----

-- Anotou a existência de um ajusto direto para a firma Marques da Cunha elaborar o estudo financeiro, bem como a troca de e-mails, até com a Assembleia Municipal, referente ao envio de documentos respeitantes ao estudo financeiro por parte da firma. -----

-- Solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre a firma realizar o estudo financeiro e emitir um parecer sobre o mesmo, questionando onde está a segregação de funções, diretriz da Sociedade Revisora dos Oficiais de Contas, integridade e transparência. -----

-- Destacou o facto de a oposição fazer referência desde 2006 ao desequilíbrio financeiro da Câmara Municipal, bem como a oposição alertar a firma Marques da Cunha numa sessão da Assembleia, para a questão da criação de reservas sobre a verba que tinha entrado da receita da água que era para 30 anos e entrou num só ano, tal como no ano 2008 aconteceu com a verba das contrapartidas da Ota, que serviu para mascarar o endividamento excessivo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, cumprimentou os presentes e quanto à intervenção do Dr. Vasco Cunha pensa que durante algum tempo as declarações e a documentação produzida em sede de órgãos autárquicos fosse no sentido daquela que trouxe no passado, porque acaba por ser o desenvolvimento muito semelhante ao papel que o PSD sempre assumiu no concelho. -----

-- Relembrou que em 2005, não existia um indicador que levasse a crer que, por exemplo o IVA da eletricidade aumentasse 17% em 2012, ou que as receitas do orçamento geral do Estado diminuíssem em 50 mil contos só neste ano, assim como despesas nas escolas com deficits superiores a 400 mil euros, aumento abrupto do preço dos combustíveis, retenção de 50 mil euros para a reavaliação dos imóveis tal como a diminuição da receita natural de impostos. -----

-- Todos os aspetos focados representam 1 M€ de redução efetiva da receita, a não ser que houvesse uma premonição em 2005. -----

-- Acredita que quem executava visava o desenvolvimento de políticas de investimento geracionais, como o centro cultural, estádio municipal, nó de autoestrada, campos sintéticos nas diversas freguesias, muitas das coletividades, entre outras. Destacou proporcionar a estabilidade financeira ao município nos próximos 20 anos. -----

-- Relembrou que o ofício da DGAL refere-se a informação consolidada no final de 2011 e do conhecimento público, estando mesmo no site da DGAL, resultante de conclusões retiradas, que o próprio antecipou em dezembro, sobre o Município carecer de uma nova modalidade e visão para alcançar o patamar da estabilidade, através do cumprimento de competências e atribuições, descentralizar verbas para as freguesias, prestar apoio e melhorar determinados aspetos, no sentido



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

gajss

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de diminuir a estrutura de custos com encargos diretos. -----

-- Destacou uma redução superior a 70% nos custos com o tipo de abordagens e adjudicações, sendo uma necessidade assumida pelo executivo e priorizados outros patamares de canalização de receita. -

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, solicitou a palavra para referir que há municípios que com encargos idênticos não têm a mesma dívida da Câmara Municipal. -----

-- Frisou que fazer o estudo não que dizer que o mesmo fosse bem feito, bem como a realização de um ajuste direto em agosto à Firma Marques da Cunha para elaboração de um estudo financeiro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, usou a palavra para referir que uma amálgama de palavras difíceis e complicadas não significa um esclarecimento das situações, pelo contrário representam o escamotear das mesmas. -----

-- Anotou que a CDU marca presença com a intenção de resolver os problemas do município e sempre com uma participação ativa positiva, nunca numa ótica como chegou a ser acusada várias vezes de política de bota abaixo, mas sim uma política de alerta para situações que, previsivelmente, iam causar a situação em que se encontra o Município, embatendo com uma atitude leviana de assobiar para o lado e de pura satisfação de caprichos apelidados de investimento, alguns deles não passaram de caprichos e alucinações, quando alguns dos verdadeiros investimentos ainda estão por fazer, como o caso das zonas industriais e empresariais. -----

-- Estando o Município em caso de desequilíbrio financeiro estrutural, sucessivamente negado pelo Dr. Paulo Caldas e atual Presidente de Câmara, finalmente, foi reconhecido pelos seus responsáveis dos executivos socialistas do Cartaxo e apela-se ao seu reconhecimento, quando já era denunciado pela CDU e outras forças políticas da oposição. -----

-- Salientou não entender o facto de o ofício da DGAL ter sido mantido em segredo desde junho, podendo a CDU ter ajudado a refletir sobre a situação. -----

-- Lamenta o executivo ter convocado os membros da Assembleia anteriormente, para refletirem e decidirem a solução para o concelho. -----

-- Salientou que as forças políticas da oposição disponibilizaram-se para participar com o executivo no encontro de soluções referentes à situação de desequilíbrio financeiro estrutural ora constatado. -----

-- Manifestou o seu descontentamento pelo Sr. Presidente da Câmara, após a reunião de Câmara e em entrevista à Rádio Cartaxo, ter desafiado a oposição a mobilizar-se com o executivo no sentido de encontrar soluções para o município e não ter expressado tal intenção momentos antes. -----

-- Fez alusão à sessão da assembleia ordinária de 28 de fevereiro de 2012, na qual a oposição questionou o Sr. Presidente da Câmara quando é que ia convocar a oposição para uma reunião com a oposição, que justificou com a falta de condições para a sua realização e comprometeu-se com uma reunião para o dia 7 de março. No dia 5 de março os líderes de bancada da Assembleia foram notificados pelo Presidente da Mesa, informando que a reunião ia ser adiada para o próximo dia 9 por



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impedimento de agenda do Sr. Presidente da Câmara. Antes do dia 9, os líderes de bancada da Assembleia foram novamente notificados sobre o adiamento da reunião para o dia 12 de março, devido a problemas de agenda do Sr. Presidente da Câmara. Por sua vez antes da reunião do dia 12, a mesma foi adiada e nunca mais foi convocada. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou a palavra para recordar o que era referido nos documentos presentes na sessão da Assembleia de julho de 2008, respeitante à proposta para adesão ao saneamento financeiro. -----

-- Anotou ter sido entregue um documento que refere que a *"contração de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, com o objetivo de consolidação dos passivos financeiros e da reprogramação da dívida do Município do Cartaxo, no âmbito do artigo 40º da Lei das Finanças Locais e o Decreto-Lei 38/2008, apresenta-se como a solução mais viável para a resolução dos compromissos financeiros do Município, permitindo designadamente a imediata solvência de passivos a fornecedores, após aprovação em Assembleia Municipal do empréstimo e do plano e estudo económico-financeiro apresentados e necessário o visto do Tribunal de Contas"*. -----

-- Em julho de 2008 era garantido que o saneamento financeiro resolvia todos os problemas, pelo que questiona o que aconteceu ao saneamento financeiro e recordou que foi concessionada a água e a dívida que desceu voltou novamente a subir. -----

-- Fez alusão à entrevista do Dr. Paulo Caldas ao jornal "Povo do Cartaxo", aquando da sua saída do executivo municipal, onde disse que em relação ao endividamento municipal estava salvaguardado o pagamento de salários, prestações às instituições financeiras, investimentos a maior parte dos quais assegurados a financiamentos a fundo perdido. Porém, o pagamento da dívida a empreiteiros e fornecedores não estava completamente salvaguardado, sendo esse o grande desafio para 2012. -----

-- Referiu ainda não deixar a Câmara na falência, tratava-se uma ideia criada por alguns detratores há 5 ou 7 anos, pois quando assumiu funções havia uma dívida na ordem de 10 M€ que passou para 42,6 M€, atendendo à passagem de despesas de capital residual para investimento. -----

-- Salientou tratar-se de um estado otimista que o Dr. Paulo Caldas deixou no concelho e publicação no jornal o "Povo do Cartaxo", e que não viu o atual Presidente de Câmara discordar das afirmações. -

-- Disse que o programa de saneamento financeiro não resolveu os problemas das finanças municipais de acordo com o previsível, assim como o recurso à concessão das águas e saneamento, pelo que questionou se a culpa era do PSD, CDU ou BE que, desde 2005, alertaram para o caminho onde a CMC podia chegar, que verificou-se. -----

-- Frisou que o Sr. Presidente da Câmara é apenas a face de um grupo, que levou o Município à situação de desequilíbrio financeiro da autarquia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Fernando Ramos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Ramos, do PS, na sequência das várias intervenções, referiu que deve ser assumido tudo o que for deliberado na sessão da Assembleia, tal



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como o que foi feito no passado. Relembrou que há 10 anos atrás, Vale da Pinta era a freguesia do concelho com menos investimento, atualmente tem o mercado, a sociedade cultural que inclui a escola de música, orquestra juvenil, karaté, ginástica, banda filarmónica, grupo coral, ou o rancho folclórico sem sede, não esquecendo o parque infantil, o pavilhão polivalente, a cozinha no jardim de infância, o refeitório na escola, pelo que questiona os custos das benfeitorias enumeradas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o Ponto 2. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, a declaração de situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município do Cartaxo, com 21 votos a favor, 14 do Grupo do PS e 7 do Grupo do PSD, e 5 votos contra, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

Declaração de Voto: -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, fez a declaração de voto do Grupo do BE, referindo que o BE tem conhecimento do desequilíbrio estrutural financeiro da autarquia desde 2008 e nessa altura devia ser feita a aceitação da situação. -----

Declaração de Voto: -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, disse que o PSD foi coerente com o que afirmou ao longo dos anos quanto à questão da necessidade de reequilíbrio financeiro por parte da CMC aquando do saneamento financeiro. Neste sentido, pensa que já devia ter sido ponderado o reequilíbrio financeiro tal como foi focado pelo BE. -----

-- Referiu que o sentido de voto do Grupo do PSD é o município entrar em reequilíbrio financeiro, considerando ser uma situação inevitável para a Câmara Municipal do Cartaxo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, manifestou o seu descontentamento pela ausência do Sr. Presidente da Câmara aquando das declarações de voto e leu a Proposta do Grupo do PSD. (*Anexo 2*) -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, na sequência da proposta apresentada pelo PSD, entende que a situação é dramática e as perspetivas não são boas para a juventude. Pensa ser uma proposta imbuída numa carga dramática excessiva, é um simbolismo que não vai resolver e desconhece se será um simbolismo correto, apesar de ter sempre apostado na juventude para a resolução de problemas, que outros da geração anterior deixaram como herança. ---

-- Acredita numa juventude bem viva e capaz de resolver os problemas, porém manifestou relutância quanto ao voto de silêncio por algo que considera ser bastante vivo e de quem ainda espera muito. ---

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Alfredo, do PS, solicitou esclarecimentos ao Dr. Gonçalo Gaspar por não entender se o minuto de silêncio é para a juventude local ou nacional, dado a juventude nacional estar a sofrer graves consequências. No entanto não concorda com a proposta por respeitar a pessoas, que vão estar vivas daqui por alguns anos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, esclareceu tratar-se de um



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

voto em prol da juventude do concelho do Cartaxo e da juventude da freguesia de Valada, assim como para a juventude nacional, no caso das parcerias público-privadas também é demonstrativo que, nos próximos 20 anos, alguém terá de pagar e não vai ser a geração que criou o problema a resolvê-lo. ---

3 – PLANO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DO CARTAXO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma Moção do BE intitulada “Ao lado dos cidadãos, não dos bancos”. -----

MOÇÃO “RESGATE E REEQUILÍBRIO FINANCEIROS” (BE) -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, procedeu à leitura da Moção “Ao lado dos cidadãos, não dos bancos”. (Anexo 3) -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, na sequência da intervenção do Sr. Carlos Mota, foi referido que em março do corrente o Sr. Presidente da Assembleia convocou os coordenadores de cada grupo parlamentar para reunirem sobre a situação financeira do município. ---

-- Desde então, o PSD nunca mais foi convocado para uma nova reunião após duas tentativas, que confirmam o que a bancada da CDU também afirmou. -----

-- Salientou que o único autor do plano proposto é o executivo municipal e os vereadores do PS, nunca o PSD foi consultado para dar a opinião sobre a situação ou o que pensavam do plano de reequilíbrio financeiro para o Município do Cartaxo, ou questionado sobre as alternativas a acrescer ao referido plano. -----

-- Do seu ponto de vista o plano merece a confiança unicamente dos deputados do PS da Assembleia

-- Recordou que o PSD viabilizou, através da abstenção, a solução do saneamento financeiro. Como tal, pensa ter-se chegado ao limite da credibilidade do apresentado de uma única fonte e único autor, bem como compreende que a Moção apresentada pelo BE tenha aquele grau de intensidade. -----

-- Salientou que o sentido de voto é a abstenção, apesar de compreender a posição do BE, trata-se de um momento crítico e final das contas do Município do Cartaxo, bem como é da opinião que todos deviam ter sido chamados a contribuir para tal situação e consolidar posições. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Dr.ª Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, questionou todos os eleitos sobre a possibilidade de prescindirem das senhas de presença a favor dos cidadãos, dado que os pressupostos focados pelo BE representam uma poupança de 250 mil euros, que o executivo poderia dar como contrapartida à Cartágua, evitando que não entrasse em vigor a compensação de 200 mil euros à Cartágua devido ao tarifário ter sido chumbado pela população em agosto. -----

--- Questionou ainda sobre o plano de ajustamento financeiro, que contém ênfases por parte do ROC sobre o montante considerado para responsabilidade e a liquidar por processo judiciais em curso, com o cuidado de dizer que foi calculado pelos serviços jurídicos do município, pelo que solicitou acesso aos mapas e documentos que levaram ao resultado de 1,3 M€, bem como a criação de provisões necessárias para as situações. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-- Anotou ainda que o parecer do ROC relativo ao plano confere apenas um nível de segurança moderado, pelo solicitou qual a percentagem de moderação aplicada no parecer. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, começou por referir que nem sequer no plano formal a CDU está em desacordo com a Moção do BE, apresentando um estilo que não é o habitual, sendo o conteúdo a ser apoiado pela CDU com exceção de um ou outro detalhe como o ponto 11, que não impedem a aprovação da mesma. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, solicitou a opinião do Sr. Presidente da Câmara e dos membros da Assembleia sobre a Moção apresentada pelo BE e anunciou que o BE vai abicar do pagamento das senhas de presença a partir da presente sessão. ----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal acha que o teor da Moção contém um conjunto de imprecisões graves, respeitantes à duplicação da dívida de 4 anos ou à dívida da Rumo 2020 não ser considerada no plano. Salientou que esta última está designada no plano e consta num dos mapas. ---

-- Estranhou que, após análise minuciosa da documentação, não dessem conta que os elementos eram considerados prevendo o encerramento da empresa municipal com a transferência de verbas previstas no contrato programa na ordem dos 760 mil euros na base anual, para solver todos os compromissos anteriormente assumidos. -----

-- Quanto ao facto de o Ponto não ter sido previamente discutido, apenas acrescentou que à referida desculpa subjaz o princípio que não houve um acompanhamento, que a data da legislação que regulamenta toda a legislação e diz como a mesma é produzida foi lançada em Diário da República. --

-- Relembrou que o trabalho foi feito em 2 semanas e no mês de março alertou para a necessidade da existência de uma Portaria, tal como foi referido pelo Sr. Carlos Mota. De acordo com indicações do governo, as diligências aconteciam mais cedo e nunca esforçando os colaboradores e técnicos, ou a capacidade de análise. -----

-- Reconheceu dificuldades na análise em apenas 48 horas e que o argumento da inexistência de discussão, de qualquer tipo de diligência ou abordagem aos eleitos em cada um dos órgãos, deveu-se à existência da Portaria, tal como aconteceu com outras câmaras municipais. -----

-- Destacou a existência de algumas imprecisões nas taxas de juro, porque os 3,35% e os 6,25% para o PAEL e o empréstimo de reequilíbrio, anotou que as mesmas são estimadas, com a primeira designada na Portaria e com uma evolução da base anual. -----

-- Pretende-se espelhar no Plano a pior das condições que a Câmara vai ter de enfrentar em termos de planeamento para a concretização da Câmara, que surge na documentação distribuída seja considerada como verdadeira, conseguindo taxas mais baixas do que aquelas que mencionou. -----

-- Referiu tratar-se de um Plano que responde e consolida o nível de respostas com um conjunto de propostas desajustado, tendo a CMC encontrado outro caminho mais rápido e célere, com menos prejuízos para os membros da Assembleia. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-- Destacou a existência de um compromisso até ao final do ano, permitindo a CMC duplicar o nível de poupança da estrutura de custos previsto no plano, com um prazo de pagamento previsto inferior a 60 dias. -----

-- Disse que o montante de 1,3 M€ relativo a provisões aparece refletido nos mapas distribuídos e referem-se a processos judiciais e estimativas de revisões de preços. No entanto está confiante que não se verificará o valor, aparecendo como uma nota do ROC, pelo que a estimativa dos serviços jurídicos da autarquia relativos às empreitadas devem ser considerados dessa forma. -----

-- Considerou desajustados juros de 6,25% relativamente a ARD's, que sendo dívida a fornecedores são carregados no PAEL. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara quanto à legislação ter chegado à Câmara em setembro, pensa que o mesmo está a referir-se ao PAEL e ao plano de reequilíbrio financeiro, cuja lei que regula o instrumento é de 2008. -----

-- Salientou não ser uma nota do ROC, mas sim uma chamada de atenção, tendo o mesmo afirmado na reunião de Câmara que uma ênfase é uma chamada de atenção. -----

-- Anotou não estar mencionado nos mapas, estando o Sr. Presidente da Câmara a confundir 1,3 M€ de processos judiciais com empreitadas e outras situações. Quanto ao facto de ter 15 dias para preparar toda a documentação, disse que o ofício da DGAL deu entrada na Câmara em junho com aviso de receção e aconselha determinadas diligências para preparar o reequilíbrio financeiro, embora tenha um carimbo e a data de conhecimento do ofício de agosto. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, solicitou a palavra para recordar que as convocatórias para as diversas que nunca se realizaram, foram após a tomada de posse do Sr. Presidente de Câmara em que via como solução para a crise financeira do Município a reestruturação da dívida, implicando a renegociação com os bancos da dívida do Município. Na altura não era colocada a hipótese de recurso ao reequilíbrio financeiro, muito menos ao PAEL. -----

-- Salientou que o executivo tem mostrado sempre um afunilamento de soluções possíveis para a resolução da crise do Município, tratando-se de uma solução para ouvir outras opiniões, que trabalhadas em conjunto com todas as partes resultavam no encontro de soluções para o município e com menor prejuízo para os munícipes. Anotou que em 15 dias não houve condições para realizar uma consulta aos membros da Assembleia, que podia ter sido anterior a este curto espaço de tempo.-

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano, do PS, usou a palavra para referir votar favoravelmente a moção do BE, caso sejam retirados todos os pontos e mantida apenas a suspensão do pagamento das senhas de presença aos membros da Assembleia. -----

-- Anotou que já não se verificam algumas das propostas apresentadas pelo BE, concretamente o pagamento de horas extraordinárias ou abertura de quadros de pessoal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Int
garn
[Signature]

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, informou que os membros do BE abdicam das senhas de presença a partir da presente reunião. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação a Moção. -----

A Assembleia Municipal deliberou rejeitar por maioria, a Moção sobre o “Resgate e Reequilíbrio Financeiros” apresentada pelo Grupo do BE, com 5 votos a favor, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 15 votos contra do Grupo do PS, e 7 abstenções, 6 do Grupo do PSD e 1 do Grupo do PS. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o Ponto 3. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, o Plano de Reequilíbrio Financeiro do Município do Cartaxo, com 14 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 1 abstenção do Grupo do PSD. -----

Declaração de Voto: -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, fez a declaração de voto do Grupo da CDU, dizendo que votavam contra, porque o executivo já deu provas suficientes de não conseguir gerir financeiramente o Município, acrescentando a possibilidade de terminar a capacidade de cumprimento dos protocolos. -----

-- Referiu que as pesadas multas e juros incontrolláveis decorrentes do não cumprimento estrito do plano de pagamento recairão sobre os eleitos que aprovaram o mesmo e os técnicos responsáveis pela sua execução. Salientou não confiar no executivo, que tem gerido tão mal as finanças do Município, para depositar a sua confiança e não sujeitar-se a multas por não execução e da qual não tem responsabilidade mas que aprovam. Neste sentido o Grupo da CDU vota contra a aplicação do plano de reequilíbrio financeiro. -----

Declaração de Voto: -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, fez a declaração de voto do Grupo do BE, referindo votar contra por falta de confiança no executivo, que de acordo com entrevista do Sr. Presidente de Câmara ao Povo do Cartaxo no passado mês de janeiro a dívida era de 40 M€ e da Rumo 2020 de 6 M€. -----

-- Também na reunião de Câmara referiu que a dívida da Rumo 2020 era de 6 M€ enquanto o ROC afirmou ser de 7 M€. -----

-- Duvida que a dívida da Rumo 2020 seja o mesmo que o ROC está a dizer, porque a contabilidade não é tão transparente quanto devia ser e o BE não tem alguns elementos. -----

Declaração de Voto: -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, usou a palavra para referir que concluídos os dois pontos da ordem de trabalhos sobre a declaração de adesão ao desequilíbrio financeiro e a apresentação do plano de reequilíbrio financeiro, o Sr. Presidente da Mesa da



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Gaspar
[Signature]

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia predispôs-se a dar a palavra ao ROC para apresentar as duas situações que enumerou.---

-- Após as intervenções ficou na expectativa que, sendo o executivo a tomar a iniciativa de apresentar a proposta para reequilíbrio financeiro à Assembleia Municipal e que o executivo do Município apresentasse as razões pelas quais tinha chegado a essa conclusão. Não houve ROC ou iniciativa por parte do executivo municipal, tratou-se apenas de um debate sobre o reequilíbrio financeiro que foi sobretudo suscitado pelas diferentes oposições. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento que o Dr. Gonçalo Gaspar retirou a Proposta. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, no uso da palavra salientou que responsabilidade e consciência são características que devem estar sempre acompanhadas na atuação política de um autarca. Por isso pretendeu com o voto de silêncio, pela geração de jovens que as atuações e decisões políticas tomadas têm repercussões no tempo e neste caso são a 20 anos. ---

-- Pretendeu que fosse subentendido que não devem ser tomadas decisões de "ânimo leve" e que comprometam pessoas com responsabilidades nas mesmas. -----

-- Neste sentido o efeito foi o pretendido e espera que o Sr. Presidente de Câmara tenha consciência que está a hipotecar a juventude do concelho do Cartaxo, daí ter retirado o voto de silêncio. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, usou a palavra para solicitar esclarecimentos por parte da Mesa, referindo que a documentação foi distribuída atempadamente para o ponto da ordem de trabalhos e adicionalmente foi recebida mais informação que respeita outro ponto proposto pelo executivo para a contratação de empréstimo bancário e de longo prazo no âmbito do reequilíbrio financeiro. -----

-- Questionou se no ponto 4 vai ser feita a discussão e aprovação da autorização expressa da contratação de empréstimo no âmbito do PAEL e uma outra discussão e votação para a contratação de empréstimo bancário respeitante ao reequilíbrio financeiro. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, salientou que a proposta de deliberação ser conjunta porque a contratação de um empréstimo é consequência da aprovação do plano feito no último ponto.-

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, propôs o seguinte requerimento: -

REQUERIMENTO (VERBAL) DO GRUPO DO PSD PARA DIVIDIR O PONTO 4 EM DUAS PARTES:

1. Contratação de empréstimo no âmbito do Plano de Apoio à Economia Local; -----

2. Restante dívida. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, referiu que a lei criou uma linha de crédito para os municípios com dificuldades financeiras, sobrepondo-se à legislação existente, num quadro legal que enquadra os empréstimos do Estado e da banca, nomeadamente a Lei das Finanças Locais, até à imposição de um conjunto de duríssimas condições de adesão aos programas. -----

-- Decorre do plano um maior agravamento e uma maior penalização das condições de vida dos municípios, com imposição aos limites máximos das taxas municipais, sendo mais gritante a perda de



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

minoração de 30% da taxa de IMI da população de Valada, bem como o aumento do preço da água pela majoração das taxas de saneamento e impossibilidade de continuar a manter o acordo, que permitiu manter o atual preçário suportado através das rendas o diferencial dos preços. -----

-- Com base numa suposta ajuda, o plano encerra em si objetivos de subversão do poder local democrático, prometendo o seu descrédito junto dos portugueses e tentando responsabilizá-lo pelo aumento substancial da dívida pública portuguesa, quando o peso da dívida da administração local na dívida da administração pública é de 3,1%. -----

-- O governo pretende aplicar um novo conjunto de medidas de austeridade, que afetam apenas as populações, extorquindo mais uma fatia do rendimento das famílias que levará a mais empobrecimento, diminuição da atividade económica e maior recessão. Não são as famílias cartaxenas que têm responsabilidade no estado das finanças municipais.

-- À semelhança da parte de agressão de imposto ao país e aos trabalhadores, o governo põe na prática um pacote de medidas da mesma natureza aplicado à administração local, favorecendo a banca e os seus interesses, através de aumentos insuportáveis do IMI e obrigatoriedade de consignação das receitas à dita consolidação orçamental à custa do rendimento das famílias. É indiscutível a ação do poder local democrático ao longo de décadas no desenvolvimento local, no aprofundamento do regime democrático e na melhoria da qualidade de vida das populações. O atual governo introduziu novos obstáculos à administração local pela aplicação da Lei dos Compromissos e retenção arbitrária de 5% do IMI, a pretexto dos encargos associados à atualização do valor patrimonial dos imóveis, sem a respetiva fundamentação dos custos efetivos, esquecendo os encargos suportados pelos municípios quando disponibilizam os seus meios e recursos de apoio. -----

-- Está comprovado que não se trata de nenhuma ajuda, antes de uma forma de retirar autonomia municipal. O plano vai agravar as condições de vida das populações. O executivo insiste em não fazer uma referência às consequências e aos impactos das medidas nas condições de vida das populações, respeitante ao aumento das taxas, tarifas e impostos, aumento brutal do preço cobrado a nível dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos, rejeitando o princípio do direito à água e da prestação de serviços públicos de qualidade, redução da atividade municipal, proibição de apoio ao movimento associativo, redução de trabalhadores e desistência de qualquer processo judicial contra o Estado por parte de municípios numa atitude do governo de transferir o odioso das medidas para os próprios municípios. Esta em concreto é uma verdadeira vantagem do governo ao poder local, o PAEL representa um garrote para o poder local e a não adesão da Câmara do Cartaxo ao plano não coloca em causa o pagamento aos credores nem promove a insolvência das empresas cartaxenas. -----

-- Se os eleitos da CDU tivessem ouvidos nas dezenas de propostas apresentadas, em que o autismo socialista teimou em não ouvir, o desequilíbrio financeiro teria sido evitado. O executivo da Câmara municipal tem demonstrado preocupar-se muito pouco com as empresas do Cartaxo pela discriminação feita a empresas que transitam com dívidas de executivo em executivo ou recurso a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

*Int
Jorge
P*

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresas fora do concelho, quando a legislação permitiria soluções que favorecessem opções por empresas e instituições locais. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, usou a palavra para referir que o Sr. Presidente da Câmara apresenta um plano em que prefere pagar aos bancos do que salvar as pessoas. Na sua opinião é um plano que vai paralisar o Cartaxo por 20 anos, convoca a oposição, ri durante a intervenção do líder de bancada do PSD, ausenta-se da sala na intervenção do líder de bancada da CDU. Neste sentido, solicitou a demissão do Sr. Presidente da Câmara. -----

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal, deu conhecimento que o Sr. Presidente da Mesa ausentou-se por momentos e não havendo intervenções, colocou à votação o requerimento (verbal) do Grupo do PSD para dividir o Ponto 4 em duas partes, contratação de empréstimo no âmbito do Plano de Apoio à Economia Local e restante dívida. -----

A Assembleia Municipal deliberou rejeitar por maioria, com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, o Requerimento (verbal) apresentado pelo Grupo do PSD para dividir o Ponto 4 em duas partes: contratação de empréstimo no âmbito do Plano de Apoio à Economia Local e restante dívida, com 13 votos a favor, 1 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 13 votos contra do Grupo do PS e 2 abstenções do Grupo do PS. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou a palavra para referir que por ter sido deliberado anteriormente os dois programas de ajustamento do PAEL e reequilíbrio em conjunto e após consulta à parte técnica, não há inconveniente que a deliberação seguinte seja conjunta. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, usou a palavra para referir que a votação da Assembleia é soberana e o Sr. Presidente decidiu o sentido da votação, acrescentando que mantém as mesmas reservas traduzidas na intervenção anterior, pelo que não vai participar na votação. -----

-- Quanto ao reequilíbrio financeiro, apenas disse que quem é líder e quer liderar, deve dirigir-se à Assembleia Municipal e apresentar o reequilíbrio financeiro aos membros da Assembleia, ao invés de pedir ao ROC para fazer uma primeira apresentação e resguardar-se nas perguntas feitas pela oposição. Também perante a ausência do ROC, deverá ser quem lidera a apresentar as propostas de adesão ao reequilíbrio financeiro e PAEL, não ficando a aguardar que a oposição desmontasse o que não foi demonstrado à Assembleia Municipal. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, solicitou a palavra para salientar que o BE entende a posição do Grupo do PSD. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, o Plano de Reequilíbrio Financeiro do Município do Cartaxo, com 14 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 1 abstenção do Grupo do PSD. -----

4 – AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NO ÂMBITO DO PLANO



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) E DA RESTANTE DÍVIDA

-- A bancada do PSD não participou na votação, à exceção do Presidente da Junta de Freguesia de Ereira, Sr. João Mota.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o ponto 4.

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a autorização expressa de contratação de empréstimo no âmbito do Plano de Apoio à Economia Local (PAEL) e da restante dívida, com 17 votos a favor, 16 do Grupo do PS e 1 do Grupo do PSD, 5 votos contra, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PSD.

Declaração de Voto:

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, usou a palavra para fazer a declaração de voto do Grupo da CDU, dizendo que votaram contra o plano de reequilíbrio financeiro e ao PAEL, porque o executivo da Câmara demonstra preocupar-se muito pouco com as empresas do concelho do Cartaxo, segundo as empresas que transitam com dívidas de executivo em executivo, através do recurso a empresas fora do concelho quando a legislação permitiria soluções que favorecessem opções de empresas e instituições locais.

-- Salientou que o executivo deu provas suficientes quanto à capacidade de gerir financeiramente o município, acrescentando a impossibilidade de determinar a capacidade de cumprimento dos protocolos do PAEL, permitindo que a fiscalização fosse dada à comissão técnica, enquanto o órgão fiscalizador é a Assembleia Municipal.

-- Referiu que as pesadas multas e os juros incontroláveis decorrentes do não cumprimento do plano de pagamentos vão recair sobre os eleitos e os técnicos responsáveis pela sua execução.

-- Anotou não haver margem para investimentos com o PAEL ou resolução dos problemas das dívidas a mais de 90 dias e muito menos consolidação das contas.

-- Destacou nunca ter visto um plano de contenção de despesas, porque o problema não está na adesão ao PAEL, mas na consolidação das contas e equilíbrio entre as receitas e despesas.

-- Questionou como é que foi poupado mais de 1 M€ em 2012, com 3,7 M€ por ano para pagamentos, o Grupo da CDU está disponível para em 12 anos solver a dívida do Município do Cartaxo com base numa rigorosa auditoria às contas do Município e a definição restrita dos critérios de pagamento.

-- Neste sentido expressou o voto contra a aplicação do plano de reequilíbrio financeiro e a adesão ao PAEL.

Declaração de Voto:

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Marco Rodrigues, do PS, fez a sua declaração de voto, referindo que votou favoravelmente a adesão ao PAEL por permitir o pagamento de dívidas a fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços, que atualmente estão a passar por dificuldades.

-- Manifestou-se apreensivo pela aplicação das medidas decorrentes do PAEL, que vão penalizar as



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

famílias e as empresas do concelho sobrecarregadas com os sacrifícios da austeridade. -----

– Alertou para uma cultura de maior disciplina na forma como são gastos os recursos financeiros por parte do município e de quem o gere, bem como uma maior exigência na forma como são definidos as prioridades para investimentos futuros, para não comprometer o futuro da terra e daqueles que queiram trabalhar, viver ou investir. -----

Declaração de Voto: -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, fez a sua declaração de voto, referindo que o Grupo do BE votou contra os dois documentos propostos, porque apesar de saber que os fornecedores têm de receber. Anotou que quando é referido os fornecedores locais é uma falácia, porque os mesmos representam 1 M€ de 17 M€, que representam estudos para os amigos e empresas fora do concelho e não vão ser prejudicadas pelos impostos que vão ser aplicados aos fornecedores locais. A Câmara paga aos fornecedores locais com 4 ou 5 anos de atraso, quando as empresas já pagaram o IVA e perderam as margens de lucro. -----

– Salientou que quem vai ser privilegiado são os amigos de acordo com a relação, como o caso da Ray Human. -----

5 – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 1º SEMESTRE DE 2012 -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, solicitou a palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara que há 1 ano, o plano de acompanhamento do saneamento financeiro referia que a margem de endividamento líquido era zero e neste momento são 24 M€ em excesso, não tendo sido explicado à Assembleia ou à Câmara a referida diferença. -----

– Perguntou o facto de não ter sido distribuído aos membros da Assembleia o parecer do ROC, que é um documento obrigatório acompanhar o plano de saneamento financeiro, de acordo com o e-mail enviado ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu à Dr.^a Odete Cosme que foram recalculados os dados e chegou-se à conclusão que o valor correto correspondia a este ano. -----

– Relembrou que o parecer é apresentado aquando da apresentação de contas numa base semestral e é a isso mesmo que o parecer se refere, não tem que acompanhar a documentação distribuída no ponto, tal como foi distribuída formalmente a resposta via e-mail. Persistindo dúvidas, vai solicitar ao Sr. Presidente da Mesa para voltar a difundir a resposta à questão colocada pela Dr.^a Odete Cosme.---

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, na sequência da resposta do Sr. Presidente da Câmara questionou se era a única resposta que tinha para uma diferença de 24 M€ e reforçou que o parecer é obrigatório. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da demonstração da execução do Plano de Saneamento Financeiro – 1º semestre de 2012. -----

6 – FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA O ANO DE 2013 -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o ponto 6. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a fixação da taxa de Derrama para o ano de 2013, com 13 votos a favor do Grupo do PS, 8 votos contra, 4 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

Declaração de Voto: -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, fez a sua declaração de voto, referindo que votou contra a proposta apresentada, porque não concorda que os impostos recaiam sempre sobre os cidadãos e empresas. Registou o comportamento dos eleitos do PS, os cidadãos têm conhecimento da dívida e sabem que o executivo pretende pô-los a pagar a sua dívida. -----

7 – TAXA DE IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – 2013 -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou esclarecimentos ao executivo sobre a discussão na reunião do executivo municipal respeitante à aplicação da taxa do IMI.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu ao Dr. Vasco Cunha que o tema de discussão na reunião do executivo sobre a taxa máxima a aplicar de IMI para 2013, resultou da análise da ANMP, que decorre do orçamento de Estado a taxa máxima de 0,4% do ano em vigência para os imóveis avaliados de acordo com o Código do IMI, para além de 0,8% que se aplicam aos prédios rústicos e 0,7% aos prédios que ainda não foram avaliados. Em traços gerais foram explanadas as circunstâncias e é do entendimento do executivo não alterar a taxa máxima de 0,4% já aplicada no ano transato. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, referiu que a resposta do Sr. Presidente da Câmara na sessão da Assembleia e na reunião do executivo não passa de politiquice.--

-- Afirmou com base na lei do PAEL que remete para a Lei da Autarquias, do plano de reequilíbrio financeiro e de acordo com o publicado no Diário da República, é evidente o aumento do IMI para a taxa máxima. Disse que o Sr. Presidente da Câmara enviar para as entidades superiores e a DGAL responderem que a referida taxa deve ser aumentada e foge às responsabilidades na criação da dívida ou na adesão ao PAEL, dizendo que foi obrigado pelo governo. -----

-- Solicitou que o Sr. Presidente da Câmara tivesse o comportamento como tal e assumisse que está previsto na lei o aumento máximo para o IMI de 0,4% para 0,8%. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, disse ao Sr. Presidente que o parecer da ANMP não é vinculativo, trata-se de um parecer que vale o que vale, porque o que é claro na legislação é que as taxas têm que ir para o valor máximo, ficando o município a isso obrigado. -- Anotou o final a isenção de derrama para as empresas com lucros inferiores a 150 mil euros e com lucros superiores a 150 mil euros era de 0,67%, todas passam para 1,5%. -----

-- Quanto ao IMI, os prédios rústicos já estavam na taxa máxima de 0,8%, os prédios avaliados de



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acordo com o CIMI já estavam na taxa máxima e os que vão subir são os prédios urbanos que não tinham sido reavaliados e que vão passar da taxa de 0,4% para 0,7%, que é a taxa máxima. -----

-- Também os prédios rústicos e urbanos de Valada vão perder a minoração de 30%. O IRS sofre um aumento de 1%, porque dos 5% que cabem de IRS ao Município, este anualmente prescindia de 1% para bonificação dos contribuintes, que entretanto vai deixar dá-la e todos vão pagar mais 1% de IRS independentemente das revisões que possam surgir. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, perante a forma transversal como foram focados um conjunto de medidas, impostos e taxas que não são mais do que uma obrigação decorrente da portaria, não obstante o próprio processo de reequilíbrio também obrigaria a chegar a esse patamar. --

-- Anotou que o valor da derrama em 2007 era de 6% tendo sido posteriormente alargado à base tributável e passado para 1,5% de taxa máxima de atribuição do imposto. Em 2009 foram arrecadados nos cofres da Câmara com este valor de taxa 360 mil euros e em 2012 durante o 1º semestre apenas 22 mil euros. Reforçou tratar-se de 1,5% aplicáveis ao lucro tributável da empresa, o significando que 50 mil euros que a empresa apresente de lucro vai pagar de taxa de derrama 750€. -----

-- Quanto ao IMI a deliberação que subia a taxa máxima para os 5% foi depois da apresentação do orçamento de Estado e é entendimento que os prédios avaliados nos termos do Código do IMI é aplicada a taxa de 0,4% e não a de 0,5%, as restantes taxas são as máximas no que se refere aos prédios rústicos e aos prédios que ainda não estão avaliados nos termos do Código e que neste momento já são muito poucos no concelho, a receita durante o 1º semestre foi de 1200€. -----

-- Quanto ao terminar a minoração de 0,3% e passar para 0,4% os prédios em Valada, pensa que terá um impacto muito pouco expressivo, porque a maioria dos prédios não tem valor patrimonial entre os 10.000€ e 15.000€, representando 0,1%, ou seja menos de 20€ no aumento da contribuição anual. ---

-- Reforçou que este tipo de medidas são uma imposição do próprio PAEL. Quanto à participação variável no IRS, sublinhou que as pessoas não vão pagar mais, há um aumento de 0,1%. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, na sequência da intervenção do Sr. Presidente quanto à receita do IMI durante o 1º semestre de 2012 recebeu 1.200€, pensa não ser possível e que deve ter recebido muito mais. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu tratar-se de uma receita respeitante ao encaixe dos prédios que ainda não estão avaliados nos termos do Código do IMI e que a taxa dos 0,7% aplicáveis a valores patrimoniais ainda com procedimentos de cálculo antigos não têm grande expressão em termos de encaixe e trabalho da autoridade tributária. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o ponto 7. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – 2013, com 15 votos a favor do Grupo do PS, 5 votos contra, 1 do Grupo do PSD, 2 do



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

*Int
gru
[Signature]*

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 6 abstenções do Grupo do PSD. -----

8 – PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2013, COM COBRANÇA EFETIVA NO ANO DE 2014 -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, recordou ao Sr. Presidente da Câmara que não ter concluído a sua intervenção sobre o IRS. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sequência da sua intervenção acrescentou que em cada um dos escalões do tipo de imposto é descontado o mesmo e do imposto total existe uma parcela que pode ir até aos 5% e que porventura pode ser considerada como passível de ser devolvida ao contribuinte e é aquela que diz respeito ao Município. -----

– Salientou que de 4% para 5% do contributo dos munícipes para a administração central não vai ser devolvido, não é devolvido 1% nas declarações de IRS finais. A aplicação da sobretaxa que corresponde a um aumento de 4% em todos os escalões, sendo uma sobrecarga danosa para todos. --

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, recordou que o Sr. Presidente da Câmara e o seu antecessor são os culpados pelos munícipes terem menos dinheiro e que o mesmo não tem dúvidas entre os bancos e o IRS dos cidadãos, o BE também não tem dúvidas, ficando cada um com as companhias que escolhe. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o ponto 8. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, a participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativamente aos rendimentos do ano de 2013, com cobrança efetiva no ano de 2014, com 15 votos a favor do Grupo do PS, e 11 votos contra, 7 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

9 – FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2013 -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou a palavra para referir que de acordo o sentido de voto dos anos anteriores, o Grupo do PSD vota favoravelmente a taxa sabendo de antemão que suscita dúvidas há vários anos sobre o quem deveria pagar a mesma e em que moldes devia ser concretizada. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, salientou que a taxa em causa podia não ser paga pelos cidadãos ou pelo um esforço nesse sentido. Uma vez que o Sr. Presidente da Câmara não refere nada nem apresenta nada o Grupo do BE vota contra a proposta apresentada. -

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou à votação o ponto 9. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, a fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2013, com 22 votos a favor, 15 do Grupo do PS e 7 do Grupo do PSD, e 4 votos contra, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, pediu a palavra para questionar que no parecer do ROC aquando das prestações de contas havia uma reserva, dizendo que não se encontravam cumpridos os requisitos do POCAL quanto à contabilidade de custos e inscrição de imóveis na repartição de finanças. Reservas são quando estão na ilegalidade e no último parecer as mesmas desapareceram, pelo que perguntou onde está a contabilidade de custos da Câmara e se pode ser feita prova de que todos os imóveis estão registados na Conservatória. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou a palavra para referir que a informação semestral do ROC relativamente ao saneamento financeiro está “morta” e neste sentido salientou não perder mais tempo com este assunto, sabendo de antemão quais foram os contributos que o ROC e os pareceres desta natureza deram ao longo dos semestres para chegar ao ponto e ao dia que chegou. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu estar ainda a ser desenvolvido trabalho no património respeitante aos imóveis registados, faltando cerca de 5% dos imóveis. Anotou também que a informação prestada pelo ROC é da sua responsabilidade. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, informou que o parecer do ROC é apresentado inicialmente ao Presidente da Câmara e só depois aos membros da assembleia. -----

Questionou mais uma vez a existência da contabilidade de custos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu a Dr.^a Odete Cosme do início do procedimento da contabilidade de custos e que o parecer do ROC é remetido diretamente à Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Parecer do Fiscal Único sobre a informação financeira semestral. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou a palavra para questionar a Mesa sobre a documentação recebida pelos membros da assembleia, onde consta a proposta de deliberação 110/PC-PV/2012 referente à autorização expressa de contratação de empréstimo no âmbito do Plano de Apoio à Economia Local e restante dívida. Salientou ter recebido, ontem, a proposta de deliberação 111/PC-PV/2012 respeitante à contratação de empréstimo bancário de longo prazo no âmbito do Plano de Reequilíbrio Financeiro. -----

-- Questionou o destino da proposta de deliberação 111/PC-PV/2012, dado todos os pontos da ordem de trabalhos já terem sido votados. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou a palavra para responder ao Dr. Vasco Cunha referindo que o executivo municipal solicitou à Mesa o envio da referida proposta de deliberação. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, acrescentou tratar-se de uma proposta de deliberação que não foi alvo de um ponto da ordem de trabalhos e que nem sequer foi votada, mas que foi distribuída aos membros da Assembleia. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu ao Dr. Vasco Cunha que uma proposta de deliberação foi objeto de deliberação em sede de Câmara e a outra em sessão da Assembleia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou a palavra para informar da entrada na Mesa de um Requerimento do Grupo da CDU e que a próxima sessão extraordinária da assembleia vai realizar-se no dia 12 de outubro, sobre a questão da Reorganização Administrativa do Território. -----

--O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, esclareceu tratar-se de um requerimento assinado por 10 membros da Assembleia, com absoluta força legal face ao regimento, com 1/3 dos membros da Assembleia, pelo que o referido requerimento não pode ser contrariado. ----

-- Alertou que realizando-se a sessão da assembleia no dia 12 de outubro, sexta feira, os dias 13 e 14 são fim de semana e dia 15 é o prazo limite para a entrega na tutela das decisões que saírem da assembleia. Neste sentido, é entendimento que o ideal seria o dia 9 de outubro. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, usou a palavra para referir não ser a primeira vez que há esta polémica, mas sendo lei o Sr. Presidente da Câmara deve aceitá-la. -- Anotou que o ponto em questão já devia ter sido discutido na presente reunião ou na anterior sessão ordinária da assembleia, poupando senhas de presença. -----

-- Acrescentou que a responsabilidade é da Mesa pelo facto da realização de mais uma sessão da assembleia extraordinária e a necessidade de haver outra é do Sr. Presidente da Mesa. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, solicitou a palavra para referir que alterava o teor do requerimento para o próximo dia útil dentro do prazo legal. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pêgo, do PS, apesar de não ter subscrito o requerimento apresentado à Mesa, não vê qualquer inconveniente no dia solicitado para a realização da sessão extraordinária da Assembleia, de acordo com os trâmites legais. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou a palavra para informar que a próxima sessão extraordinária da assembleia vai realizar-se no dia 11 de outubro, de acordo com o Regimento. -----

-- Solicitou esclarecimentos sobre o assunto concreto proposto para deliberação. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, esclareceu que são os documentos enviados pelas juntas de freguesia à Mesa da Assembleia e outros que possam surgir. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, pediu a palavra para relembrar o envio de um e-mail aos membros da assembleia referindo que a assembleia do dia 3 de outubro ia tratar da reforma administrativa, depois o envio de uma convocatória referindo que o executivo solicitou a sua retirada. Pensa que o ponto devia constar na convocatória dado os membros terem sido informados que fazia parte da ordem, e na sessão ser deliberado a discussão ou não do mesmo.

-- Frisou ainda fazer parte da correspondência recebida todas as propostas e pareceres das juntas de freguesia, que correspondem aos documentos que devem ser discutidos na sessão da assembleia. ---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, usou a palavra para esclarecer que os documentos das várias juntas de freguesia são meras opiniões, dado que para votação deve ser apresentado um



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

documento válido para deliberação. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, acrescentou que a Lei 22 diz que o Presidente da Assembleia trás à Assembleia, sob pronúncia do presidente da Câmara, o que vai ser deliberado e neste sentido deve o mesmo fazer uma pronúncia do que vai ser deliberado. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luísa Pato, do PSD, questionou se era intenção do Sr. Presidente da Assembleia não apresentar uma proposta da Assembleia Municipal do Cartaxo, dado que o espaço de tempo desde que a lei saiu até então, para organizar um grupo de trabalho e promover uma sessão da Assembleia no sentido de elaborar uma proposta. -----

-- Não havendo por parte do executivo a elaboração e o emanar de uma proposta, o Sr. Presidente da Assembleia prepara-se para não apresentar uma proposta da Assembleia Municipal. -----

-- Questionou a intenção do Sr. Presidente da Assembleia sobre o facto de convocar uma sessão da assembleia e qual a respetiva ordem de trabalhos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que a ordem de trabalhos vai ser elaborada no sentido de ser uma proposta concisa para deliberação. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, referiu que o Sr. Presidente da Assembleia tem pareceres e propostas das assembleias de freguesia e que ainda não está convencido que deve partir dos mesmos para elaborar um documento e apresentá-lo à Assembleia. ---

O Membro da Assembleia Municipal, Eng.^o Pedro Barata, do PSD, tendo em conta que o Sr. Presidente da Mesa manifestou a intenção de enviar, amanhã, para os membros da assembleia a convocatória. Também o Sr. Carlos Mota manifestou a sua disponibilidade para a elaboração da convocatória de acordo com as várias intenções. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, anotou que a convocatória vai sair amanhã com indicação do dia e da hora da sessão e a ordem de trabalhos 2 dias úteis antes da sessão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a minuta da ata para aprovação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a minuta da ata. -----

ENCERRAMENTO: Não havendo outros assuntos a falar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, às vinte e uma horas e cinco minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia. -----

Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do Presidente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 2º Secretário,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Grupo na Assembleia Municipal do Cartaxo

João Mendes
ALC

PROPOSTA PARA DELIBERAÇÃO

Data: 29 de Fevereiro de 2012

N.º de Páginas: 2

Assunto:

AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

As últimas semanas têm sido férteis em notícias sobre o concelho do Cartaxo. Infelizmente, trata-se de notícias que prejudicam o bom nome do Município do Cartaxo.

Referimo-nos, designadamente, ao incumprimento por parte da nossa autarquia no que toca ao pagamento dos serviços de transporte e depósito dos lixos recolhidos no Concelho (980 mil euros em dívida à RESIURB); dos serviços prestados pela Rodoviária do Tejo relativos ao transporte dos alunos do concelho (mais de 600 mil euros); sem esquecer os inúmeros processos judiciais em curso em que, só num deles, foi reconhecida uma dívida à ACORIL que ultrapassa os 590 mil euros.

Referimo-nos também, à recente revelação de que dívida de curto prazo do Município do Cartaxo já se encontra entre as maiores dívidas nacionais (cerca de 18 milhões de euros), embora o nosso município seja classificado como sendo de média dimensão no contexto nacional.

A tudo isto reiteramos o que há muito é público como sejam as dívidas aos fornecedores da autarquia, bem como os sucessivos incumprimentos nos protocolos para associações e colectividades do concelho (desde 2008).

Todas estas notícias dizem respeito à atuação deste Executivo Municipal.

Recentemente, o senhor Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo teve oportunidade de, numa entrevista concedida à Rádio Cartaxo, afirmar que queria falar com os partidos políticos locais para discutir a situação financeira em que se encontra o Município.



Grupo na Assembleia Municipal do Cartaxo

Na referida entrevista, o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo assumiu ter-lhe sido deixada uma herança que classificou de densa e pesada.

O senhor Presidente da Câmara do Cartaxo afirmou a urgência de renegociar a dívida do Município, passando toda a dívida de curto e médio prazo para longo prazo, isto é, para que seja paga a 20 anos.

Há vários anos que o PSD Cartaxo, sobretudo na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, tem vindo a alertar para o caminho que foi sendo trilhado e para o abismo a que ele nos levaria.

O último orçamento camarário, aprovado pela maioria socialista que governa a autarquia, segue a linha falaciosa dos anteriores, e constitui prova do que avisamos desde há longa data – recorde-se que a taxa de execução deste instrumento nos últimos anos ronda os 30%.

A Câmara Municipal do Cartaxo está falida e a única certeza que o PSD Cartaxo tem é que as suas receitas não chegam sequer para custear os compromissos correntes.

Os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo entendem que o princípio da transparência deve nortear sempre a gestão de dinheiros públicos. As auditorias assumem-se hoje como um elemento de gestão, quer para entidades privadas quer públicas.

Finalmente, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo, entendem essencial para a criteriosa/séria gestão do município, que todas as suas contas sejam conhecidas. Neste sentido, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo propõem que seja realizada, com carácter de urgência, uma auditoria externa às contas do Município do Cartaxo.



PSD

**Vereadores na
Câmara Municipal do Cartaxo**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data: 5 de Dezembro de 2005

N.º de Páginas: 17

Assunto:

**Câmara Municipal do Cartaxo:
Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006**

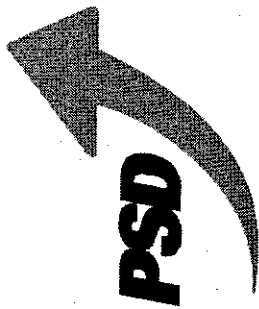
Tendo analisado a informação que dá corpo às Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2006, os Vereadores do PSD na Câmara Municipal do Cartaxo, consideram que:

- 1- O conjunto das propostas que são submetidas à apreciação, à discussão e à votação do executivo municipal do Cartaxo, enferma da mesma tendência, ao não distinguir o superfluo do que é restritamente necessário. Aliás, esta tendência, já é apanágio dos Orçamentos dos anos anteriores, mas agora com a agravante de que no exercício de 2006, termina o III Quadro Comunitário de Apoio, sem que a Câmara Municipal do Cartaxo tenha aproveitado conveniente essa rara oportunidade durante os vários anos em que vigorou, para promover uma significativa consolidação orçamental;
- 2- A actual gestão municipal, ainda não se capacitou que chegou a hora de inverter a situação orçamental da Câmara, gastando muito menos em 2006 do que gastou em 2005. Mas pela Proposta Orçamental que agora nos foi apresentada, as despesas são em muito superiores à do ano anterior. A caminhar neste sentido, o grau de endividamento aumenta e o crédito bancário vai-se esgotando, ficando eminente a ruptura financeira.

Américo
de

Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

- 3- Pegando no "Relatório de Gestão de 2004" que foi elaborado pela Câmara Municipal, ficamos apreensivos e, de certo modo preocupados, com o aumento de ano após ano, do prazo médio de pagamento aos fornecedores: em 2002, o prazo médio foi de 67 dias; em 2003, o prazo médio foi de 101 dias; e em 2004, o prazo médio foi de 121 dias. Por alguma razão, a Câmara está a acumular dívidas, não cumprindo com o pagamento de facturas pendentes de anos anteriores, não conseguindo cumprir com os Protocolos que livremente assina com as Colectividades, Associações e Juntas de Freguesia e iludindo a opinião pública local na miríade de volumosos investimentos co-financiados por Fundos Comunitários que se estão a extinguir ou por Contratos de Cooperação que ninguém conhece;
- 4- Paralelamente, e numa perspectiva global, a situação financeira da Câmara Municipal do Cartaxo vai aumentando os sinais de degradação. A CMC tem vindo progressivamente a aumentar a sua Despesa Corrente, sem que a correspondente Receita Corrente cresça ao mesmo ritmo. A recente introdução de dois novos impostos sobre os Imóveis (IMI e IMT) veio atenuar o problema. Todavia, está a tornar-se cada vez mais evidente a necessidade de introduzir um sério e rigoroso Plano de Contenção das Despesas capaz de identificar e corrigir os principais problemas financeiros da autarquia;
- 5- Neste sentido, a situação do endividamento da Câmara Municipal também já apresenta contornos perigosos, colocando o município a caminho do limite legal em vigor. As recentes alterações na legislação, relativamente ao "leasing" e ao "factoring" vão obrigar os municípios a um mais rigoroso escrutínio público do seu endividamento. Conhecedores da necessidade de recurso a este meio para satisfazer os compromissos de investimento, julgamos estar a tornar-se uma absoluta certeza que muito dificilmente a CMC concretizará os grandes investimentos previstos para o concelho, no tempo útil deste III Quadro Comunitário de Apoio;
- 6- Em nossa opinião, é fundamental, e por isso insistimos nesta questão, que a Câmara Municipal trate de reduzir os prazos de pagamento das dívidas aos seus fornecedores, dando o exemplo do rigor e de credibilidade que tem vindo a perder, regularizando as suas dívidas: A moralização e os bons exemplos têm de vir das Entidades Públicas, pelo que propomos que seja cumprido o Decreto-Lei nº 32/2003, de 17 de Fevereiro (Atrasos de Pagamento em Transacções Comerciais). Esta é uma das formas possíveis de ajudar as empresas, numa altura tão conturbada da nossa economia.



Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

RECEITA:

Da análise dos dados do Quadro seguinte, seria motivo de regozijo se a realidade fosse a que está evidenciada no referido Quadro, só que o *"pobre desconfia quando a esmola é grande de mais"*, pelo que passamos aos números.

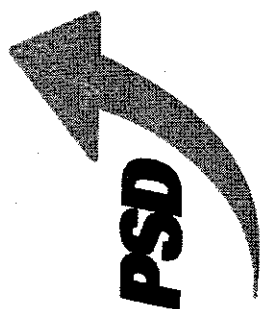
Em 2006, o Município do Cartaxo vai beneficiar de uma menor arrecadação de Receitas Correntes (-2,9%) comparativamente a 2005 e as suas Receitas de Capital vão aumentar brutalmente (73,3%), comparando a variação entre 2005 e 2006.

Quadro N° 1	Orçamento 2006		Var. 06/05	Orçamento 2005		Var. 05/04	Orçamento 2004	
	Valor			Valor			Valor	
Total das Receitas Correntes	11.593.520		-2,9%	11.938.455		20,5%	9.904.835	
Total das Receitas de Capital	17.987.330		73,3%	10.376.545		6,8%	9.717.765	
Total	29.580.850		32,6%	22.315.000		13,7%	19.622.600	

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo (de 2004 a 2006)

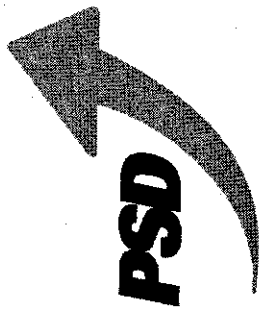
Quando se desagregam os valores constantes no Quadro N° 1, começamos a entender melhor o conteúdo destes montantes. Neste sentido, o melhor é verificar quais os conteúdos que correspondem a cada um destes grandes agregados (Receitas Correntes e Receitas de Capital). Vejamos então, em primeiro lugar, como é que se dividem as Receitas Correntes, no Quadro N° 2:

Handwritten signature and date 2003.



Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

Quadro Nº 2	Orçamento 2006		Var. 06/05		Orçamento 2005		Var. 05/04		Orçamento 2004	
	Valor				Valor				Valor	
IMPOSTOS DIRECTOS:										
Imposto Municipal Imóveis	1.415.000		-1,6%		1.438.500		---		0	
Imposto Municipal Transmissão Imóveis	853.900		-11,0%		959.500		---		0	
Contribuição Autárquica	916.900		6,8%		858.800		-8,2%		935.200	
Imposto Municipal sobre Veículos	183.100		-18,4%		224.500		13,9%		197.140	
Imposto Municipal de Sisa	144.700		-65,8%		422.500		-57,2%		986.070	
Derrama	1.017.100		13,4%		897.000		65,9%		540.540	
IMPOSTOS INDIRECTOS:	195.400		-17,5%		236.850		-1,0%		239.290	
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	282.700		-24,7%		375.550		30,0%		288.880	
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE:	16.200		-59,9%		40.350		41,3%		28.550	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:										
Fundo Geral Municipal	2.260.405		10,5%		2.045.778		23,7%		1.653.435	
Fundo de Coesão Municipal	50		-100,0%		208.666		-62,1%		551.124	
Fundo de Base Municipal	648.161		-0,9%		654.123		1,1%		646.977	
Outras	608.100		8,2%		561.838		33,5%		420.749	



Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES:					
Venda de Bens				1.235.300	-17,4%
Serviços				1.037.200	0,9%
Rendas				566.500	63,5%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES:				212.704	48,5%
Total				11.593.420	-2,9%
				11.936.455	29,0%
				9.255.605	

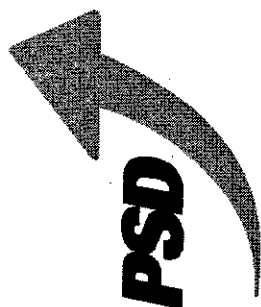
Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo (de 2004 a 2006)

Deste modo, são sobretudo os **Impostos (Directos e Indirectos)** que são arrecadados na área do município e as **Transferências Correntes (onde se integram os 3 diferentes Fundos Municipais)** que provêm directamente do Orçamento de Estado aprovado na Assembleia da República, as principais fontes financeiras das Receitas Correntes.

São receitas com pouca oscilação e onde a previsibilidade da Receita é a tónica dominante.

No Quadro Nº 2, em apreço, podemos verificar que a Receita prevista para a Derrama, em 2006, é superior àquela que foi praticada em 2005, isto é 1.017.110, Euros contra 897.000, Euros, respectivamente. Todavia, se sabemos que a Taxa que foi proposta para o imposto da Derrama é mais baixa em 2006 do que a que foi praticada em 2005. Temos sérias dúvidas como pode evoluir favoravelmente esta receita, se as perspectivas das empresas (sociedades, porque só estas pagam Derrama) do nosso concelho, declararem matéria colectável sujeita a IRC, é cada vez menor, entre as poucas empresas que ainda restam.

Vejam agora no quadro abaixo, como se decompõem as Receitas de Capital no Orçamento para 2006:



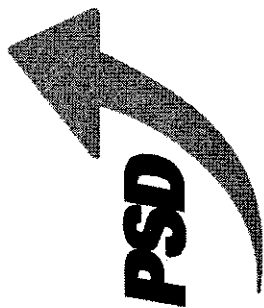
Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

Quadro Nº 3	Orçamento 2006		Var. 06/05	Orçamento 2005	
	Valor			Valor	
Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	8.385.238		68,0%	4.990.500	
Cooperação Técnica-Financeira Administração Central	4.610.300		131,6%	1.990.300	
Fundo Geral Municipal	1.506.939		10,5%	1.363.853	
Fundo de Coesão Municipal	50		-100,0%	139.110	
Fundo de Base Municipal	432.107		-0,9%	436.082	
Total	14.934.634		67,4%	8.919.845	

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo (de 2005 e 2006)

Destas 5 rubricas, identificadas no Quadro acima, as duas primeiras (Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados + Cooperação Técnica-Financeira com a Administração Central) têm um carácter aleatório e dependem da contractualização com terceiros para se efectivarem. Já as três rubricas (Fundos Municipais Geral, Coesão e de Base) são integralmente conhecidas e antecipáveis porque constam do Mapa XIX anexo ao Orçamento de Estado de 2006, que é aprovado na Assembleia da República.

De acordo com a Proposta de Orçamento que nos é apresentada, em 2006, o Concelho do Cartaxo, vai beneficiar de 8 385 238 Euros de Fundos Comunitários para Investimento, a que corresponde um crescimento de 68% relativamente ao ano de 2005. E ainda vai beneficiar de mais 4 610 300 Euros de Contratos de Cooperação Técnica-Financeira realizados com organismos da Administração Central, que correspondem a um crescimento de 131,6% relativamente ao ano de 2005.



Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

De facto, existem aqui pelo menos duas questões problemáticas: sabemos que o 3º Quadro Comunitário de Apoio está a terminar e que as suas verbas já são escassas e, por outro lado, não nos são dados a conhecer quaisquer Contratos de Cooperação Técnico-Financeira celebrados com o Município do Cartaxo. Em suma, não há uma única informação (uma listagem de projectos co-financiados ou contratualizados) ao longo da proposta de Orçamento para 2006 que torne fidedigna ou verosímil esta previsão orçamental.

Aliás, é mesmo curioso verificar que o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) onde alguns dos projectos que podiam ser co-financiados com Fundos Comunitários ou contratualizados se encontram com verbas residuais inscritas para 2006 e contêm as seguintes dotações orçamentais plurianuais:

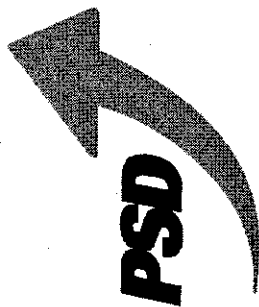
- a) "Pavilhão Municipal do Desporto e do Lazer" tem a esmagadora maioria do financiamento previsto para 2007 e 2008 (1.250.000 Euros).
- b) "Escola de Negócios do Vale do Tejo" tem a esmagadora maioria do financiamento previsto para 2007 e 2008 (cerca de 1.700.000 Euros).
- c) "Nova Biblioteca Municipal" tem a esmagadora maioria do financiamento previsto para 2007 e 2008 (1.880.000 Euros).

Não encontramos explicação que justifique tão avultadas verbas na Proposta Orçamental de 2006.

DESPESA:

Analizadas as origens das Receitas da Câmara Municipal para 2006, é importante conhecer como vão ser aplicadas nas Despesas. Começamos por apresentar no Quadro nº 4, os valores totais das despesas Correntes e os valores totais das Despesas de Capital

Y. Gonçalves
[Signature]



Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

Quadro Nº 4	Orçamento 2006		Orçamento 2005		Orçamento 2004	
	Valor	Var. 06/05	Valor	Var. 05/04	Valor	Var. 05/04
Total das Despesas Correntes	11.531.810	8,5%	10.627.750	17,2%	9.066.700	
Total das Despesas de Capital	18.049.040	54,4%	11.687.250	10,7%	10.555.900	
Total	29.580.850	32,6%	22.315.000	13,7%	19.622.600	

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo (de 2004 a 2006)

Fazendo agora a comparação entre as Receitas inscritas no Quadro Nº 1 atrás referido, verificamos que as Receitas Correntes sofreram uma redução de 2,9% em relação ao ano anterior. Em contrapartida, as Despesas Correntes constantes do Quadro 4, para 2006, vão aumentar 8,5%.

Quanto às Receitas de Capital apresentam um crescimento de 73,3%, enquanto as Despesas de Capital apresentam um crescimento de 54,4%.

Não podem ser mais preocupantes algumas das conclusões que daqui se podem inferir:

- A CMC vai ter menos Receitas Correntes em 2006 do que aquelas que teve em 2005. Todavia, propõe-se fazer mais Despesas Correntes em 2006 do que em 2005;
- A CMC estima poder vir a usufruir de mais 73,3% de Receitas de Capital do que tinha em 2005. No entanto, as suas Despesas de Capital, apenas aumentam 54,4%, comparativamente ao ano de 2005;

Verifiquemos então como é que a CMC se propõe fazer as suas principais Despesas Correntes (Quadro Nº 5 seguinte) comparando a proposta de 2006 com a de 2005:

PSD

Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

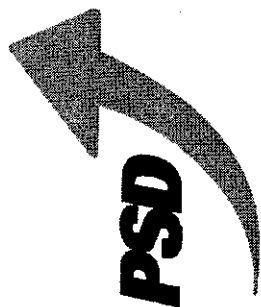
Quadro Nº 5	Orçamento 2006		Var. 06/05	Orçamento 2005	
	Valor			Valor	
Pessoal	5.615.250		20,1%	4.676.790	
Aquisição de Bens	1.449.130		-0,2%	1.452.450	
Aquisição de Serviços	3.001.175		-5,9%	3.190.255	
Júros da Dívida	449.310		58,5%	283.410	
Transferências para Freguesias	370.950		-25,4%	497.485	
Outras Transferências Correntes	533.345		17,4%	454.460	
Subsídios	6.200		2380,0%	250	
Outras Despesas Correntes	106.450		46,5%	72.650	
Total	11.531.810		8,5%	10.627.750	

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo (de 2005 e 2006)

Três rápidas conclusões se podem retirar deste Quadro Nº 5:

- Há um claro agravamento nas despesas relacionadas com os Juros da Dívida cuja previsão é de 449 310 Euros
- Há um claro aumento das despesas com Pessoal (+20,1% do que em 2005) sem que existam sinais sustentados para inverter esta grandeza, nem mesmo com aumento da despesa de capital na aquisição de novos meios informáticos;
- Há um significativo desinvestimento no apoio às Juntas de Freguesia (-25,4% do que em 2005), ou seja, esta Proposta de Orçamento para 2006 propõe menos transferência de verbas para as 8 freguesias do concelho : 370 950 Euros contra 497 485 Euros que foram propostos em 2005;

Handwritten signature and initials



Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

No Quadro seguinte, Nº 6, pode verificar-se onde é que se registam os maiores aumentos nas Despesa com Pessoal:

Quadro Nº 6		Orçamento 2006	Var.	Orçamento 2005	Var.	Orçamento 2004
		Valor	06/05	Valor	05/04	Valor
Admin. Munic. - Assembleia Municipal		20.000	-2,4%	20.500	0,0%	20.500
Admin. Munic. - Câmara Municipal		413.985	24,8%	331.610	-5,2%	349.835
Admin. Munic. - Classes Inactivas		2.050	-72,8%	7.550	-55,8%	17.065
Divisão de Administração e Finanças (DAF)		951.135	20,9%	786.740	11,5%	705.535
Div. Planeam. Administr. Urbanística (DPAU)		350.110	21,4%	288.360	6,1%	271.675
Divisão Obras Equipam. Municipais (DOEM)		770.225	14,2%	674.270	-4,9%	708.765
Divisão Ambiente Serviços Urbanos (DASU)		952.245	12,3%	847.720	-6,3%	905.145
Divisão de Águas e Saneamento (DAS)		518.945	20,2%	431.850	-3,7%	448.230
Divisão Desenv. Acção Sócio-Cultural (DDASC)		1.060.800	62,8%	651.530	12,4%	579.835
Serv. Protecção Civil Bomb. Munic. (SPCBM)		575.755	-9,6%	636.660	17,6%	541.605
Total		5.615.250	20,1%	4.676.790	2,8%	4.548.190

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo (de 2004 a 2006)

São sobretudo de destacar:



Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

- A Despesa Total com Pessoal da CMC vai aumentar 938.460, Euros, cerca de 20%, a mais do que em 2005;
- A Divisão de Desenvolvimento e Acção Sócio-Cultural (DDASC), aumenta as suas Despesas com Pessoal em 409 270 Euros anuais, o que corresponde a um agravamento de 62,8% entre 2005 e 2006;
- A componente política da CMC, também contribui para este crescimento das Despesas com Pessoal. Em 2005, verificou-se uma redução desta despesa, devido ao afastamento político do então Vereador Prof. Augusto Parreira. Todavia, com o início do actual mandato, iniciado em 31 de Outubro, e com as recentes admissões de carácter político para os Gabinetes do Presidente da Câmara, para o Vice-Presidente da Câmara e para os vereadores a tempo inteiro, as Despesas com Pessoal voltam a ter um aumento significativo de 81 875 Euros [(20.000, + 413.985,)-(20.500, + 331.610,)], comparando 2006 com 2005);

Finalmente, uma análise mais detalhada ao Investimento que a CMC pretende concretizar em 2006

Quadro N° 7	Orçamento 2006		Var. 06/05	Orçamento 2005	
	Valor			Valor	
Despesas Orçadas (excluindo o Investimento)	14.820.225		20,7%	12.273.900	
Receitas Orçadas (Corrente)	11.593.520		-2,9%	11.938.455	
Dotação Prevista para Investimento (PPI)	14.760.625		47,0%	10.041.100	
Financiamento Necessário	14.760.625		47,0%	10.041.100	
Receitas Orçadas (Capital)	17.987.330		73,3%	10.376.545	

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo (de 2005 e 2006)

De acordo o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), documento que integra a proposta de Orçamento da CMC para 2006, está prevista uma dotação total de 14.760.625, Euros destinada ao Investimento Municipal.

Handwritten signature and initials.



Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

Das análises que fizemos ao PPI, constatamos que há Projectos cujas obras já terminaram, mas ainda continuam a ser orçamentadas verbas para eles, no total de 2.408.365, Euros.

Quadro N° 8		Orçamentos Anteriores Valor a Pagar	Orçamento 2006 Valor a Pagar
Reabilitação do Cine-Teatro Municipal		2.450.254	1.162.170
Casa Municipal do Desporto e Lazer (Estádio Municipal)		1.617.440	803.820
Alameda Norte da Cidade		1.132.792	334.870
Projecto "Cartaxo – Capital do Vinho"		695.967	107.505
Total		5.896.453	2.408.365

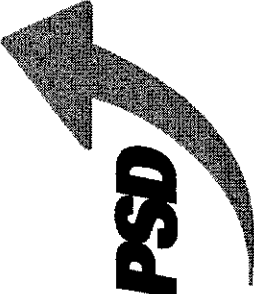
Fonte: Plano e Orçamento da Câmara Municipal do Cartaxo (2006)

Uma das ilações que se pode retirar deste Quadro nº 8, é que a Câmara, ultrapassa constantemente a sua capacidade de solvência, por falta de rigor na execução do orçamento, o que faz com que:

- A CMC não consiga cumprir com os compromissos financeiros assumidos com os fornecedores;
- As despesas de anos anteriores sejam cabimentadas nos anos seguintes, fazendo com que uma parte da receita deste Orçamento fique cativa, logo à partida.

Por nossa interpelação, foi-nos confirmado pela Vereadora Dra. Rute Ouro e depois corroborado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, que nem todas as despesas foram cabimentadas por falta de verba no Orçamento de 2005.

Deste modo e neste momento, desconhecemos qual é o valor das despesas já efectuadas e sem cabimento no Orçamento de 2005 e que vão ser cabimentadas no Orçamento de 2006.



PSD

Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

- Na Proposta de Orçamento para 2006, há um significativo número de pagamentos por realizar e que são respeitantes a anos anteriores (ver Actividades Mais Relevantes em 2006), como são por exemplo:

- a) Festa do Vinho/Festival do Vinho de 2004;
- b) Festa do Vinho/Festival do Vinho de 2005;
- c) Festival do Tejo de 2004;
- d) ExpoCartaxo/Feira dos Santos de 2005;

- A CMC está a deixar que os Protocolos com as forças vivas do concelho (Associações, Colectividades e Juntas de Freguesia) se tornem ingovernáveis para os beneficiários

Para além dos atrás referidos, há ainda pagamentos que dizem respeito a anos anteriores e que transitam para presente

Proposta de Orçamento de 2006, tais como:

- a) Protocolos Culturais com Associações e Colectividades de 2004 (9.250 Euros);
- b) Protocolos Culturais com Associações e Colectividades de 2005 (140 mil Euros);
- c) Protocolos Desportivos com Associações e Colectividades de 2005 (138 mil Euros);
- d) Protocolos com as Juntas de Freguesia em 2005, no âmbito das transferências de Capital e no âmbito da Cooperação na área da Educação);

- A actividade económica no concelho do Cartaxo vai continuar sem perspectivas futuras, a curto ou a médio prazo, para a instalação de novas empresas e, por consequente, na criação de mais emprego e geração de riqueza, porque:

- a) **“O Parque de Negócios do Casal Branco” (em Pontével) tem apenas previsto 4.610 Euros para 2006.** Não é uma opção desta maioria do PS para 2006. Como é que se poderia resolver a questão meramente hipotética de lá instalar a “Metalgrupo, Lda.” como foi publicamente anunciado? Como é que se pode avançar com o processo de instalação da AviPronto, com o apoio do BPN, como foi anunciado em véspera de eleições autárquicas?

Jonckheere
13
de

Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

- b) “O Parque de Negócios do Falcão” tem apenas 5.770 Euros previstos para 2006. Não tem qualquer investimento previsto para os anos de 2007, 2008 e 2009. Tal opção, significa que a expectativa de avançar com este Projecto, não está no horizonte desta equipa de Gestão do PS para o actual mandato que termina em 2009;
- Várias Rubricas, classificadas como traduzindo novos Projectos para 2006, deixam-nos dúvidas quanto à sua efectiva concretização e quanto ao seu carácter, designadamente aos que a seguir se indicam:
 - a) “Arranjo dos Espaços Exteriores do Largo do Lazer na Lapa” tem cabimentado 76.110 Euros para 2006. Trata-se de um novo Projecto que não estava nem previsto nem cabimentado em 2005. Então esta obra não foi já realizada e concluída em véspera de eleições autárquicas?
 - b) “Casa Mortuária da Freguesia da Ereira” tem 5.000 Euros previstos para 2006. A obra foi concretizada pela respectiva Junta de Freguesia, após consulta a 3 empresas para a sua execução. Foi inaugurada em véspera de eleições autárquicas;
 - c) “Reabilitação e Alargamento do Pontão da Rua João Varela, na Lapa” tem previsto, para 2006, o montante de 97.125, Euros. Trata-se de um novo Projecto que não estava nem previsto nem cabimentado em 2005.
 - d) “Beneficiação da Rua do Olival, na Ereira” tem previsto, para 2006, o montante de 124.285, Euros. Trata-se de um novo Projecto que não estava nem previsto nem cabimentado em 2005;
 - e) “Beneficiação da Rua Ferreira de Castro, em Vila Chã de Ourique” tem previsto, para 2006, o montante de 78.745, Euros. Trata-se de um novo Projecto que não estava nem previsto nem cabimentado em 2005;
 - f) “Beneficiação das Ruas do Moinho Saloio e do Prioste, no Cartaxo” tem previsto, para 2006, o montante de 285.765, Euros. Trata-se de um novo Projecto que não estava nem previsto nem cabimentado em 2005;
 - g) “Beneficiação da Estrada de Santana” tem previsto, para 2006, o montante de 204.225, Euros. Trata-se de um novo Projecto que não estava nem previsto nem cabimentado em 2005;
 - h) Na área da Saúde, o “Alargamento do Centro de Saúde do Cartaxo” tem apenas inscritos 50 Euros. Não é uma opção para 2006;
 - i) “Conservação e beneficiação de estradas e caminhos rurais e agrícolas” tem previsto, para 2006, cerca de 237 mil Euros. Quais são os caminhos?
 - j) “Modernização da Linha do Norte – Passagens desníveis – Viaduto de Santana” apenas tem previsto 50 Euros para 2006. A maior parte do investimento concentra-se em 2007, 2008 e 2009 num total de cerca de 10 milhões de Euros. Esta obra não depende financeiramente da CMC. Como é que a CMC pode fazer esta programação financeira?



PSD

Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

- k) “Beneficiação de Estradas Nacionais desclassificadas” tem cerca de 4 milhões de Euros previstos para 2007 e 2008. Que garantias tem a CMC por parte da empresa Estradas de Portugal EPE?
- l) No Orçamento de 2005, constava a participação na “Construção da nova Esquadra da PSP do Cartaxo”, com 30 mil euros previstos, sem que estivesse assinado qualquer compromisso ou protocolo com o Ministério da Administração Interna, assumindo a responsabilidade financeira de ambas as partes. Na actual proposta de Orçamento para 2006, não há nenhuma evolução sobre este tema;

Ainda no que diz respeito às Actividades Mais Relevantes (AMR) para 2006 e às verbas que aí se encontram previstas para sua realização, considera-se que não existe qualquer nexo de realidade com a prática corrente na realização destes eventos. **A título de exemplo, não estão contempladas as tradicionais realizações da Rainha das Vindimas, das Comemorações do 25 de Abril, das escolas desportivas, das férias desportivas, ou ainda das Noites de Verão.**

Ainda relativamente ao Investimento que é proposto, ele merece o nosso descontentamento, atendendo às várias propostas que foram feitas pelo PSD, numa recente reunião que antecedeu a apresentação do Orçamento para 2006, designadamente porque:

- a) Não há um significativo impulso, por parte da Câmara Municipal, em avançar com a construção do edifício sede do Sport Lisboa e Cartaxo;
- b) Não está assumida a proposta dos Vereadores do PSD para a construção de Equipamentos Desportivos Polivalentes na Lapa e em Vale da Pedra, sendo desejável que a sua efectivação fique previamente consagrada em Protocolo a concluir com a respectiva Junta de Freguesia;
- c) Não há nenhum compromisso político claro, neste Plano e Orçamento para 2006, relativamente à Cobertura dos Lavadouros Públicos, na Ereira, sendo desejável que – em alternativa – a sua efectivação fique previamente consagrada em Protocolo a concluir com a respectiva Junta de Freguesia;
- d) Não há qualquer intenção de avançar para a construção de um novo edifício-sede para a Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, como tem sido intenção desde há vários anos;





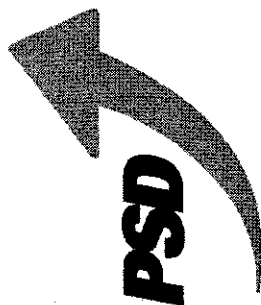
Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

- e) Não foi igualmente acolhida a nossa proposta da construção do ATL nos Casais Lagartos, na freguesia de Pontével;
- f) **Aumentar as zonas de estacionamento livre para veículos**, particularmente na freguesia do Cartaxo, dada a exiguidade dos existentes. Como os espaços no centro da cidade não abundam, uma das alternativas possíveis, a exemplo da Suíça, seria construir paredes laterais nas linhas de água que atravessam a cidade, a um ou dois metros acima do solo. Por cima seria construído um estrado destinado ao estacionamento. Trata-se do chamado “dois em um”. Beneficia-se o ambiente do ribeiro e aumenta-se o estacionamento para fora das principais ruas da cidade.

Finalmente e porque consideramos estruturantes algumas das propostas que apresentámos, e porque elas não têm acolhimento integral neste Orçamento para 2006, voltamos a insistir na sua defesa, chamando a atenção do restante executivo para a necessidade da sua discussão e oportuna cabimentação:

PROPOSTA PARA 2006: Grandes Opções do Plano e Orçamento

1. Transformar a ideia do “Cartaxo Capital do Vinho” que está sem conteúdo, num verdadeiro projecto global do Concelho, designadamente através da participação de todos os parceiros interessados (por exemplo: os produtores, a Adega Cooperativa do Cartaxo, a Viticultaxo), e negociando a posse das actuais instalações do Instituto da Vinha e do Vinho – IVV, no Cartaxo e em Pontével, que é património da vinicultura e se está a degradar.
2. Criar uma Escola Profissional de Artes e Ofícios, orientada para as necessidades e qualificação do mercado de emprego no Concelho, tendo em conta os novos serviços que irão surgir com o aeroporto da Ota.
3. Prolongar via rápida do Cartaxo – Aveiras de Cima, até ao local onde vai ser construído o novo aeroporto da Ota. Como abrange outros concelhos será necessário estabelecer parcerias quanto antes. Esta antecipação pode trazer novos investimentos para o nosso Concelho.
4. Dar prioridade imediata à concepção do Plano de Pormenor do Centro do Cartaxo.



Vereadores na Câmara Municipal do Cartaxo

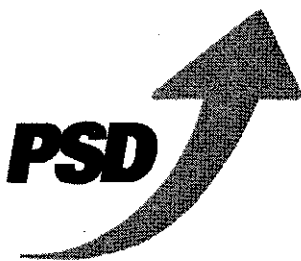
Por todas as razões atrás expostas, os Vereadores do PSD na Câmara Municipal do Cartaxo votam contra a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, apresentados para 2006.

Finalmente, os Vereadores do PSD deixam igualmente manifestada nesta posição que o Estatuto do Direito de Oposição (artigo 5, nº 3) foi cumprido pelo executivo da Câmara Municipal do Cartaxo, liderado pelo Partido Socialista.

Cartaxo, 5 de Dezembro de 2005

Manuela Estêvão
Manuel Jarego

João Mendes
[Assinatura]



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data: 21 de Dezembro de 2006

N.º de Páginas: 12

Assunto:

Assembleia Municipal do Cartaxo: **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007**

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007, são claramente influenciadas (para todos os municípios portugueses) pelos dois seguintes factores:

- a) Pela recente aprovação da nova Lei das Finanças Locais, na Assembleia da República, com a responsabilidade do Partido Socialista, que é altamente penalizadora para os interesses das populações do concelho do Cartaxo, designadamente pela redução das verbas transferidas do Orçamento do Estado para a autarquia;
- b) Pelo início de um novo Quadro Comunitário de Apoio (QREN), sem que objectivamente ainda sejam conhecidos quais os projectos municipais que podem ter acolhimento no co-financiamento comunitário;

Tendo analisado os documentos que integram as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2007, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo, consideram que:

- 1- O conjunto das propostas que são submetidas à apreciação, à discussão e à votação, mantém a tendência, já apontada em anos anteriores, sem que a Câmara Municipal do Cartaxo tenha aproveitado esta rara oportunidade, para promover uma significativa consolidação orçamental, designadamente na redução da despesa supérflua;
- 2- A actual gestão municipal, apesar de ter consciência das dificuldades para onde dirigiu as contas municipais, não tem a determinação e a coragem para inverter a situação orçamental da Câmara, gastando muito menos em 2007 do que gastou em 2006. Mas pela Proposta Orçamental que nos foi apresentada, as Despesas Correntes são em muito superiores à do ano anterior (15.203.295,00 Euros em 2007 contra 11.531.810,00 Euros em 2006);
- 3- Ainda neste contexto da Despesa Corrente, e numa perspectiva mais global, a situação financeira da Câmara Municipal do Cartaxo vai aumentando os sinais de degradação, porque a sua Despesa Corrente tem progressivamente crescido, sem que a correspondente Receita Corrente cresça ao mesmo ritmo. A introdução de dois novos Impostos sobre os Imóveis (IMI e IMT) veio atenuar o problema;
- 4- Ao longo dos últimos anos foi aumentando o prazo médio de pagamento aos fornecedores, como o demonstram os sucessivos Relatórios e Contas da CMC pelo que o Município tem vindo a acumular dívidas, não cumprindo com o pagamento de facturas pendentes de anos anteriores, não conseguindo cumprir com os Protocolos que livremente assina com as Colectividades, as Associações e as Juntas de Freguesia;



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

- 5- Por outro lado, o endividamento da Câmara Municipal também já apresenta contornos preocupantes, pelo que ficamos na expectativa relativamente ao anúncio dos resultados da aplicação da nova Lei das Finanças Locais sobre a actual capacidade de endividamento da CMC, designadamente pelos recursos à utilização do "leasing" e do "factoring".

RECEITA:

De acordo com a prática deste executivo que lidera a CMC o orçamentado normalmente nunca é executado. Nem sequer por aproximação. Em 2003 e 2004 a execução orçamental (o que de facto foi concretizado no Orçamento) superou sempre os 91% (Ver Quadro Nº 1).

Com o Orçamento de 2005, e previsivelmente com o de 2006, a execução orçamental ficará muito além dos 91% executados em anos anteriores, o que revela pouco rigor na previsão do Orçamento. De facto, em 2005, cerca de 2/3 do Orçamento (correspondentes a 66,03%) é que foram executados (Ver Quadro Nº 1).

Quadro Nº 1

DESCRIÇÃO	2007	2006	2005	2004	2003
RECEITAS ORÇAMENTADAS	31,876,660	29,580,850	22315000	19622600	18125655
RECEITAS CONCRETIZADAS	(a)	(a)	14734187	17997643	16833995
DIFERENCIAL			7580813	1624957	1291660
% do realizado			66,03	91,72	92,87

Legenda:

- (a) Apenas com os valores orçamentados, em virtude das contas, nesta data, não estarem ainda encerradas.

Na perspectiva da Receita Total e verificando o Quadro Nº 2 que se segue, a expectativa da CMC para 2007 é obter:

- a) Cerca de 10 milhões de Euros mais de Receitas Correntes;
- b) Receber menos quase 8 milhões de Euros de Receitas de Capital;

Quadro Nº 2

Rubricas	Orçamento 2007		Orçamento 2006	
	Valor	Var. 07/06	Valor	Var. 06/05
Total das Receitas Correntes	21.834.585	88,3%	11.593.520	-2,9%
Total das Receitas de Capital	10.042.075	-44,2%	17.987.330	73,3%
Total	31.876.660	7,8%	29.580.850	32,6%

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Na decomposição da Receita Corrente e Receita de Capital (Quadro Nº 3), conclui-se que:

Quadro Nº 3

DESCRIÇÃO	2007	2006	2005	2004	2003
RECEITAS CORRENTES					
1 Impostos directos	3544625	4530800	4800800	3308180	2944897
2 Impostos indirectos	230325	195400	236850	239290	234368
4 Taxas, multas e outras penalidades	314155	282700	375550	288880	303227
5 Rendimentos de propriedade	3015520	16200	40350	28550	17050
6 Transferências correntes:					
• Fundo de equilibrio financeiro	2219521	0	0	0	0
• Fundo social municipal	335194	0	0	0	0
• Participação fixa do IRS	692026	0	0	0	0
• Fundo geral municipal	0	2260405	2045778	1653435	1570460
• Fundo coesão municipal	0	50	208666	551124	533600
• Fundo base municipal	0	648161	654123	646977	617302
• Outras	490115	608100	561838	420749	329528
7 Vendas de bens e serviços:					
• Venda de bens	1515300	1235300	1496400	1105850	1350250
• Serviços	1084195	1037200	1028350	1081300	1137050
• Rendas	8274654	566500	346500	423000	297550
8 Outras receitas correntes	118955	212704	143250	157500	60150
TOTAL	21834585	11593520	11938455	9904835	9395432
RECEITAS DE CAPITAL					
9 Venda de bens de investimento	5403320	13400	258900	91000	99450
10 Transferências de capital:					
• Fundo de equilibrio financeiro	1479681	0	0	0	0
• Fundo geral municipal	0	1506939	1363853	1102291	1046973
• Fundo coesão municipal	0	50	139110	367416	355733
• Fundo base municipal	0	432107	436082	431318	411534
• Outras	1464800	12996438	7015600	5960335	4805233
11 Activos financeiros	15240	37900	2000	200	200
12 Passivos financeiros	1679020	3000100	1100500	1750050	2000050
13 Outras receitas de capital	14	296	60500	15155	10050
14 Reposições não abatidas nos pag ^{os} .	0	100	0	0	1000
TOTAL	10042075	17987330	10376545	9717765	8730223
CORRENTES + CAPITAL	31876660	29580850	22315000	19622600	18125655

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

- A CMC prevê arrecadar 2/3 do total da Receita por via da Receita Corrente (mais de 21 milhões de Euros), esperando que o 1/3 restante provenha da Receita de Capital (cerca de 10 milhões de Euros).
- Esta opção é bem diferente do que sucedeu em 2006, quando se previa que o Município do Cartaxo iria ter uma menor arrecadação de Receitas Correntes (-2,9%) comparativamente a 2005 e as suas Receitas de Capital iriam aumentar brutalmente (73,3%), comparando 2006 a 2005 – opção esta que se revelou totalmente irrealista;



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

- c) Na rubrica "Rendimentos de Propriedade" há uma importância referente a rendas de terrenos inscrita pelo montante de 3.002.360, de Euros referente à alienação de um terreno à "Empresa Municipal Rumo 2020", e que é sujeitada a aprovação na sessão desta Assembleia Municipal.
- d) Com a introdução da nova Lei das Finanças Locais, as "Transferências Correntes" do Orçamento do Estado para a CMC têm novas designações (Fundo de Equilíbrio Financeiro; Fundo Social Municipal e Participação Fixa do IRS) e correspondem ao total de 3.246.741, de Euros. Na comparação com o ano passado (2006) estas transferências do Orçamento do Estado totalizavam 3.516.716, de Euros, pelo que em 2007 há uma quebra de receita de menos 269.975, de Euros;
- e) A proposta orçamental contém a expectativa da antecipação de receitas da EDP, inscrita nas "Rendas", pelo montante de cerca de 7 milhões de Euros. Esta proposta já foi aprovada em reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal, com o objectivo de pagar aos fornecedores. Todavia, subsiste a dúvida sobre se esta operação obterá (ou não) a aprovação do Tribunal de Contas. Na eventualidade de esta operação não merecer o acordo do Tribunal de Contas, terá de se deduzir ao total da receita de 31.876.660, de Euros o montante de cerca de 7 milhões de Euros, pelo que a Receita Total se reduzirá para apenas 24.876.660, de Euros;
- f) Finalmente, e já nas Receitas de Capital, na rubrica "Venda de Bens" está incluída a verba de 5.403.100, de Euros para a qual não encontrámos justificação adequada;

Ainda nas Receitas de Capital, vale a pena registar o cenário mais realista que é traçado para o Orçamento, quando se compara a proposta para 2007 com aquela outra que foi apresentada em 2006, uma vez que a "Participação Comunitária em Projecto Co-financiados" está dotada com uma verba mais realista e que pode resultar da Reserva de Eficiência do III QCA. (Ver Quadro Nº 4).

Quadro Nº 4.

Rubricas	Orçamento 2007		Orçamento 2006		Orçamento 2005
	Valor	Var. 07/06	Valor	Var. 06/05	Valor
Partic. Comunitária Projectos Co-Financiados	1.461.810	-82,6%	8.385.238	68,0%	4.990.500
Cooperação Técnica-Financeira Adm. Central	5	-100,0%	4.610.300	131,6%	1.990.300
Fundo Geral Municipal		-100,0%	1.506.939	10,5%	1.363.853
Fundo de Coesão Municipal		-100,0%	50	-100,0%	139.110
Fundo de Base Municipal		-100,0%	432.107	-0,9%	436.082
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.479.681				
Total	2.941.496	-80,3%	14.934.634	67,4%	8.919.845

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature and initials

DESPESA:

De acordo com a prática recente desta CMC o orçamentado normalmente nunca é executado. Nem sequer por aproximação. Em 2003 e 2004 a execução orçamental (o que de facto foi concretizado no Orçamento) superou sempre os 91% (Ver Quadro Nº 1).

Com o Orçamento de 2005, e previsivelmente com o de 2006, a execução orçamental ficará muito além dos 91% executados em anos anteriores, o que revela pouco rigor na previsão do Orçamento. De facto, em 2005, quase 2/3 do Orçamento (correspondentes a 64,71%) é que foram executados (Ver Quadro Nº 1).

Quadro Nº 1:

DESPESAS TOTAIS ANUAIS, EM EUROS					
DESCRIÇÃO	2007	2006	2005	2004	2003
DESPESAS ORÇAMENTADAS	31876660	29580850	22314980	19622600	18125655
DESPESAS CONCRETIZADAS	(a)	(a)	14440810	17981962	16753200
DIFERENCIAL			7874170	1640638	1372455
% do realizado			64,71	91,64	92,43

Legenda:

(b) Apenas com os valores orçamentados, em virtude das contas, nesta data, não estarem ainda encerradas.

Neste contexto enquadrador, vejamos quais são as Principais rubricas da Despesa que são propostos pela CMC para 2007 (Ver Quadro Nº 2):

Quadro Nº 2:

Rubricas	Orçamento 2007		Orçamento 2006	
	Valor	Var. 07/06	Valor	Var. 06/05
Pessoal	6.200.930	10,4%	5.615.250	20,1%
Aquisição de Bens	1.533.860	5,8%	1.449.130	-0,2%
Aquisição de Serviços	5.091.495	69,7%	3.001.175	-5,9%
Júros da Dívida	879.990	95,9%	449.310	58,5%
Transferências para Freguesias	588.480	58,6%	370.950	-25,4%
Outras Transferências Correntes	709.345	33,0%	533.345	17,4%
Subsídios	80	-98,7%	6.200	2380,0%
Outras Despesas Correntes	199.115	87,1%	106.450	46,5%
Total	15.203.295	31,8%	11.531.810	8,5%

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

De acordo com esta proposta orçamental conclui-se, resumidamente, que em comparação com o Orçamentado em 2006:

- a) As despesas com "Pessoal" crescem 10,4% e aumentam em cerca de 600 mil Euros, em 2007. Se a esta conclusão associarmos o crescimento que as despesas com "Pessoal" já tinham tido em 2006, em cerca de 20%, podemos constatar o total descontrolo que esta rubrica apresenta;
- b) As despesas com a "Aquisição de Serviços" crescem 69,7% e aumentam em mais de 2 milhões de Euros. Depois de uma tentativa de contenção desta despesa em 2006 com - 5,9% o ano de 2007 regista um aumento pouco justificável e recomendável;
- c) Os "Juros da Dívida" aumentam 95,9%, ou seja quase duplicam, crescendo em 430 mil Euros. Em 2006 já tinham tido um crescimento de 58,5% o que justifica as nossas preocupações com esta rubrica;

Todavia, pode-se fazer um esforço adicional para interpretar o Orçamento e verificar como vão ser concretizadas algumas Despesas Correntes. Começamos com as Despesas previstas com a rubrica de "Pessoal" (Ver Quadro Nº 3):

Quadro Nº 3:

Rubricas	Orçamento 2007		Orçamento 2006	
	Valor	Var. 07/06	Valor	Var. 06/05
Admin. Munic. - Assembleia Municipal	15.050	-24,8%	20.000	-2,4%
Admin. Munic. - Câmara Municipal	505.405	22,1%	413.985	24,8%
Admin. Munic. - Operações Financeiras	0	—	0	—
Admin. Munic. - Classes Inactivas	7.300	256,1%	2.050	-72,8%
Divisão de Administração e Finanças (DAF)	1.020.195	7,3%	951.135	20,9%
Div. Planeam. Administr. Urbanística (DPAU)	416.185	18,9%	350.110	21,4%
Divisão Obras Equipam. Municipais (DOEM)	796.790	3,4%	770.225	14,2%
Divisão Ambiente Serviços Urbanos (DASU)	949.045	-0,3%	952.245	12,3%
Divisão de Águas e Saneamento (DAS)	563.095	8,5%	518.945	20,2%
Divisão Desenv. Acção Sócio-Cultural (DDASC)	1.113.195	4,9%	1.060.800	62,8%
Serv. Protecção Civil Bomb. Munic. (SPCBM)	814.670	41,5%	575.755	-9,6%
Total	6.200.930	10,4%	5.615.250	20,1%

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

De acordo com o Quadro Nº 3, o aumento de cerca de 600 mil Euros na rubrica de "Pessoal" é atribuído, essencialmente, ao SPCBM com mais 240 mil Euros.



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

gomes
de

Ainda de acordo com este Quadro Nº 3, não encontramos qualquer medida que justifique o aumento da despesas que a componente política da Câmara Municipal, designadamente pelo aumento de 22,1% em 2007, quando em 2006 já havia registado um aumento de 24,8%.

Relativamente às despesas com "Horas Extraordinárias" que se prevêem, aconselha-se a análise do Quadro Nº 4, que se encontra já a seguir.

Quadro Nº 4

Rubricas	Orçamento 2007	Var. 07/06	Orçamento 2006	Var. 06/05
Admin. Munic. - Assembleia Municipal	0	—	0	—
Admin. Munic. - Câmara Municipal	7.115	58,11%	4.500	-47,06%
Admin. Munic. - Operações Financeiras	0	—	0	—
Admin. Munic. - Classes Inactivas	0	—	0	—
Divisão de Administração e Finanças (DAF)	47.350	117,70%	21.750	-54,21%
Div. Planeam. Administr. Urbanística (DPAU)	2.000	-55,56%	4.500	-41,56%
Divisão Obras Equipam. Municipais (DOEM)	31.250	27,55%	24.500	-14,04%
Divisão Ambiente Serviços Urbanos (DASU)	42.565	89,18%	22.500	-36,08%
Divisão de Águas e Saneamento (DAS)	45.545	114,33%	21.250	-34,62%
Div. Desenv. Acção Sócio-Cultural (DDASC)	70.180	167,35%	26.250	-25,74%
Serv. Protecção Cível Bomb. Munic. (SPCBM)	137.190	802,57%	15.200	-77,25%
Total	383.195	172,83%	140.450	-46,40%

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

De acordo com a informação que consta neste Quadro Nº 4, constata-se um aumento muito significativo no pagamento de "Horas Extraordinárias", num total superior a 240 mil Euros, sendo parte substancial dirigida para o SPCBM (cerca de 120 mil Euros de acréscimo).

Mantendo a análise nas Despesas Correntes, podemos seguidamente analisar as Despesas previstas para a rubrica de "Aquisição de Bens e Serviços", recorrendo ao Quadro Nº 5.



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Quadro Nº 5

Rubricas	Orçamento 2007		Orçamento 2006	
	Valor	Var. 07/06	Valor	Var. 06/05
Admin. Munic. - Assembleia Municipal	9.300	-79,3%	45.000	30,4%
Admin. Munic. - Câmara Municipal	836.245	126,9%	368.540	-32,8%
Admin. Munic. - Operações Financeiras	0	—	0	—
Admin. Munic. - Classes Inactivas	0	—	0	—
Divisão de Administração e Finanças (DAF)	747.255	22,8%	608.320	3,6%
Div. Planeam. Administr. Urbanística (DPAU)	27.310	-0,3%	27.380	8,7%
Divisão Obras Equipam. Municipais (DOEM)	721.715	1,9%	708.015	34,2%
Divisão Ambiente Serviços Urbanos (DASU)	1.001.760	32,6%	755.350	3,5%
Divisão de Águas e Saneamento (DAS)	783.545	91,9%	408.325	12,0%
Divisão Desenv. Acção Sócio-Cultural (DDASC)	2.198.845	60,6%	1.368.775	-14,7%
Serv. Protecção Cível Bomb. Munic. (SPCBM)	299.380	86,4%	160.600	-27,4%
Total	6.625.355	48,9%	4.450.305	-4,1%

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

De acordo com o Quadro Nº 5 é possível concluir que as despesas com a "Aquisição de Bens e Serviços" vão aumentar quase 2 milhões e 200 mil Euros, sendo a DDASC com um aumento de mais de 800 mil Euros e a componente política da CMC com cerca de 470 mil Euros os principais beneficiários destes aumentos.

Também nestes aumentos julgamos que haveria lugar a esforço acrescido de contenção orçamental.

Na desagregação entre a "Aquisição de Bens" e a "Aquisição de Serviços" podemos ainda constatar algumas informações adicionais, como se pode verificar no Quadro Nº 6 que se segue.

Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

João Mendes
CA

Quadro Nº 6

	2007	2006	2005	2004	2003
AQUISIÇÃO DE BENS					
Matérias-primas e subsidiárias	40	400	400	50	0
Combustíveis e lubrificantes	349170	334430	305600	178750	100
Munições, explosivos e artifícios	3505	7840	7050	4000	0
Limpeza e higiene	150515	171005	160150	138550	5000
Alimentação-géneros para confeccionar	5	1500	1000	1500	0
Vestuários e artigos pessoais	87655	35510	37800	34550	1100
Material de escritório	237730	146630	161250	119000	40000
Produtos químicos e farmacêuticos	8010	12285	15400	8650	50
Produtos vendidos nas farmácias	575	2250	2250	350	50
Material de consumo clínico	37500	10200	12500	12000	0
Material de transporte-peças	136980	151405	157200	110000	500
Outro material-peças	19730	47720	30850	79000	50
Prémios, condecorações e ofertas	46240	42205	87750	78000	0
Mercadorias para venda	91505	84765	71550	76550	0
Ferramentas e utensílios	25550	36355	21650	24500	10000
Livros e documentação técnica	2105	3675	4950	5500	5000
Artigos honoríficos e de decoração	530	1100	1600	4250	2500
Material de educação, cultura e recreio	6175	13885	5300	14900	800
Outros bens	330340	345970	368200	283000	5550
TOTAL	1533860	1449130	1452450	1173100	70700
	2007	2006	2005	2004	2003
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
Encargos de instalações	1337225	349450	434050	392050	50
Limpeza e higiene	57015	35205	26750	21000	50
Conservação de bens	255960	350450	367600	298000	13000
Locação de edifícios	5	50	600	600	600
Locação de material informático	40	400	400	400	50
Locação de material de transporte	18355	15350	17850	35350	50
Locação de outros bens	93975	73280	68450	36750	14852
Comunicações	231655	125725	173800	110600	60000
Transportes	345320	247180	234340	153400	50
Representação	3825	16910	15500	21750	50
Seguros	48260	41900	34600	26050	291
Deslocações e estadas	335	7250	7100	10750	5000
Estudos e parceres, projectos e consult.	466955	315535	190350	55350	50
Formação	8450	16650	20950	9500	3000
Seminários, exposições e similares	595	300	550	1050	0
Publicidade	237350	305465	364250	179600	7500
Vigilância e segurança	4515	10040	13750	5300	1000
Assistência técnica	75435	34525	43600	39450	5000
Outros trabalhos especializados	960095	683250	523850	400500	5000
Encargos de cobrança de receitas	110200	82360	102050	100050	0
Outros serviços	835930	289900	549865	344500	15000
TOTAL	5091495	3001175	3190255	2242000	130593
TOTAIS	6625355	4450305	4642705	3415100	201293

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

São de assinalar neste Quadro Nº 6 os aumentos das seguintes rubricas:

- Material de Escritório – aumento de 90 mil Euros;
- Comunicações – aumento de mais de 100 mil Euros;
- Estudos e Pareceres, Projectos e Consultoria – aumentam cerca de 150 mil Euros;
- Outros Serviços – aumenta cerca de 550 mil Euros;

Apesar dos consecutivos alertas que temos feito, verifica-se neste Orçamento uma tentativa para a redução da despesa com “Publicidade”, de acordo com o Quadro Nº 7 que se segue, demonstrando que nesta rubrica há espaço para um esforço de contenção ainda maior.

Quadro Nº 7

Rubricas	Orçamento 2007	Orçamento 2006	Orçamento 2005	Orçamento 2004
Admin. Munic. - Assembleia Municipal	9.000	15.000	15.000	15.000
Admin. Munic. - Câmara Municipal	39.315	89.470	115.150	55.000
Admin. Munic. - Operações Financeiras	0	0	0	0
Admin. Munic. - Classes Inactivas	0	0	0	0
Divisão de Administração e Finanças (DAF)	17.600	30.585	28.000	24.000
Div. Planeam. Administr. Urbanística (DPAU)	4.000	1.340	1.000	1.500
Divisão Obras Equipam. Municipais (DOEM)	9.815	18.655	6.000	10.000
Divisão Ambiente Serviços Urbanos (DASU)	500	500	500	4.000
Divisão de Águas e Saneamento (DAS)	5	500	50	50
Div. Desenv. Acção Sócio-Cultural (DDASC)	157.110	146.365	198.500	70.000
Serv. Protecção Cível Bomb. Munic. (SPCBM)	5	3050	50	50
Total	237.350	305.465	364.250	179.600

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

Da análise detalhada ao Quadro Nº 7 pode-se verificar que é a DDASC que regista um incremento nesta despesas com “Publicidade” que é totalmente coberto pela poupança que a componente política da CMC se propõe realizar em 2007, cortando em 50 mil Euros os seus gastos com “Publicidade”.

Vamos ficar atentos à evolução desta rubrica ao longo de 2007 e à sua consequente execução orçamental.



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Continuando no âmbito das Despesas Correntes vale a pena ainda fazer uma especial referência aos "Juros e Outros Encargos" que a CMC terá de suportar em 2007. Vejamos seguidamente o Quadro Nº 8.

Quadro Nº 8

	2007	2006	2005	2004	2003
JUROS E OUTROS ENCARGOS					
Juros da dívida pública:					
Bancos e outras Instituiç. Financeiras:					
• Empréstimos de curto prazo	5	1835	50	50	50
• Empréstimos de médio e longo prazo	518625	313770	242035	236150	324079
Outros encargos correntes da dív. púb.					
• Despesas diversas	5	50	50	50	50
Juros de locação financeira:					
• Construções diversas	29620	8320	10025	0	
• Material de transporte	4830	8120	6950	8750	100
• Maquinaria e equipamento	0	0	0	0	25
Outros juros:					
• Outros	265130	71160	4300	50	50
Outros encargos financeiros	61775	46055	20000	1550	1950
TOTAL	879990	449310	283410	246600	326304

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

De acordo com este Quadro Nº 8, e na evolução de 2006 para 2007, a CMC sofrerá um forte agravamento nesta rubrica, designadamente pelo aumento (respectivamente) de 449.310, Euros para 879.990, Euros o que consideramos manifestamente elevado.

Finalmente, no contexto das "Transferências Correntes" registamos com agrado o aumento das transferências para Freguesias, em 2007, em cerca 200.580, Euros verificando-se uma recuperação relativamente aos fortes cortes que se tinham verificado em 2006 (370.950, Euros em 2006 contra 497.485, Euros que foram propostos em 2005).

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), documento que integra a proposta de Orçamento da CMC para 2007, está prevista uma dotação total de 15.004.760, Euros destinada ao Investimento Municipal.

Da análise que fizemos ao PPI, constatamos que há Projectos cujas obras já terminaram, mas ainda continuam a ser orçamentadas verbas para eles. Daí que existam despesas de anos anteriores que se mantêm cabimentadas nos anos seguintes, fazendo com que uma parte da receita deste Orçamento fique cativa, logo à partida.

Constata-se também que a CMC não consegue cumprir com os compromissos financeiros assumidos com os fornecedores.



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Na proposta de Orçamento para 2007, há um significativo número de pagamentos por realizar e que são respeitantes a anos anteriores e que podem ser identificados nas Actividades Mais Relevantes para 2007, (acontecendo que alguns destes compromissos já transitam do Orçamento do ano passado) como são por exemplo:

- Festa do Vinho/Festival do Vinho de 2005;
- Festival do Tejo de 2004;
- ExpoCartaxo/Feira dos Santos de 2005;

Por outro lado, a CMC está a deixar que os Protocolos com as forças vivas do concelho (Associações, Colectividades e Juntas de Freguesia) se tornem ingovernáveis para os beneficiários porque há um atraso significativo em anos anteriores e que transitam para presente Proposta de Orçamento de 2007.

Há várias Rubricas classificadas que nos deixam dúvidas quanto à sua efectiva concretização e quanto ao seu carácter, designadamente o "Arranjo dos Espaços Exteriores do Largo do Lazer na Lapa" que teve cabimentação em 2006. Trata-se de um Projecto de 2006 que não estava nem previsto nem cabimentado em 2005. Então esta obra não foi já realizada e concluída em véspera de eleições autárquicas?

Ainda no que diz respeito às Actividades Mais Relevantes (AMR) para 2007 e às verbas que aí se encontram previstas para sua realização, considera-se que não existe qualquer nexo de realidade com a prática corrente na realização destes eventos. A título de exemplo, não estão contempladas as tradicionais realizações da Rainha das Vindimas, das Comemorações do 25 de Abril, das escolas desportivas, das férias desportivas, ou ainda das Noites de Verão.

Ainda relativamente ao Investimento que é proposto, ele merece o nosso descontentamento, atendendo às várias propostas que têm sido feitas tradicionalmente pelo PSD, e que não têm acolhimento no Orçamento para 2007 como são, por exemplo, o Arquivo Municipal, a construção do edifício sede do Sport Lisboa e Cartaxo, a construção de Equipamentos Desportivos Polivalentes na Lapa e em Vale da Pedra.

Por todas as razões atrás expostas, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo **votam contra** a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, apresentados para 2007.

Finalmente, os Deputados do PSD deixam igualmente manifestada nesta posição que o **Estatuto do Direito de Oposição** (artigo 5, nº 3) **foi cumprido pelo executivo da Câmara Municipal do Cartaxo**, liderado pelo Partido Socialista.

Cartaxo, 21 de Dezembro de 2006

Vasco Cunha / Hélia Monteiro / José Manuel Onofre / Luísa Pato / Pedro Barata



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature and initials in the top right corner.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data : 28 de Abril de 2008

N.º de Páginas : 24

Assunto:

Câmara Municipal do Cartaxo:
“Relatório de Gestão (RG) de 2007” com as “Demonstrações Financeiras (DF)” e os “Parecer e Certificação Legal de Contas”

O ano de 2007 foi o ano da nova Lei das Finanças Locais (LFL) e o ano da Certificação Legal de Contas, por isso, iremos recorrer à mesma ao longo da nossa apreciação. Nesse sentido temos 3 Questões Prévias para apresentar:

1.ª Questão prévia:

Pretendíamos que confirmasse se a **versão do Relatório de Gestão (RG) e Demonstrações Financeiras (DF)** que recepcionou foram as aqui apresentadas e agora em discussão e se teve o tempo mínimo para seguir a metodologia do trabalho, dado que o RG tem:

- No ponto 1 "*Caracterização Geral e Sumária da Actividade Municipal durante o ano de 2007*" (pág. 4) a data de **31/03/2008**;
- No ponto 4.4 "*Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício*" (pág. 29) a data de **14/04/2008**;
- E os seus *Parecer* (pág. 128) e *Certificação Legal de Contas* (pág. 130) têm o local e data seguintes: **Porto, 31/03/2008**.

2.ª Questão prévia:

"Artigo 48.º da Lei das Finanças Locais (LFL):

Auditoria externa das contas dos municípios e associações de municípios com participações de capital

(...)

3 — Compete ao **auditor externo** que procede anualmente à revisão legal das contas:

(...)

b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;

(...)

e) Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

(...)"



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Citando a alínea b) do n.º 3 do art.º 48.º da LFL, gostaríamos que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionasse o Sr. Dr. Joaquim Martins da Cunha (ROC), sobre a verificação ou não da existência de:

- irregularidades detectadas no âmbito dos trabalhos desenvolvidos;
- factos reveladores de graves dificuldades na execução do PPI.

E se as detectou, que as participe agora à Assembleia Municipal.

3.ª Questão prévia:

Pretendíamos, por último, que confirmasse também se o Relatório de Gestão (RG) é ou não concordante com as Demonstrações Financeiras (DF).

ANÁLISE AOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Tendo analisado os documentos do “Relatório de Gestão” e as respectivas “Demonstrações Financeiras” e os “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2007, os Deputados eleitos pelo PSD para a Assembleia Municipal do Cartaxo, consideram que:

- As contas de 2006 foram as contas dos toques mágicos;
- As contas de 2007 são as contas das invenções e omissões.

A SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DE 2006 PARA 2007

Do Toque de Magia em 2006 às Invenções e Omissões de 2007

Para que não esqueçamos, aqui vão os grandes agregados das Demonstrações de Resultados (pág. 8 e 9 das DF de 2006 e 2007, respectivamente):

	2005	2006	2007	Varição (06/05)	Varição (07/06)
Proveitos Operacionais	11.786.581,03	12.044.364,62	13.850.416,01	2,19	14,99
Custos Operacionais	12.769.234,53	10.551.984,94	15.790.383,08	-17,36	49,64
Resultados Operacionais	-982.653,50	1.492.379,68	-1.939.967,07	251,87	-229,99
Proveitos Financeiros	501.449,94	42.785,93	1.480.348,11	-91,47	3.359,89
Custos Financeiros	328.798,76	464.949,69	1.099.749,92	41,41	136,53
Resultados Financeiros	172.651,18	-422.163,76	380.598,19	-344,52	190,15
Proveitos Extraordinários	419.359,28	205.605,32	4.398.934,47	-50,97	2.039,50
Custos Extraordinários	1.077.332,60	865.399,84	1.770.201,50	-19,67	104,55
Resultados Extraordinários	-657.973,32	-659.794,52	2.628.732,97	0,28	498,42



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Proveitos Totais	12.707.390,25	12.292.755,87	19.729.698,59	-3,26	60,50
Custos Totais	14.175.365,89	11.882.334,47	18.660.334,50	-16,18	57,04
Resultado Líquido do Exercício	-1.467.975,64	410.421,40	1.069.364,09	127,96	160,55

O Toque de Magia em 2006 **PARA RECORDAR AS NOSSAS OBSERVAÇÕES FEITAS ÀS CONTAS DE 2006**

- a) **Transformação do Resultado Líquido do Exercício negativo para um resultado positivo de (pelo menos) -2.000.000 euros em 410.000 euros.**

Como? Através de 2 pequenos exemplos, entre outros possíveis de ilustrar:

- A contenção, através da ocultação de resultados, dos custos operacionais (e dívida):

- a) Com a EDP (rubrica da despesa 02.02.01):

Em 2005 pagaram-se 416.415€; em 2006, não há nem custo, nem dívida; em 2007 pagaram-se 1.382.401,59€ (pág. 227 das DF)!

Justifica-se a pergunta: terá sido este último valor totalmente facturado em 2007? Veja-se a evolução e a facturação que não foi demonstrada que ficou debaixo do tapete! Calculamos que, pelo menos, cerca de 700.000€ terão ficado fora das Contas!

- b) Com a ADSE (rubrica da despesa 01.03.02):

Em 2006, não há nada em dívida; em 2007 aparece subitamente na coluna "dívida em 31 de Dezembro de 2007", a meio da pág. 182 das DF, uma dívida de 263.459,68€ (rubrica 24513) que é de anos anteriores como é dito na nota 25 da pág. 41 das DF.

A este valor temos ainda de acrescentar o total ou uma parte de 156.299,41€ que foram pagos em 2007, mas não sabemos se não seriam também de anos anteriores! Admitimos, no mínimo, que são mais 300.000€ ocultos, debaixo do tapete e, em suma, fora das Contas!

Em suma: a afirmada contenção de 2006 foi concretizada à conta da ocultação da despesa!!! Há nestas Contas de 2007 a evidencia de que a Despesa de 2006 foi colocada fora das Contas!!!

Bastava que estes 700.000€ e os 300.000€ (totalizando 1.000.000€, no mínimo) estivessem registados nas Contas, para que o Resultado Líquido de 410.000 € (em 2006) passar a negativo e bem negativo!!!

Sobre estas ocultações e sobre esta metodologia para esconder a despesa das Contas Municipais, não devemos esquecer as observações e as restrições exigentes que o Tribunal de Contas tem determinado!



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

b) O Executivo PS viu Imobilizações onde elas não existiam e transformou/classificou uma “despesa/custo de transferências de capital concedidas” (comparticipação no Nó de Acesso à A1) numa “imobilização incorpórea de propriedade industrial e outros direitos” pelo valor de 1.433.942,30€ (- custos e + imobilizações).

a) De acordo com o que tínhamos afirmado há 1 ano, pergunta-se (novamente): Quem seria o dono do activo? O Município ou a Brisa? Porque, de acordo com a classificação atribuída pela maioria socialista, este bem teria de ter um proprietário!

b) Ainda neste contexto, é com significativo pesar que se recorda que o PSD alertou para o facto do Executivo ter considerado este “Custo Oculto/Activo Invisível” como não amortizável em 2006 (porque se o amortizasse como mandam as regras teria reduzido o Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 410 mil euros para 123 mil euros) e o mesmo não efectuou qualquer correcção nesse ano e agora, em 2007, já vem enquadrado como amortizável!!!! (pág. 53 das DF de 2006 vs pág. 29 das DF de 2007).

De facto, não dava jeito nenhum fazê-lo em 2006! Nessa altura, era necessário “martelar” as Contas! Onde está aqui a coerência de quem aceitou esta classificação?

Em suma, confirmou-se ponto-por-ponto o Toque de Magia de 2006 que havíamos denunciado.

A produção de um resultado orçamental positivo precisava de ilusionismo!!!

As Invenções e Omissões de 2007
PARA QUE CADA UM ASSUMA AS SUAS RESPONSABILIDADES...
NO DESASTRE ANUNCIADO!!!

I – SOBRE OS RESULTADOS OPERACIONAIS:

Os resultados da actividade municipal médios nos 3 anos são negativos (considerando os dados que acabaram por ser definitivos e não os corrigidos): **-477 mil euros**.

O Executivo PS não consegue pôr o Município a gerar ganhos pelo exercício da sua actividade normal ou corrente. Ou seja, a operacionalidade do Município, não se paga a si própria...

Como já vimos atrás, os Resultados têm sido positivos à conta de toques mágicos.

Porém, no ano de 2007, o toque mágico acabou por se transformar numa invenção nos Resultados Extraordinários e também nos Financeiros!!!!!!!!!!

Significa isto – em consequência – que a qualidade do Investimento Municipal feito é deveras duvidoso! Será mesmo que se pode considerar Investimento?

Onde está o retorno económico-financeiro deste investimento?



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

garcia
12

II. SOBRE OS RESULTADOS FINANCEIROS:

De acordo com os dados da maioria que governa a Câmara Municipal, os resultados crescem de -422.163,76€ (em 2006) para 380.598,19€ (em 2007) ou seja +190,15%. Sendo que, neste contexto, só os proveitos financeiros crescem de 42.785,9€ de 2006 para 1.480.348,11€ de 2007 (+3.359,89%).

É um crescimento “notável” (acima até dos valores de 2005). É comparável? (na nota 2 da pág. 10 das DF não é feita referência, portanto, deve ser comparável, apesar da impossibilidade da comparação!!!) Será que é tudo proveito do exercício de 2007? Será que não temos aqui valores materialmente relevantes de anos anteriores que deveriam estar registados noutras contas (ex: 59 – Resultados Transitados), só que não o foram para contribuir propositada e favoravelmente para o Resultado Líquido? Por exemplo, rendimentos de imóveis (rendas) de 2006 ou anteriores... (pág. 44 das DF)

Aqui está a 1.ª invenção para a produção do Resultado!

III. SOBRE OS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados crescem de -659.796,52€ (em 2005 também foram negativos e próximos deste montante) de 2006 para 2.628.732,97€ de 2007 (crescem 5 vezes mais). Só os proveitos extraordinários crescem de 205.605,32€ de 2006 para 4.398.934,47€ de 2007 (+2.039,50%).

É outro crescimento “fantástico”. A história repete-se: É comparável? (na nota 2 da pág. 10 das DF não é feita referência, portanto, deve ser comparável, apesar da impossibilidade da comparação!!!!!!) Será que é tudo proveito do exercício de 2007? Será que não temos aqui valores materialmente relevantes de anos anteriores que deveriam estar registados noutras contas (ex: 59 – Resultados Transitados), só que também não o foram para contribuir propositada e favoravelmente para o Resultado Líquido?

Aqui está a 2.ª invenção para a produção do Resultado!

IV. A GRANDE INVENÇÃO NA RECEITA

No âmbito desta 2.ª invenção está parte da 3.ª e verdadeiramente grande invenção e grave irregularidade/ilegalidade e omissão no RG que diz respeito às operações relacionadas com o concurso público internacional para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo, que ainda nem se encontra adjudicado.

Dos poucos elementos de que todos dispomos, podemos formular as seguintes questões com resposta segura:

- a) A operação já está concluída?



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Não. Segundo o ponto 7 da Certificação Legal de Contas (pág. 130 do RG), "é esperado" que o concurso esteja "adjudicado" e concluído até ao fim do 1.º semestre de 2008. Ora, daqui se subentende que nem sequer está adjudicado, portanto, não se conhece o adjudicatário.

b) Os activos / passivos encontram-se reconhecidos por ambas as partes?

No âmbito da operação, o Município irá receber uma retribuição mínima a pagar por parte da concessionária que, segundo anunciado pelo Presidente do Município e previsto no Orçamento para 2008, seriam 12.000.000€ no 1.º ano (curto prazo) e o remanescente (9.000.000€) ao longo dos restantes anos do contrato (médio/longo prazos).

Como nem sequer temos adjudicatário ou concessionário, está-se a registar um activo futuro, ou seja, uma dívida a receber sem sequer se saber ainda quem vai pagar. Como todos sabem, os activos futuros não são objecto de registo. Fazem parte da contabilidade criativa que não se compadece com a contabilidade pública.

Como é que é possível um Auditor/Revisor confirmar a existência deste saldo no passivo do concessionário? Impossível! E por isso é que o Sr. Dr. Joaquim Martins da Cunha (ROC) não o fez e, em especial, por se tratar de uma distorção materialmente relevante reflectida nas contas!!

c) Como foi lançada esta operação?

Em função dos elementos de que dispomos (tornados públicos), construímos o quadro seguinte que nos permite verificar as demonstrações financeiras limpas da operação, os registos da operação e os efeitos nas Demonstrações Financeiras finais:

Páginas. 5 a 9 das DF	Balanço Limpo da Operação que deu origem à Reserva do ponto 7 (pág. 130) (A) = (C) - (B)	Operação que deu origem à Reserva do ponto 7 (pág. 130) (B)	Balanço das DF (AB) - pág. 6 (C)
Activo			
(...)			
Partes de Capital (411)	172.914,92		172.914,92
Dívidas de Terceiros – Curto Prazo	2.221.031,95	21.000.000,00 (a)	23.221.031,95
Depósitos e Caixa	647.992,22		647.992,22
Acréscimos de Proveitos (271)	1.555.640,38	583.333,00	2.138.973,38 €
Custos Diferidos (272)	1.240.093,52		1.240.093,52
(1) Activos Financeiros	5.837.672,99	21.583.333,00	27.421.005,99
Passivo			
(...)			



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Dívidas a Terceiros – Médio/Longo Prazo	11.896.755,04		11.896.755,04
Dívidas a Terceiros – Curto Prazo	16.030.356,36		16.030.356,36
Acréscimos de Custos (273)	1.355.428,02		1.355.428,02
Proveitos Diferidos (274)	7.168.823,36	21.000.000,00	28.168.823,36
(2) Passivos Financeiros	36.451.362,78	21.000.000,00	57.451.362,78
	Demonstração de Resultados Limpa da Operação que deu origem à Reserva do ponto 7 (pág. 130) (A) = (C) - (B)	Operação que deu origem à Reserva do ponto 7 (pág. 130) (B)	Demonstração de Resultados das DF – pág. 9 (C)
Proveitos Extraordinários (79)	3.815.601,47	583.333,00	4.398.934,47

Ora bem: TUDO ISTO É MENTIRA!!!

Mas esta mentira nas Contas de 2007 serve outros fins!

Destina-se a colmatar outras finalidades!

Como é que é possível que esta maioria socialista des governada:

- ✓ Registe uma operação financeira que ainda não está concretizada? Esta é uma operação fantasma!!!!
- ✓ Registe uma retribuição financeira que (ainda está para o futuro) vai receber, sem que – em coerência – registre também a saída dos Activos (infra-estruturas e equipamentos) que vão ser transferidos/cedidos para a Concessionária que ninguém conhece? (na nota 12 – pág. 30 das DF – é dito que o Município não tem imobilizações em poder de terceiros cedidas por contrato de concessão)!!!!
- ✓ Como é que é possível compatibilizar o registo desta operação (que até precede o recebimento da retribuição) quando há 4 meses atrás, aqui na Assembleia Municipal, no Plano e Orçamento para 2008 (último parágrafo do pág. 7) é expressado que se contemplaram "3 meses de receita de água e saneamento", no pressuposto de, só a partir de Abril de 2008, a receita a cobrar já ser da dita retribuição!!!!

Quais foram as intenções desta maioria PS do Município ao registar o “registo impossível” que originou uma das reservas por desacordo (distorção materialmente relevante) entre o Sr. Dr. Joaquim Martins da Cunha (ROC) e o Executivo PS?

Vejamos quais as três (3) intenções desta MENTIRA:

- A 1ª grande intenção/finalidade prende-se com o exposto nos artigos 36º e 37º da nova Lei das Finanças Locais (LFL) que em traços gerais se relaciona com **ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DO MUNICÍPIO:**

Endividamento Líquido	Balanço Limpo	Balanço das DF
+ Passivos Financeiros (2)	36.451.362,78	57.451.362,78
- Proveitos Diferidos (Subsídios ao Investimento+Outros Proveitos Diferidos)	7.168.823,36	28.168.823,36
- Activos Financeiros (1)	5.837.672,99	27.421.005,99
- Dívida de Empréstimos Isentos dos limites de endividamento (ponto 3 do último quadro da pág. 43 do RG)	7.182.836,15	7.182.836,15
+ Endividamento da RUMO 2020, E.M.	Desconhece-se o de 2007	Desconhece-se o de 2007
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	16.262.030,28	-5.321.302,72
Limite de Endividamento Líquido (125% do Limite dos Empréstimos de Médio/Longo Prazos - ponto 4 do último quadro da pág. 43 do RG)	10.600.896,74	10.600.896,74
Excesso(-)/Margem(-) de ENDIVIDAMENTO	5.661.133,54	-15.922.199,46

Em suma:

Com esta invenção contabilística, que nem o ROC reconhece, o Executivo PS está a praticar uma ilegalidade/irregularidade que configura um distorção materialmente relevante nas contas com a finalidade de NÃO EXCEDER O LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO, NO MONTANTE MÍNIMO (PORQUE SE DESCONHECE O MONTANTE DA RUMO 2020, E.M.), DE 5,7 MILHÕES DE EUROS, querendo deliberadamente não se sujeitar às fortes restrições financeiros pela violação do limite, enganando as entidades públicas, incluindo o Tribunal de Contas, as instituições de crédito, os municípios em geral e os autarcas em particular.

De facto, a maioria socialista no Executivo Municipal não é capaz de nos explicar, tal como não foi capaz de justificar ao ROC o que está exigido no n.º 3 do art.º 36.º da LFL que refere que "não são considerados créditos sobre terceiros (DÍVIDAS A RECEBER), os créditos que não sejam reconhecidos por ambas as partes". Ora, como vimos, não há reconhecimento por parte da concessionária fantasma porque simplesmente não há operação alguma concretizada.

Assim, se retirarem aos Activos Financeiros do quadro acima apresentado o valor das dívidas a receber não reconhecidas por ambas as partes (21 MILHÕES DE EUROS), vão ver que esta maioria PS excedeu na mesma o Endividamento Líquido para cima de 5 MILHÕES DE EUROS!!! E nós para além de alertarmos a DGAL, vamos continuar atentos...!!!!

- Uma 2ª finalidade/intenção desta mentira tem a ver com a sobreavaliação do resultado líquido do exercício em 583.333 €;



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

De facto, o Executivo PS praticou uma ilegalidade / irregularidade que configura um distorção materialmente relevante nas contas com a 2.ª finalidade de **MELHORAR (SOBREAVALIAR) O RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO EM 583 MIL EUROS**, o qual se não tivesse esta invenção e as 1.ª e 2.ª invenções atrás apresentadas, seria novamente negativo em vez de se fixar acima de 1 MILHÃO DE EUROS;

- A última finalidade/intenção desta operação fantasma tem a ver com o registo dos 21 MILHÕES DE EUROS EM DÍVIDAS A RECEBER DE CURTO PRAZO, melhorando os indicadores de Liquidez Geral e Reduzida (pág. 28), quando, pelo menos, **9 MILHÕES DE EUROS SÃO DE MÉDIO/LONGO PRAZOS**.

Em suma, o Executivo PS praticou uma ilegalidade / irregularidade que configura um distorção materialmente relevante nas contas com a 3.ª finalidade de **EVIDENCIAR INDICADORES DISTORCIDOS DA REALIDADE**, enganando assim os leitores destes documentos, passando uma imagem de melhoria dos mesmos e da situação financeira, não concordante com a realidade;

NOTA: Será por acaso (reparem bem) que nem sequer é feita qualquer referência ao cumprimento do limite legal de ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO no RELATÓRIO DE GESTÃO. Porquê?

V. A GRANDE MENTIRA DO INVESTIMENTO

No ponto 4 da pág. 3 do RG aparece como investimento realizado em 2007, **12 milhões de euros**, quando o Investimento pago foi de **2,9 milhões de euros** (pág. 41 do RG), tendo reduzido 33%, para valores próximos de 2005.

O investimento realizado (Aumentos do Activo Bruto – pág. 11 da DF) em 2007 foi, no máximo, de 10 milhões de euros, que ficaram integralmente por pagar. O que foi pago foi investimento realizado em anos anteriores.

Esta divergência de números, reflecte as classificações e reclassificações que acontecem na Câmara do Cartaxo, para que a negritude dos números possa tornar-se cor-de-rosa!!!

Vejamos a confirmação disto, desde logo nas políticas contabilísticas adoptadas. Por exemplo:

- a) Pág. 16 das DF – Quinta dos Sousas (n.º Inv. 5) - o valor patrimonial do bem antes de 2007 era de 1.319.100€ (1.500.000 – 180.900). O Município considerou como Alterações Patrimoniais-Aumentos, 42.606,26€ que representam 3% do valor patrimonial.



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Esta intervenção não é mais do que uma pequena conservação, que foi "imobilizada" para reduzir custos, aumentar o Resultado Líquido do Exercício e aumentar o Investimento. Como sugestão, a maioria PS do Município podia até fazer o mesmo esforço para todas as outras situações semelhantes, como por exemplo, o Centro Cultural do Cartaxo, a ETAR do Cartaxo, o Edifício dos Paços do Concelho, etc..., para terem uma ideia de como foi fabricado o Resultado Líquido do Exercício à conta de políticas contabilísticas, no mínimo duvidosas, e para terem noção de como é o Investimento do Executivo PS!!!

- b) Págs. 18 a 20 das DF – Nestas páginas encontramos um conjunto de bens que nos fazem levantar algumas questões. Aparecem, por exemplo, na pág. 18 "Valorização de Viadutos e Arruamentos (n.º Inv. 222); Valorização de Sistemas de Drenagem de Águas Residuais (n.º Inv. 223); e Valorização Urbana do Concelho – Parques e Jardins (n.º Inv. 224).

- ✓ Isto são bens? Que bens? Um bem que se chama "Valorização de Viadutos e Arruamentos"? Está visto que não há (nem interessa haver) um qualquer sistema interno de identificação dos BENS;
- ✓ Todos estes chamados "bens" (que o próprio Município não sabe quais são!!) têm data de aquisição de Dezembro de 2007, incluindo, na mesma pág. a "Alameda Norte da Cidade do Cartaxo", a "Circular Urbana do Cartaxo", etc.. Onde estão as facturas dos mesmos? Em 2007 por pagar?! Será que estes bens só foram concluídos em 2007? Se não foram (ex: Alameda Norte) onde está a regularização dos custos com amortizações acumuladas? Só neste pequeno conjunto (porque há mais), temos 10,3 MILHÕES DE EUROS;
- ✓ Ainda a propósito das Amortizações, reparem como o "bem" "Valorização de Sistemas de Drenagem de Águas Residuais" (n.º Inv. 223) – pág. 18 das DF – tem:
 - valor de aquisição - 2,5 MILHÕES DE EUROS
 - data de aquisição - Dezembro de 2007
 - Amortização anual e acumulada – 31.065,20€ (taxa de 1,25%)
(só foi amortizado em 2007)

Ora, o montante máximo das aquisições (e nem todas são investimento!) do ano de 2007, foi de 316 MIL EUROS (conforme Execução do PPI - ...reparações na Rede Colectora..., pág. 82). **Significa isto, que grande parte do valor deste "Bem" (ou agrupamento de bens não identificados) fora executado e concluído em Anos Anteriores a 2007.** Contudo, para não aumentar custos ou reduzir os Fundos Próprios, o Município entendeu amortizar somente a partir de 2007, sem efectuar a Regularização das Amortizações dos Anos Anteriores. Como este, existe um outro conjunto bem alargado de "Bens"...

- c) Outro destes bens (Valorização Urbana do Concelho – Parques e Jardins (n.º Inv. 224)) não é amortizável (aparece com taxa de 0% e amortização 0€ na pág. 18 das DF) mas, curiosamente, NÃO aparece na "Relação de Bens do Domínio Público (Imóveis) Não Amortizáveis" das págs. 36 e 37 das DF. Provavelmente até é amortizável, mas não interessou amortizar em 2007 para reduzir custos! Não é de estranhar a estranha política do não amortizar para regularizar mais tarde? É que já tínhamos visto o mesmo em relação ao Nó de Acesso à A1 em 2006!!!



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Jornateiro
[Signature]

Em Conclusão:

Percebe-se assim porque é que o Sr. Dr. Joaquim Martins da Cunha (ROC) colocou uma Reserva por desacordo com o Executivo PS, no cadastro municipal (ponto 6. da Certificação Legal de Contas, pág. 130). Identificou mais uma DISTORÇÃO MATERIALMENTE RELEVANTE (e bem relevante) nas contas de 2007!!

Neste ponto confirma-se:

- A fraca qualidade do Investimento Municipal do Executivo PS e a dificuldade da sua identificação;
- A inconsistência das políticas... recorrendo à NÃO REGULARIZAÇÃO DE AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS, para NÃO REDUZIR OS RESULTADOS OU OS FUNDOS PRÓPRIOS, faltando à verdade e EVIDENCIANDO MAIS INDICADORES DISTORCIDOS DA REALIDADE!

VI. A GRANDE MENTIRA SOBRE O EQUILIBRIO DAS CONTAS MUNICIPAIS:

Vejamos como o PSD tinha razão em 2006 e mantém essa razão na apreciação das Contas de 2007:

a) Como se enquadra do ponto de vista legal o DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL E ESTRUTURAL (RUPTURA FINANCEIRA)

Antes da publicação do DL 38/2008, de 7 de Março, tínhamos a Lei das Finanças Locais (LFL):

"Artigo 41.º da LFL – Reequilíbrio financeiro municipal

1 - Os municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira são sujeitos a um plano de reestruturação financeira.

2 - A situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira é declarada pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

3 - A situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira pode ser, subsidiariamente, declarada por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do ministro que tutela as autarquias locais, após comunicação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) A existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 50% das receitas totais do ano anterior;

b) O incumprimento, nos últimos três meses, de dívidas de algum dos seguintes tipos, sem que as disponibilidades sejam suficientes para a satisfação destas dívidas no prazo de dois meses:

i) Contribuições e quotizações para a segurança social;

ii) Dívidas ao Sistema de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE);

iii) Créditos emergentes de contrato de trabalho;

iv) Rendas de qualquer tipo de locação."



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

De acordo com a Demonstração Financeira que nos é feita, temos então:

- Dívida a Fornecedores (c/c e imobilizado) a 1/1/2008 = **14.071.825,22** (pág. 7 DF)
- 50% da Receita de 2007 = 50% x 16.704.526,46 = **8.352.263,23** (pág. 122 das DF)

Conclusão: a dívida a fornecedores a 1/1/2008 excede 50% da Receita de 2007 em 5,7 MILHÕES DE EUROS. O Município encontra-se em situação de DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO ESTRUTURAL / RUPTURA FINANCEIRA, situação já alertada pelo PSD em 2006 e que se agravou para 2007, precisamente pelo facto de ser estrutural.

Todavia, após a publicação do DL 38/2008, de 7 de Março (na sequência da crise da CMLisboa), temos de ter em consideração os seguintes critérios:

Fundamentos da necessidade de recurso a empréstimo para SANEAMENTO FINANCEIRO (art.º 3.º)	SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO DO CARTAXO
- o preenchimento de UMA das seguintes situações:	
a) A ultrapassagem do limite de endividamento líquido previsto no n.º 1 do artigo 37.º da LFL;	Sim, ULTRAPASSA
b) A existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 40% das receitas totais do ano anterior, tal como definidas no artigo 10.º da LFL;	Sim, EXISTEM
c) O rácio dos passivos financeiros, incluindo o valor dos passivos excepcionados para efeitos de cálculo do endividamento líquido, em percentagem da receita total superior a 200 %;	Sim, É SUPERIOR
d) Prazo médio de pagamentos a fornecedores superior a seis meses.	Sim, É SUPERIOR

Conclusão: ESTÃO MAIS DO QUE REUNIDAS AS CONDIÇÕES DE VERIFICAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL

Fundamentos da necessidade de recurso a empréstimo para **REEQUILÍBRIO FINANCEIRO** (art.º 8.º)

- verificação de pelo menos **TRÊS** das seguintes situações:

a) Ultrapassagem do limite de endividamento a médio e longo prazos previsto no artigo 39.º da LFL;	Não ultrapassa (por enquanto)
b) Endividamento líquido superior a 175 % das receitas previstas no n.º 1 do artigo 37.º da LFL;	Sim, É SUPERIOR
c) Existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 50 % das receitas totais do ano anterior;	Sim, EXISTEM



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Jardineiro
VR

d) Rácio dos passivos financeiros, incluindo o valor dos passivos excepcionados para efeitos de cálculo do endividamento líquido, em percentagem da receita total superior a 300 %;

Sim, É SUPERIOR

e) Prazo médio de pagamentos a fornecedores superior a seis meses;

Sim, É SUPERIOR

f) Violação das obrigações de redução dos limites de endividamento previstos no n.º 2 do artigo 37.º e no n.º 3 do artigo 39.º, ambos da LFL.

Ainda Não
(só é observável em 2008)

Conclusão: ESTÃO MAIS DO QUE REUNIDAS AS CONDIÇÕES DE VERIFICAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO ESTRUTURAL ou RUPTURA FINANCEIRA

**Em face disto, só pode haver uma CONCLUSÃO:
a gestão socialista das Contas na Câmara Municipal do Cartaxo levaram o Município para o abismo...**

VII. A GRANDE MENTIRA SOBRE A IMPOSSÍVEL FALÊNCIA TÉCNICA DAS CONTAS MUNICIPAIS:

De acordo com a Demonstração Financeira que nos é feita, temos então:

Passivo Total = **57 MILHÕES DE EUROS** (págs. 7 e 8 das DF)

Activo Total sem Bens do Domínio Público = **47 MILHÕES DE EUROS** (págs. 5 e 6 das DF).

Os economistas e gestores deste executivo levaram a Câmara a uma situação de falência técnica confirmada!!!

**Em Conclusão:
O Passivo Total excede os referidos activos em 10 MILHÕES DE EUROS – o Município encontra-se em SITUAÇÃO DE FALÊNCIA TÉCNICA...**

VIII. A GRANDE MENTIRA SOBRE OS COMPROMISSOS PAGOS ATEMPADAMENTE:

a) Os COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA 2007 QUE FICARAM POR PAGAR SÃO SUPERIORES À RECEITA DE 2007

De acordo com a Demonstração Financeira que nos é feita, temos então:

Dívidas a Terceiros – Curto Prazo = **16.030.356,36** (pág. 7 das DF)

Compromissos por Pagar em 2007 = **16.792.312,72** (pág. 69 das DF)

Receita de 2007 = **16.704.526,46** (pág. 122 das DF)



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Em Conclusão:

Era preciso outro orçamento igual ao de 2007 (16,7 MILHÕES DE EUROS) só para pagar os compromissos que foram assumidos pelo Executivo PS e que não foram pagos e mesmo assim não era suficiente...

b) Os COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA 2007 QUE FICARAM POR PAGAR SÃO SUPERIORES À CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO COM EMPRÉSTIMOS DE M/L PRAZO E À RECEITA IMEDIATA DA CONCESSÃO

Conclusão 1:

O Executivo PS apresenta na pág. 43 do RG o valor de 3 MILHÕES DE EUROS como CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO COM EMPRÉSTIMOS DE M/L PRAZO.

Essa capacidade só permite pagar 17,66% dos COMPROMISSOS DE 2007 QUE FICARAM POR PAGAR

Conclusão 2:

Essa utilização (3 MILHÕES DE EUROS) adicionada da receita imediata da concessão (12 MILHÕES DE EUROS) seria INSUFICIENTE (15 MILHÕES para 16,7 MILHÕES) para pagar os COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA 2007 QUE FICARAM POR PAGAR.

Com a receita da concessão não se conseguem pagar os compromissos já assumidos, quanto mais concretizar um conjunto dos tão propagados investimentos (ex: ETAR's) que os Cartaxeiros querem ou valorizar os projectos no âmbito do QREN (cfr. §3 do ponto 1 da pág. 3 do RG).

e) A CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO COM EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZOS É FICTÍCIA

O Município do Cartaxo não pode esgotar tal capacidade nem contrair mais empréstimos, porque **já tem o seu LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO ESGOTADO** e a dívida desse empréstimo é considerada para os 2 LIMITES LEGAIS!!

É com base nestes pressupostos que afirmamos que o MUNICÍPIO está em situação de GRAVE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO, que NÃO SE RESOLVE COM MEDIDAS AVULSAS COMO UMA CONCESSÃO!!!!

E não será também por este motivo – desequilíbrio financeiro grave - que o Sr. Dr. Joaquim Martins da Cunha (ROC) não se pronuncia no "Âmbito" do Exame da Certificação Legal de Contas (ponto 4) sobre "a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade" (aliás, como mandam as regras), precisamente porque a ruptura financeira evidente está a colocar em causa a própria continuidade?



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Registamos ainda que a Reserva por desacordo com o Executivo PS que o ROC colocou no Cadastro Municipal, também se estendeu a todos os anexos às demonstrações financeiras (ponto 6 da Certificação Legal de Contas) que, de acordo com o ponto 8 do POCAL, são:

- Caracterização da entidade;
- Notas ao balanço e à demonstração de resultados; e
- Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, onde estão incluídos os Mapas de Modificações ao Orçamento da Receita, Despesa e PPI, o Mapa da Contratação Administrativa, os Mapas das Transferências Correntes e de Capital da Receita e da Despesa, o Mapa dos Activos de Rendimento Fixo, o Mapa de Empréstimos e o Mapa de Outras Dívidas a Terceiros.

A SITUAÇÃO ORÇAMENTAL

Qual é o reflexo do Rigor e Ambição do Executivo PS, tão apregoados pelos seus principais responsáveis?

Queremos referir apenas 2 aspectos:

1 - O Rigor e Ambição do Executivo PS

O rigor e ambição do Executivo PS estão espelhados:

a) Nas 47 Alterações Orçamentais, das quais 44 alteraram o Plano Plurianual de Investimentos!!!!

Tem sido moda nos últimos anos não saberem o que querem e portanto, **no marasmo de projectos que constam do PPI (95% são de anos anteriores a 2007 e dos de 2007, poucos são os que têm execução!!), vão alterando consoante as conveniências!!!**

Estamos perante um grande exemplo da falta de estratégia, falta de linha de rumo, falta de alicerces sólidos, falta de trabalho de equipa, falta de definição de prioridades; enfim, andamos ao sabor dos ventos e das conveniências do quotidiano!

b) Nas previsões que faz e nos respectivos níveis de concretização. Vamos exemplificar:

• Na Receita:

Orçamento da Receita	2005	2006	2007	Média
Receitas Totais Previstas	26.414.495,00	31.454.062,00	34.939.502,00	30.936.019,67
Receitas Totais Cobradas	14.734.187,02	18.356.268,10	16.704.526,46	16.598.327,19
% Execução	55,78	58,36	47,81	53,65
Desvio	11.680.307,98	13.097.793,90	18.234.975,54	14.337.692,47



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Das receitas que o Executivo PS previu cobrar para os anos de 2005, 2006 e 2007, só tem cobrado efectivamente pouco mais de metade (53,65%)!! É sinal de ambição, mas sem rigor!!!

As previsões vão sempre subindo e as cobranças vão sempre descendo, com excepção do ano de 2006 em que a principal receita do Município foram empréstimos contraídos – 4,1 MILHÕES DE EUROS!!!!

Em 2007, cobrou menos de metade das receitas que previu!!!

- **No Investimento – Plano Plurianual de Investimentos(PPI):**

PPI	2005	2006	2007	Média
Despesas Previstas	10.941.040,06	14.552.167,00	14.451.023,25	13.314.743,44
Despesas Pagas	2.574.914,60	4.395.132,66	2.938.185,17	3.302.744,14
% Execução	23,53	30,20	20,33	24,81
Desvio	8.366.125,46	10.157.034,34	11.512.838,08	10.011.999,29

Das ambições de realização de Investimentos do Executivo PS para os anos de 2005, 2006 e 2007, só têm sido concretizados 24,81%, ou seja, nem chega a 1/4 das previsões!! Mais um sinal de ambição, com nenhum rigor!!!

O Investimento médio pago nos últimos três anos, tem sido de 3,3 MILHÕES DE EUROS!! Muito pouco para tamanhas ambições... é o rigor deste Executivo!

Em 2007, o Executivo PS pagou 1/5 do que previu. Pagou 20% das previsões!

Trata-se de um nível de execução do PPI no ranking dos piores a nível nacional, onde 80% do que foi previsto não foi executado...

Muito preocupante!!!

Assim, gostávamos de ouvir o Sr. Dr. Joaquim Martins da Cunha (ROC) sobre os factos que, na sua opinião e no âmbito dos trabalhos que efectuou, estão na origem das graves dificuldades na prossecução do PPI, já que não encontrámos qualquer referência aos mesmos, nem no Parecer, nem na Certificação Legal de Contas que emitiu, como a Lei manda nos termos do art. 48.º / 3 / b) da LFL.

De facto, compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas:

(...)

b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;"



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature/initials.

2 – A Consolidação Financeira do Executivo PS

O Presidente da Câmara Municipal e os responsáveis PS no Executivo têm escrito e divulgado que:

- a) Em 2005 se iniciou a consolidação financeira após o final do «*período de ouro do investimento*»;
- b) A maioria das dívidas da Câmara Municipal eram de investimento e, portanto, a empreiteiros;
- c) Em Novembro de 2007, a consolidação financeira se encontrava quase concluída; e
- d) Que a mesma consolidação financeira significou o pagamento de mais de ¾ da dívida a fornecedores e empreiteiros, num montante global de cerca de 11 milhões de euros...

Vamos desmontar a farsa deste discurso sobre a consolidação financeira:

- As despesas pagas de investimento nos 3 anos da consolidação financeira andam na ordem dos 3,3 MILHÕES DE EUROS por ano, ou seja, 9,9 MILHÕES DE EUROS DE PAGAMENTOS, de acordo com o quadro seguinte (e já atrás apresentado).
- No Investimento – Plano Plurianual de Investimentos(PPI):

PPI	2005	2006	2007	Média
Despesas Previstas	10.941.040,06	14.552.167,00	14.451.023,25	13.314.743,44
Despesas Pagas	2.574.914,60	4.395.132,66	2.938.185,17	3.302.744,14
% Execução	23,53	30,20	20,33	24,81
Desvio	8.366.125,46	10.157.034,34	11.512.838,08	10.011.999,29

- E o que aconteceu ao Passivo Municipal? Foi consolidado? Vejamos o quadro seguinte:

Passivo	2005	2006	2007	Variação 2005-2007
Dívidas a Terceiros – M/L P	8.817.119,47	12.111.363,69	11.896.755,04	3.079.635,57
Dívidas a Terceiros – C P	10.259.593,11	9.614.729,72	16.030.356,36	5.770.763,25
Dívidas a Terceiros – Total	19.076.712,58	21.726.093,41	27.927.111,40	8.850.398,82

Com base neste quadro, podemos concluir que, de 2005 para 2007:

- 1 – O total das dívidas a terceiros por pagar **aumentou 8,9 MILHÕES DE EUROS (+46%)**, ou seja, passou de 19 MILHÕES DE EUROS para 27,9 MILHÕES DE EUROS!!!



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

- 2 – As dívidas a terceiros de curto prazo por pagar, constituídas quase na totalidade por Fornecedores e Empreiteiros **aumentou 5,8 MILHÕES DE EUROS (+56%)**, ou seja, passou de 10,2 MILHÕES DE EUROS para 16 MILHÕES DE EUROS!!!
- 3 – As dívidas a terceiros de médio e longo prazos por pagar (EMPRÉSTIMOS) **aumentou 3,1 MILHÕES DE EUROS (+35%)**, ou seja, passou de 8,8 MILHÕES DE EUROS para 11,9 MILHÕES DE EUROS!!!

Em Conclusão:

Aqui está o esforço do Executivo PS na consolidação financeira – paga-se cada vez menos e deve-se cada vez mais!!!!

2 NOTAS FINAIS E AVULSAS

1- SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

- A tão anunciada **morte das Gratificações** perpetua-se, ou seja, em 2006 foram pagos ilegalmente (o Tribunal de Contas sanciona esta prática) **127.660€** e em 2007 foram **105.897,99€**, o que significa que o Executivo PS não fez um esforço para resolver a situação;
- As **Horas Extraordinárias** que em 2006 custaram **376.758 €**, em 2007 fixaram-se em **382.783,19€** (6,4% do total das despesas com o pessoal) continuando a sua caminhada a subir (que equivalem a **31.899€ por mês** ou **1.049€ por dia**, incluindo fins de semana e feriados);
- **O Crescimento dos Jobs – Mais e mais emprego**
 - ✓ Índice de emprego **aumenta** de **0,90** para **1,06**, de 2006 para 2007 (§6 da pág. 8 do RG);
 - ✓ **Aumento** do efectivo municipal em **6,5%** (§2 da pág. 12 do RG)
 - ✓ Saída de 2 prestadores de serviços e **aumento de 300%** dos contratados a termo certo (§1 e 2 da pág. 19 do RG);
 - ✓ **Aumento** do pessoal além quadro em **24,4%** (§4 da pág. 12 do RG) – serão o resultado das eleições locais do cartão rosa?!
- **O Envelhecimento do Quadro de Pessoal (§2 da pág. 10 do RG)**
 - ✓ **Aumento** do nível etário da população e agravamento do índice de envelhecimento (de **7,11** para **17,72**);
 - ✓ **Redução** da taxa de emprego dos jovens.

Em suma, não se compreende:

- a) Este crescimento de emprego cumulativamente com o crescimento e previsível delegação de competências nas empresas municipais e concessionárias, o que acaba por ser uma duplicação e desperdício de recursos – nem com os objectivos da revisão orgânica;



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

- b) A aposta no aumento do emprego sem que o rejuvenescimento aconteça – significa que se recruta pessoal menos jovem;
- c) A admissão de 1 dirigente para a Divisão de Águas e Saneamento – sector que tem um processo de concessão em curso;

2- SOBRE A GESTÃO DOS PROTOCOLOS MUNICIPAIS

Por baixo do quadro da pág. 89 afirma-se que "é de salientar que as verbas relativas a protocolos entre o Município e as Juntas de Freguesia foram todos liquidados no respectivo ano".

Porém, a análise das DF, salienta que o mesmo não pode ser afirmado relativamente às Associações, Colectividades e outras entidades (CULT, Brisa e Freguesia de Pontével) às quais o Município do Cartaxo ficou a dever **538.159,94€** (rubrica 2684 da pág. 186 das DF), tendo agravado a situação face a 2006, ano no qual ficaram em dívida **403.007,84€**.

EM RESUMO:

1. Confirmam-se os argumentos apresentados pelo PSD na discussão das contas de 2006, ou seja, o Resultado Líquido do Exercício foi fabricado à conta de facturas que ficaram debaixo do tapete (ex: ADSE e EDP) e à conta do toque de magia no Nó de Acesso à A1 (imobilização de um custo).

2. O ano de 2007 foi o ano das Invenções e das Omissões:

- ✓ O Executivo PS não consegue gerar resultados da actividade normal positivos, pelo que os investimentos que faz são de duvidosa qualidade (os Resultados Operacionais dos anos 2005, 2006 e 2007 foram sempre negativos);
- ✓ O Resultado Líquido de 2007 foi positivo à conta de 3 Invenções:
 - a) Aumento dos proveitos financeiros (indevidamente);
 - b) Aumento dos proveitos extraordinários exponencialmente (e indevidamente) e sem justificação;
 - c) Registo ilegal de proveitos extraordinários – ganhos em existências (583.333€) sem qualquer fundamento, no âmbito da operação de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo (na qual nem se conhece o Concessionário, quanto mais estar a reconhecer uma dívida de um fantasma), indo contra a opinião do próprio ROC: FOI OBJECTO DE RESERVA POR DESACORDO PELO ROC NA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, DADO TRATAR-SE DE UMA DISTORÇÃO MATERIALMENTE RELEVANTE NAS CONTAS.



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

- ✓ Esta 3.ª Invenção – registo ilegal da operação de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo, teve 3 finalidades:

- a) Pelo excesso das dívidas que tem a pagar, o Município excedeu o LIMITE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO, NO MÍNIMO, EM 5,7 MILHÕES DE EUROS e está sujeito a graves restrições financeiras (para além das já vividas!), de entre as quais se referem: a retenção nos Fundos Municipais no ano seguinte por igual montante (que são canalizadas directamente para um Fundo de Regularização Municipal - art.ºs 42.º e 5.º/4 da LFL); não poder contrair empréstimos não isentos dos limites de endividamento; etc.

Desta forma, o Executivo PS, responsável pelo estado de ruptura financeira da Câmara, praticou uma ilegalidade, inventando o registo de uma dívida a receber em 2007 de um concessionário ainda fantasma à data actual, na ordem dos 21 MILHÕES DE EUROS, procurando deliberadamente enganar a DGAL (que acompanha os limites), o Tribunal de Contas, as Instituições de Crédito, os Municípios em geral e os restantes autarcas em particular, ao criar um cenário fictício de que não tinha excedido o limite legal de endividamento líquido para: não se sujeitar às restrições, conseguindo contrair mais e mais dívidas; e afundar a Câmara ainda mais, fazendo crer que tem uma situação financeira folgada.

- b) Sobreavaliação do resultado líquido do exercício em 583.333€;
- c) Distorcer os indicadores financeiros, procurando transmitir uma situação financeira irreal.

O registo ilegal desta operação, como foi dito, foi contra a opinião do próprio ROC, tendo sido OBJECTO DE RESERVA POR DESACORDO PELO ROC NA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, DADO TRATAR-SE DE UMA DISTORÇÃO MATERIALMENTE RELEVANTE NAS CONTAS.

- ✓ A 1.ª Omissão Muito Grave – No Relatório de Gestão não é feita qualquer referência ao cumprimento do Limite Legal de Endividamento Líquido, nem é apresentado nenhum cálculo do Endividamento Líquido. Percebe-se porquê!
- ✓ A 2.ª Omissão Muito Grave – Nas Demonstrações Financeiras são apresentadas diversas incoerências, designadamente as seguintes:
 - a) Registo de custos com pequenas conservações (na Quinta dos Sousas, no Centro Cultural do Cartaxo, no Edifício dos Paços do Concelho, etc.) no Imobilizado da Autarquia, procurando reduzir custos, aumentar o Resultado Líquido e dizer que se investe muito! Esta é a qualidade do investimento do Executivo PS;



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

b) Registo de "bens desconhecidos" (ex: Valorização de Viadutos e Arruamentos; Valorização de Sistemas de Drenagem de Águas Residuais – de que bens se tratam em concreto?) no cadastro da Autarquia, que já têm largos anos de utilização, sem se regularizarem as amortizações, com a finalidade de não aumentar custos ou reduzir os Fundos Próprios e melhorar os indicadores financeiros.

Está visto de onde vem a Reserva por desacordo com o Executivo PS, no cadastro municipal. Mais uma DISTORÇÃO MATERIALMENTE RELEVANTE (e bem relevante) nas contas de 2007.

3. É de registar que a Reserva por desacordo com o Executivo PS que o ROC colocou no cadastro municipal, também se estendeu a todos os anexos às demonstrações financeiras (ponto 6 da Certificação Legal de Contas) que, de acordo com o ponto 8 do POCAL, são:

- a) Caracterização da entidade;
- b) Notas ao balanço e à demonstração de resultados; e
- c) Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, onde estão incluídos os Mapas de Modificações ao Orçamento da Receita, Despesa e PPI, o Mapa da Contratação Administrativa, os Mapas das Transferências Correntes e de Capital da Receita e da Despesa, o Mapa dos Activos de Rendimento Fixo, o Mapa de Empréstimos e o Mapa de Outras Dívidas a Terceiros.

4. O Município, de acordo com a LFL, encontra-se em situação de DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO ESTRUTURAL / RUPTURA FINANCEIRA, situação já alertada pelo PSD em 2006 e que se agravou para 2007, precisamente pelo facto de ser estrutural. A dívida a fornecedores a 1/1/2008 (14.071.825,22€) excede 50% da Receita de 2007 (8.352.263,23€) em 5,7 MILHÕES DE EUROS. De acordo com as novas regras sobre saneamento financeiro e reequilíbrio financeiro, são verificadas as condições de DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL e ESTRUTURAL (RUPTURA FINANCEIRA) no MUNICÍPIO, à conta da gestão danosa do Executivo PS.

5. O Município do Cartaxo encontra-se em na bancarrota, uma vez que o Passivo Total (57 MILHÕES DE EUROS) excede em 10 MILHÕES DE EUROS os activos alienáveis / realizáveis / disponíveis.

6. Os compromissos assumidos para 2007 que ficaram por pagar (16.792.312,72€) são superiores à receita de 2007 (16.704.526,46€). Era preciso um outro orçamento igual ao de 2007 (16,7 MILHÕES DE EUROS) só para pagar os compromissos que foram assumidos pelo Executivo PS e que não foram pagos e mesmo assim não era suficiente.

7. Os compromissos assumidos para 2007 que ficaram por pagar (16.792.312,72€) são superiores à soma da receita imediata da concessão (12.000.000€) com a capacidade de endividamento com Empréstimos de Médio/Longo prazo (2.966.798,50€), caso pudesse ser utilizada se o Município não tivesse excedido o Limite Legal de Endividamento Líquido.



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Assim, é falacioso o argumento de que com a concessão, o Município vai concretizar um conjunto dos tão propagados investimentos (ex: ETAR) que os Cartaxeiros querem há décadas ou valorizar os projectos no âmbito do QREN, porque nem sequer chega para pagar compromissos do passado, quanto mais do futuro.

8 – É com base nestes pressupostos que afirmamos que o DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO É ESTRUTURAL E SÓ SE RESOLVE COM MEDIDAS DE MÉDIO/LONGO PRAZO E NÃO AVULSAS COMO UMA CONCESSÃO. O ponto de partida está no reconhecimento por parte de todos da situação de ruptura financeira e na contracção de empréstimo para reequilíbrio financeiro (da situação deste desequilíbrio que o PSD vem alertando há anos e na contracção de empréstimo que, em vez de ser para realizar investimento ansiado e necessário para os Cartaxeiros, é para sanear ou reequilibrar as Contas!!!!)

9 – Questiona-se também, se não terá sido por este motivo – desequilíbrio financeiro estrutural – que o ROC não se pronunciou no ponto 4 da Certificação Legal de Contas – "Âmbito" do Exame sobre "a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade" (aliás, como mandam as regras), precisamente porque a ruptura financeira evidente está a colocar em causa a própria continuidade?

10 – O Rigor e Ambição do Executivo PS estão espelhados nas 47 alterações ao Orçamento realizadas, das quais 44 alteraram o Plano Plurianual de Investimentos, demonstrativas da falta de estratégia, falta de linha de rumo, falta de alicerces sólidos, falta de trabalho de equipa, falta de definição de prioridades; enfim, andamos ao sabor dos ventos e das conveniências do quotidiano!

11 – Falta, mais do que evidente, de Rigor e Ambição nas previsões:

a) Das receitas que o Executivo PS previu cobrar para os anos de 2005, 2006 e 2007 (26,4; 31,5; e 34,9 MILHÕES DE EUROS), só tem cobrado efectivamente pouco mais de metade (14,7; 18,3 ; e 16,7 MILHÕES DE EUROS; média de 53,65%). As previsões vão sempre subindo e as cobranças vão sempre descendo.

Em 2007, cobrou menos de metade das receitas que previu.

b) Das ambições de realização de Investimentos do Executivo PS para os anos de 2005, 2006 e 2007 (10,9 ; 14,6 ; 14,5 MILHÕES DE EUROS), só têm sido concretizados, em média, 24,81% (2,6 ; 4,4 ; 2,9 MILHÕES DE EUROS), ou seja, nem chega a 1/4 das previsões!! Mais um sinal de ambição, com nenhum rigor!!!

Realizar investimento é fácil para qualquer um. O problema está em pagá-lo. Reparem na falta que fazem os 2,9 MILHÕES DE EUROS de Fundo de Coesão que o Executivo PS meteu no caixote do lixo, com a crise institucional com a CULT.

O Investimento médio pago nos últimos três anos, tem sido de 3,3 MILHÕES DE EUROS. Muito pouco para tamanhas ambições, mas... é o rigor deste Executivo PS!



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

O Investimento pago em 2004 foi de 6,7 MILHÕES DE EUROS, ou seja, acima do dobro da média dos últimos 3 anos!

Em 2007, o Executivo PS pagou 1/5 do que previu. Pagou 20% das previsões! Um nível de execução do PPI no ranking dos piores a nível nacional, onde 80% do que foi previsto não foi executado.

Pergunta-se se não é por si só indiciador de que existem graves dificuldades na prossecução do PPI do Município?

Assim, pensamos que o ROC se deveria ter pronunciado no Parecer e Certificação Legal de Contas emitidos sobre os factos que, na sua opinião e no âmbito dos trabalhos que efectuou, estão na origem das graves dificuldades na prossecução do PPI, já que não encontramos qualquer referência aos mesmos nos citados documentos, como a Lei manda nos termos do art. 48.º / 3 / b) da LFL.

12 – A farsa da consolidação financeira do Executivo PS

- ✓ Já vimos que as despesas pagas de investimento nos 3 anos da consolidação financeira (2005, 2006 e 2007) andam na ordem dos 3,3 MILHÕES DE EUROS por ano, ou seja, 9,9 MILHÕES DE EUROS DE PAGAMENTOS. Mas o que aconteceu ao Passivo?
- ✓ O total das dívidas a terceiros por pagar aumentou 8,9 MILHÕES DE EUROS (agravamento de +46%), ou seja, passou de 19 MILHÕES DE EUROS, em 2005, para 27,9 MILHÕES DE EUROS em 2007!
- ✓ As dívidas a terceiros de curto prazo por pagar, constituídas quase na totalidade por Fornecedores e Empreiteiros aumentou 5,8 MILHÕES DE EUROS (agravamento de +56%), ou seja, passou de 10,2 MILHÕES DE EUROS, em 2005, para 16 MILHÕES DE EUROS em 2007!
- ✓ As dívidas a terceiros de médio e longo prazos por pagar (Empréstimos bancários) aumentou 3,1 MILHÕES DE EUROS (agravamento de +35%), ou seja, passou de 8,8 MILHÕES DE EUROS, em 2005 para 11,9 MILHÕES DE EUROS em 2007!

Aqui está o esforço do Executivo PS na consolidação financeira - paga-se cada vez menos e deve-se cada vez mais!

Portanto, é inteiramente falso e ilusório o afirmado pelo Presidente Paulo Caldas e o Executivo PS de que:

- a) *Em 2005 se iniciou a consolidação financeira após o final do período de ouro do investimento;*



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

b) Em Novembro de 2007, a consolidação financeira se encontrava quase concluída e que a mesma significou o pagamento de mais de ¾ da dívida a fornecedores e empreiteiros, num montante global de cerca de 11 milhões de euros...

O Executivo PS tem andado a mentir aos munícipes.

O Executivo PS é responsável pela bancarrota e ruptura financeira da Câmara.

Os Deputados Municipais são co-responsáveis se votarem favoravelmente estes documentos.

VOTAÇÃO:

Atendendo ao que ficou atrás exposto, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo **votam contra** o “Relatório de Gestão” e as respectivas “Demonstrações Financeiras” e os “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2007.



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data: 30 de Dezembro de 2008

N.º de Páginas: 17

Assunto:

Assembleia Municipal do Cartaxo: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009

Pela quarta vez, no presente mandato, a Assembleia Municipal do Cartaxo é chamada a discutir e votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento que o executivo Municipal aprovou. É, portanto, a última oportunidade no actual mandato do órgãos autárquicos do Cartaxo que é dada aos Deputados Municipais para se poderem pronunciar sobre o destino para onde a maioria política do Partido Socialista quer conduzir o concelho em 2009.

Todavia, a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, significa mais do que desejar uma boa execução orçamental para o ano contabilístico a que se referem. Significa também assumir decisões políticas responsáveis para o futuro próximo ou longínquo das actuais e das futuras gerações de munícipes.

Por isso, como a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009 encerra um ciclo político de 4 anos, decidimos revisitar – com brevidade – os anteriores documentos referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008, e aí procurar quais as principais divergências que fomos detectando, as más opções que denunciámos e os caminhos alternativos que apontámos, procurando entender se para 2009 há alterações substanciais.

O QUE ANUNCIARAM PARA 2006 (NO PLANO E ORÇAMENTO DE 2005) E O QUE O PSD DISSE...

1- A actual gestão municipal, ainda não se capacitou que chegou a hora de inverter a situação orçamental da Câmara, gastando muito menos em 2006 do que gastou em 2005. Mas pela Proposta Orçamental que agora nos foi apresentada, as despesas são em muito superiores à do ano anterior. A caminhar neste sentido, o grau de endividamento aumenta e o crédito bancário vai-se esgotando, ficando eminente a ruptura financeira.

2- Pegando no “Relatório de Gestão de 2004” que foi elaborado pela Câmara Municipal, ficamos apreensivos e, de certo modo preocupados, com o aumento de ano após ano, do prazo médio de pagamento aos fornecedores: em 2002, o prazo médio foi de 67 dias; em 2003, o prazo médio foi de 101 dias; e em 2004, o prazo médio foi de 121 dias. Por alguma razão, a Câmara está a acumular dívidas, não cumprindo com o pagamento de facturas pendentes de anos anteriores, não conseguindo cumprir com os Protocolos que livremente assina com as Colectividades, Associações e Juntas de Freguesia;



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

- O aumento das dívidas e o esgotar a capacidade de endividamento junto dos Bancos;
- O aumento do prazo médio de pagamento aos fornecedores;
- Não cumprimento dos Protocolos com as Colectividades e as Juntas de Freguesia;

Destas 5 rubricas, identificadas no Quadro acima, as duas primeiras (Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados + Cooperação Técnica-Financeira com a Administração Central) têm um caracter aleatório e dependem da contratualização com terceiros para se efectivarem. Já as três rubricas (Fundos Municipais Geral, Coesão e de Base) são integralmente conhecidas e antecipáveis porque constam do Mapa XIX anexo ao Orçamento de Estado de 2006, que é aprovado na Assembleia da República.

De acordo com a Proposta de Orçamento que nos é apresentada, em 2006, o Concelho do Cartaxo, vai beneficiar de 8.385.238, Euros de Fundos Comunitários para Investimento, a que corresponde um crescimento de 68% relativamente ao ano de 2005. E ainda vai beneficiar de mais 4.610.300, Euros de Contratos de Cooperação Técnica-Financeira realizados com organismos da Administração Central, que correspondem a um crescimento de 131,6% relativamente ao ano de 2005.

(...) Em suma, não há uma única informação (uma listagem de projectos co-financiados ou contratualizados) ao longo da proposta de Orçamento para 2006 que torne fidedigna ou verosímil esta previsão orçamental.

- A ilusão da Câmara Municipal receber Fundos Comunitários para investimento;
- A ilusão dos Contratos-Programa para Investimento no município;
- Total: 13 Milhões de Euros;

Aliás, é mesmo curioso verificar que o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) onde alguns dos projectos que podiam ser co-financiados com Fundos Comunitários ou contratualizados se encontram com verbas residuais inseridas para 2006 e contém as seguintes dotações orçamentais plurianuais:

- a) "Pavilhão Municipal do Desporto e do Lazer" tem a esmagadora maioria do financiamento previsto para 2007 e 2008 (1.250.000 Euros).
- b) "Escola de Negócios do Vale do Tejo" tem a esmagadora maioria do financiamento previsto para 2007 e 2008 (cerca de 1.700.000 Euros).
- c) "Nova Biblioteca Municipal" tem a esmagadora maioria do financiamento previsto para 2007 e 2008 (1.880.000 Euros).

- O Investimento Municipal prometido e não cumprido;

- A actividade económica no concelho do Cartaxo vai continuar sem perspectivas futuras, a curto ou a médio prazo, para a instalação de novas empresas e, por conseguinte, na criação de mais emprego e geração de riqueza, porque:

- a) **"O Parque de Negócios do Casal Branco" (em Pontével) tem apenas previsto 4.610 Euros para 2006.** Não é uma opção desta maioria do PS para 2006. Como é que se poderia resolver a questão meramente hipotética de lá instalar a "Metalgrupo, Lda." como foi publicamente anunciado? Como é que se pode avançar com o processo de instalação da AviPrinta, com o apoio do BPN, como foi anunciado em véspera de eleições autárquicas?
- b) **"O Parque de Negócios do Falcão" tem apenas 5.770 Euros previstos para 2006.** Não tem qualquer investimento previsto para os anos de 2007, 2008 e 2009. Tal opção, significa que a expectativa de avançar com este Projecto, não está no horizonte desta equipa de Gestão do PS para o actual mandato que termina em 2009;

- O fracasso no desenvolvimento da actividade económica no concelho do Cartaxo;

- Várias Rubricas, classificadas como traduzindo novos Projectos para 2006, deixam-nos dúvidas quanto à sua efectiva concretização e quanto ao seu carácter, designadamente aos que a seguir se indicam:

- a) Na área da Saúde, o **"Alargamento do Centro de Saúde do Cartaxo"** tem apenas inscritos 50 Euros. Não é uma opção para 2006;
- b) **"Modernização da Linha do Norte – Passagens desniveladas – Viaduto de Santana"** apenas tem previsto 50 Euros para 2006. A maior parte do investimento concentra-se em 2007, 2008 e 2009 num total de cerca de 10 milhões de Euros. Esta obra não depende financeiramente da CMC. Como é que a CMC pode fazer esta programação financeira?
- c) **"Beneficiação de Estradas Nacionais desclassificadas"** tem cerca de 4 milhões de Euros previstos para 2007 e 2008. Que garantias tem a CMC por parte da empresa Estradas de Portugal EPE?
- d) No Orçamento de 2005, constava a comparticipação na **"Construção da nova Esquadra da PSP do Cartaxo"**, com 30 mil euros previstos, sem que estivesse assinado qualquer compromisso ou protocolo com o Ministério da Administração Interna, assumindo a responsabilidade financeira de ambas as partes. Na actual proposta de Orçamento para 2006, não há nenhuma evolução sobre este tema;

- As novas promessas, todas elas por cumprir... Mais ilusão!...



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

- Há um claro agravamento nas despesas relacionadas com os Juros da Dívida cuja previsão é de 449.310, Euros
- O aumento progressivo dos Juros da Dívida;
- Há um claro aumento das despesas com Pessoal (+20,1% do que em 2005) sem que existam sinais sustentados para inverter esta grandeza, nem mesmo com aumento da Despesa de Capital na aquisição de novos meios informáticos;
- O crescimento das Despesas com Pessoal;

O QUE ANUNCIARAM PARA 2007 (NO PLANO E ORÇAMENTO DE 2006) E O QUE O PSD DISSE...

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007 são claramente influenciadas (para todos os municípios portugueses) pelos dois seguintes factores:

- a) Pela recente aprovação da nova Lei das Finanças Locais, na Assembleia da República, com a responsabilidade do Partido Socialista, que é altamente penalizadora para os interesses das populações do concelho do Cartaxo, designadamente pela redução das verbas transferidas do Orçamento do Estado para a autarquia;
 - b) Pelo início de um novo Quadro Comunitário de Apoio (QREN), sem que objectivamente ainda sejam conhecidos quais os projectos municipais que podem ter acolhimento no co-financiamento comunitário;
- Um novo ciclo no poder autárquico:
 - i. Uma nova Lei das Finanças Locais mais restritiva;
 - ii. O início do QREN;



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

João de Deus
Ude

RECEITA:

- a) A CMC prevê arrecadar 2/3 do total da Receita por via da Receita Corrente (mais de 21 milhões de Euros), esperando que o 1/3 restante provenha da Receita de Capital (cerca de 10 milhões de Euros).
- b) Esta opção é bem diferente do que sucedeu em 2006, quando se previa que o Município do Cartaxo iria ter uma menor arrecadação de Receitas Correntes (-2,9%) comparativamente a 2005 e as suas Receitas de Capital iriam aumentar brutalmente (73,3%), comparando 2006 a 2005 – opção esta que se revelou totalmente irrealista;
- c) Na rubrica “Rendimentos de Propriedade” há uma importância referente a rendas de terrenos inscrita pelo montante de 3.002.360, de Euros referente à alienação de um terreno à “Empresa Municipal Rumo 2020”, e que é sujeitada a aprovação na sessão desta Assembleia Municipal.
- d) (...)
- e) A proposta orçamental contém a expectativa da antecipação de receitas da EDP, inscrita nas “Rendas”, pelo montante de cerca de 7 milhões de Euros. Esta proposta já foi aprovada em reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal, com o objectivo de pagar aos fornecedores. Todavia, subsiste a dúvida sobre se esta operação obterá (ou não) a aprovação do Tribunal de Contas. Na eventualidade de esta operação não merecer o acordo do Tribunal de Contas, terá de se deduzir ao total da receita de 31.876.660, de Euros o montante de cerca de 7 milhões de Euros, pelo que a Receita Total se reduzirá para apenas 24.876.660, de Euros;

- Uma nova abordagem: as Receitas Correntes em vez das Receitas de Capital;
- Alienação de um terreno à Rumo 2020 E.M. por 3 Milhões de Euros;
- Antecipação de receitas da EDP no valor de 7 Milhões de Euros;
- Admite-se vir a vender o terreno do “Campo” da Feira por cerca de 5 Milhões de Euros;



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

DESPESA.

De acordo com esta proposta orçamental conclui-se, resumidamente, que em comparação com o Orçamentado em 2006:

- a) As despesas com “Pessoal” crescem 10,4% e aumentam em cerca de 600 mil Euros, em 2007. Se a esta conclusão associarmos o crescimento que as despesas com “Pessoal” já tinham tido em 2006, em cerca de 20%, podemos constatar o total descontrolo que esta rubrica apresenta;
- b) As despesas com a “Aquisição de Serviços” crescem 69,7% e aumentam em mais de 2 milhões de Euros. Depois de uma tentativa de contenção desta despesa em 2006 com -5,9% o ano de 2007 regista um aumento pouco justificável e recomendável;

- Aumentam (novamente) as Despesas com Pessoal;
- Crescem (novamente) as Despesas com a “Aquisição de Serviços”;

Quadro Nº 8

	2007	2006	2005	2004	2003
JUROS E OUTROS ENCARGOS					
Juros da dívida pública:					
Bancos e outras Instituiç. Financeiras:					
• Empréstimos de curto prazo	5	1835	50	50	50
• Empréstimos de médio e longo prazo	518625	313770	242035	236150	324079
Outros encargos correntes da div. púb.					
• Despesas diversas	5	50	50	50	50
Juros de locação financeira:					
• Construções diversas	29620	8320	10025	0	
• Material de transporte	4830	8120	6950	8750	100
• Maquinaria e equipamento	0	0	0	0	25
Outros juros:					
• Outros	265130	71160	4300	50	50
Outros encargos financeiros	61775	46055	20000	1550	1950
TOTAL	879990	449310	283410	246600	326304

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

De acordo com este Quadro Nº 8, e na evolução de 2006 para 2007, a CMC sofrerá um forte agravamento nesta rubrica, designadamente pelo aumento (respectivamente) de 449.310, Euros para 879.990, Euros o que consideramos manifestamente elevado.

- Os Juros da Dívida quase duplicam;



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Janakys
bal

Por outro lado, a CMC está a deixar que os Protocolos com as forças vivas do concelho (Associações, Colectividades e Juntas de Freguesia) se tornem ingovernáveis para os beneficiários porque há um atraso significativo em anos anteriores e que transitam para presente Proposta de Orçamento de 2007.

- Com os atrasos nos seus pagamentos, os Protocolos começam a tornar-se ingovernáveis;
- Deixam de ser assinados em Março;

O QUE ANUNCIARAM PARA 2008 (NO PLANO E ORÇAMENTO DE 2007) E O QUE O PSD DISSE...

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008 que hoje se discutem nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Cartaxo são claramente influenciadas pelos seguintes factores:

- O Plano e Orçamento para 2008 não foi aprovado – facto inédito – à primeira proposta pelo executivo municipal liderado pelo PS, tendo sido necessária uma segunda reunião deste executivo municipal para fazer a aprovação destes documentos;
- A rejeição da proposta original de Plano e Orçamento da Câmara Municipal do Cartaxo para 2008 contou com os votos contrários das diferentes oposições no executivo municipal (2 vereadores de PSD e 1 vereador da CDU), tendo sido decisivo para a rejeição final o voto contra de 1 vereador do PS, partido político que governa o município há mais de 30 anos;
- Pela primeira vez no município do Cartaxo um vereador eleito pelo Partido Socialista sustenta argumentos para rejeitar o Plano e Orçamento do Município para 2008 que encaixam em muitos das várias críticas que as diferentes oposições há muito tempo apresentam à gestão corrente e estratégica da Câmara Municipal do Cartaxo;
- Pelos recentes desenvolvimentos no processo “Águas do Ribatejo”, no contexto da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), que ainda não permitem – sustentadamente – garantir os meios legais e os recursos financeiros necessários para a prossecução dos objectivos do município em matéria ambiental, designadamente ao nível do saneamento básico que sirva todos os municípios do concelho do Cartaxo;
- Pelo endividamento da Câmara Municipal do Cartaxo que já apresenta contornos insuportáveis que se tornam um obstáculo e estrangulam a margem de manobra da gestão corrente, agravadas pela aplicação da nova Lei das Finanças Locais sobre a capacidade de endividamento dos municípios, designadamente pelos recursos à utilização de instrumentos financeiros mais sofisticados, como o “leasing”, o “leaseback” e o “factoring” ou, como foi exemplo recente (em 2007), pela não aceitação da antecipação de receitas da EDP por parte do Tribunal de Contas;



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

- As Grandes Opções do Plano e Orçamento são “chumbadas” pela primeira vez, em 30 anos;
- Os argumentos do ex-Vice-Presidente coincidem em parte com os da oposição;
- O Município do Cartaxo abandona o Projecto “Águas do Ribatejo” no âmbito da CULT;
- Apontamos o estrangulamento financeiro da Câmara Municipal do Cartaxo;

- 1- Regista-se um sistemático e continuado método (“fato-de-medida-larga” na expressão de todos os anos) para apresentar estes documentos com propostas e valores que acabam por ficar muito aquém daquilo que de facto é concretizado. O mote dos documentos, apresentados pela maioria socialista no executivo municipal, apela sistematicamente ao “Rigor e Ambição” sem que a obra e os resultados o confirmem ano após ano.

Para confirmar a nossa afirmação (que se mantém há vários anos) da falta de rigor com que são elaborados os Orçamentos, apresentamos de seguida os valores orçamentados e os valores que efectivamente foram realizados no fim de cada ano, para melhor se perceber como é que alguém de bom censo pode acreditar neste “Rigor e Ambição”:

	Ano – 2008	Ano – 2007	Ano – 2006	Ano – 2005	Ano – 2004
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
Orçamentado	39.733.012,	35.747.735,	31.948.199,	26.615.155	22.905.484
Realizado		10.764.934,	18.042.072,	14.440.810	17.981.962
Desvios em €		24.982.801,	13.906.127,	12.174.345	4.923.522
Desvios em %		69,89 % (a)	43,53 %	45,74 %	21,49 %

(Fonte: Câmara Municipal do Cartaxo): (a)= Realizado até 31 de Agosto de 2007

- O “Rigor e a Ambição” revelam-se como slogans de fachada;
- A Execução Orçamental cai para cerca de 60%...

- 2- O conjunto das propostas que são submetidas à apreciação, à discussão e à votação, mantêm a mesma tendência, já apontada em anos anteriores, sem que a Câmara Municipal do Cartaxo tenha aproveitado esta curta oportunidade, para promover uma significativa consolidação orçamental, designadamente na redução da despesa supérflua e que não se justifica;

- O tempo para a Consolidação Orçamental esgotou-se...
- A Câmara Municipal do Cartaxo vai ter de recorrer ao seu Saneamento Financeiro;



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Jonelbyes
RQ

3- A actual gestão municipal, tendo consciência das dificuldades para onde dirigiu as contas municipais, não tem a determinação e a coragem para inverter a situação orçamental da Câmara, agravando ainda mais as Despesas Correntes, designadamente com as Despesas com Pessoal, quando a muito recente Revisão Orgânica do Quadro de Pessoal e a saída de alguns dos Serviços prestados pela Câmara Municipal do Cartaxo aos munícipes se preparam para ser passados para entidades fora da sua jurisdição;

- Mesmo com uma Revisão do Quadro de Pessoal as despesas com Pessoal aumentam;

4- Ainda neste contexto da Despesa Corrente, e numa perspectiva mais global, a situação financeira da Câmara Municipal do Cartaxo vai agravando os sinais de degradação, porque a sua Despesa Corrente tem progressivamente crescido, sem que a correspondente Receita Corrente cresça ao mesmo ritmo;

- A Despesa Corrente não é estancada e a Receitas Corrente não acompanha o ritmo;

5- Ao longo dos últimos anos foi aumentando a dívida aos fornecedores, particularmente aos que são do concelho do Cartaxo, como o demonstram os sucessivos Relatórios e Contas da CMC pelo que o Município tem vindo a acumular dívidas, não cumprindo com o pagamento de facturas pendentes de anos anteriores, não conseguindo cumprir com os Protocolos que livremente assina com as Colectividades e as Associações, sendo em suma um sério e significativo contribuinte para a crise com que muitas empresas do município se deparam;

- A asfixia da Tesouraria Municipal...
- Aumento a dívida aos Fornecedores e o incumprimento dos Protocolos institui-se;
- O BES vai ser chamado a intervir para haver dinheiro em 2008... Recebendo em 2009...

6- (...)

Durante o ano de 2007, e com o Orçamento que foi aprovado em reunião do executivo municipal e ratificado pela Assembleia Municipal, a verba de 31.876.660,00 Euros sofreu 43 alterações e um número bem superior de transferências entre as diversas rubricas orçamentais até 30 de Novembro, no valor total de 7.326.432,00 Euros, o que representa 22,98% do total da despesa orçamentada.

- As alterações orçamentais sucedem-se!



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

RECEITA:

De acordo com a prática deste executivo que lidera a CMC o orçamentado normalmente nunca é executado. Nem sequer por aproximação. Em 2003 e 2004 a execução orçamental (o que de facto foi Executado/Concretizado face ao que constava no Orçamento) superou sempre os 91%.

Desde então, o executivo municipal da responsabilidade do Partido Socialista e liderado pelo Presidente Paulo Caldas já nos habitou aos “Orçamentos Virtuais”, sem qualquer correspondência com a realidade do que é depois executado.

Com o Orçamento de 2005, a Execução já se ficou pelos 66% e previsivelmente com o de 2007, a execução orçamental ficará num patamar de Execução semelhante a 2005, muito além dos 91% executados em anos anteriores, o que revela pouco rigor na previsão do Orçamento.

Porque será?

Vale a pena recordar o que se passou, nos últimos anos (com os Orçamentos de 2006 e 2007), na perspectiva da Receita Total, onde a expectativa da CMC era de obter um conjunto de Receitas que empolaram substancialmente o Orçamento e que depois, ao longo da execução orçamental, se verificaram constituir como ilusões orçamentais.

- Em 2006, quando se previa que o Município do Cartaxo iria ter uma menor arrecadação de Receitas Correntes (-2,9%) comparativamente a 2005 e as suas Receitas de Capital iriam aumentar brutalmente (73,3%), comparando 2006 com 2005 – com a justificação política de que haveria uma Participação conjunta de Fundos Comunitários (no valor de 8.385.238, Euros) e de verbas resultantes de Contratos-Programa com a Administração Central (que ascendiam a 4.610.300, Euros) mas que nunca chegaram a concretizar-se;
- Em 2007, a proposta orçamental continha a expectativa da antecipação de receitas da EDP, inscrita nas “Rendas”, pelo montante de cerca de 7 milhões de Euros. O executivo municipal acabou por desistir desta operação dado que estas operações não estavam a obter a aprovação do Tribunal de Contas. Pouco tempo depois, o PSD avisou para a necessidade de se rever o Orçamento dado que era necessário deduzir ao total da receita de 31.876.660, de Euros o montante de cerca de 7 milhões de Euros, pelo que a Receita Total se reduziria para 24.876.660, de Euros;
- Também em 2007, já nas Receitas de Capital, na rubrica “Venda de Bens” estava incluída a verba de 5.403.100, de Euros para a qual se previa a possibilidade da alienação do terreno do “Campo da Feira” com o qual também discordámos (tal como agora voltamos a fazer o mesmo com o Orçamento para 2008);

- O “Rigor e a Ambição” revelam-se como slogans de fachada;
- A Execução Orçamental cai para cerca de 60%...



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature and initials.

Para 2008, o executivo municipal admite a perda da receita da «Água» e «Saneamento», com a concessão que foi deliberada oportunamente, calculando essa perda em cerca de 1.400.000, Euros.

IDENTIFICAÇÃO	OBJECTO	MONTANTE	NOTA
07.01.08.01	Água	1.144.460,00 Euros	Face ao ano anterior
07.02.09.02	Saneamento	242.269,00 Euros	Face ao ano anterior

- Avoluma-se a crise das Contas da Câmara Municipal do Cartaxo;
- Avança-se para uma nova alienação... Agora é a Concessão das Águas e do Saneamento;

Atendendo ao que se encontra orçamentado, o PSD volta novamente a admitir que há um empolamento no Total das Receitas previstas (39,7 milhões de Euros) e que resultam do seguinte:

- Empolamento Renda Terrenos: - 2,4 milhões de Euros
- Empolamento Venda Terrenos: - 19,7 milhões de Euros
- **Total (do Empolamento) = 22,1 milhões de Euros**
- Em suma, o Orçamento real da Receita = 17,6 milhões de Euros (cerca de 44,3% do que está orçamentado)

- O empolamento dos Orçamentos mantém-se ao longo de 3 anos...

Vale a pena notar que, só a «Venda de Bens de Investimento – Terrenos (campo da feira, de “Todos os Santos” lotes do parque empresarial do “Casal Branco”, etc.)», no valor de 19,7 Milhões de Euros, representa metade do Orçamento Municipal (49,6%).

Face a esta realidade, temos fundadas suspeitas de que com este Empolamento/Ausência de Rigor é possível garantir a cobertura dos 12 milhões de Euros de Passivo com “Factorings” (9 milhões de Euros pelo menos), sem “Factorings” (cerca de 3 milhões de Euros) e um conjunto – provavelmente significativo – de compromissos que ainda circulam e se encontram por pagar.

- Avaliámos em 12 Milhões de Euros... Afinal a realidade é bastante mais dura...
- Liquidados até 2007... Continuam a faltar os montantes a pagar desde 2008...



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

DESPESA:

De acordo com esta proposta orçamental conclui-se, resumidamente, que em comparação com o Orçamentado em anos anteriores, há situações absolutamente inexplicáveis:

- Como é que o “emagrecimento” da estrutura municipal com a concessão das Águas e Saneamento, aos quais se associa a recém aprovada Revisão Orgânica do Quadro de Pessoal, vão gerar um aumento das Despesas Correntes na ordem dos 20,5% face ao orçamento inicial de 2007?...
- Como é que só ao nível das Despesas com o Pessoal, o aumento ronda os 19,4%?...
Nunca uma reestruturação orgânica gerou tanto aumento de despesa com o Pessoal – Será que tal se deve ao corolário da “estabilização das despesas com o pessoal, rejuvenescimento do quadro de pessoal e profissionalização/formação” apontados em 2005? Se em 2007, as despesas com “Pessoal” já cresciam 10,4% e aumentavam em cerca de 600 mil Euros e se a esta realidade associarmos o crescimento que as despesas com “Pessoal” já tinham tido em 2006, em cerca de 20%, podemos constatar o total descontrolo que esta rubrica apresenta;
- Como é que se justifica que a Aquisição de Bens e Serviços aumenta 21,2% (entre 2007 e 2008)? Será esta mais uma medida de racionalização, quando a Aquisição de Bens e Serviços relacionados com o sector da Água e Saneamento passam a ser feitos pela concessionária?

- As Despesas com Pessoal continuam a crescer... Sem explicação!
- Apesar da saída das Águas e Saneamento a Aquisição de Bens e Serviços cresce... ?!?!

Para além destas perplexidades, esta proposta orçamental ainda contém um conjunto de outras Despesas com as quais não podemos concordar:

DESCRIÇÃO	EUROS
Comunicações	263.641,
Estudos, Pareceres, Projectos Consultadoria	546.534,
Publicidade	340.560,
Trabalhos Especializados	1.354.050,
Outros Serviços	755.264,
TOTAL	3.260.049,

No entendimento do PSD, esta verba de 3.260.049,00 Euros poderia ser reduzida significativamente, como forma de pagar uma parte das dívidas a fornecedores.



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

- Propostas para reduzir Despesa que nunca foram acatadas...
- Uma Câmara Municipal sem preocupações em gastar na Propaganda e na Publicidade;

a) Apesar dos consecutivos alertas que temos feito, verifica-se neste Orçamento um novo incremento nas despesas com "Publicidade" (340.560, Euros), de acordo com o Quadro seguinte, demonstrando que nesta rubrica há espaço para um esforço de contenção ainda maior. De acordo com estes números, a Câmara Municipal do Cartaxo já quase gasta 1.000 Euros por dia em "Publicidade";

Rubricas	Orçamento 2008	Orçamento 2007	Orçamento 2006	Orçamento 2005	Orçamento 2004
Total	340.560,	237.350,	305.465	364.250	179.600

Fonte: Planos e Orçamentos da Câmara Municipal do Cartaxo

- Nunca faltou dinheiro para Publicidade... Quase 1.000 Euros por dia...

b) No Orçamento de 2008, o somatório das rubricas orçamentais com a designação de "Outros" é de 7.775 259,00 Euros, cujo peso no total orçamentado é de 19,57%, o que permite sua utilização de forma aleatória, sem qualquer conhecimento sobre o seu destino, porque não especifica rigorosamente nada de nada do que se pretende fazer com essas verbas. É mais um exemplo da falta de rigor e de transparência das contas com que nos debatemos constantemente;

- Falta de rigor e de transparência.... Quase 1/5 do Orçamento...

c) Por último, referimo-nos à **rápida evolução dos Juros e Encargos Financeiros, na sua maioria pagos ou a pagar às instituições financeiras**, parte deles devidos aos acordos de pagamentos aos fornecedores em cerca de 9 Milhões de Euros, a saber:

Juros e outros encargos financeiros de 2006	566.681,00 Euros
Juros e outros encargos financeiros de 2007	879.900,00 Euros
Juros e outros encargos financeiros de 2008	1.042.198,00 Euros

- Juros e Encargos Financeiros... Sempre a aumentar...



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

- d) Quanto às “Transferências Correntes” elas sobem, em especial, nos Protocolos com as Freguesias e com as Colectividades. É com agrado que vemos que o executivo municipal procura pagar integralmente às Juntas de Freguesia ainda no corrente ano (dado que nas Actividades Mais Relevantes, - pág. 80 – não se prevê actividade para 2007). Porém, já não podemos afirmar o mesmo relativamente às Colectividades que ainda têm montantes de Protocolos dos anos de 2005, 2006 e 2007 por receber (pág. 79). Neste sentido, mantemos a nossa proposta de que o Município do Cartaxo pode prestar uma melhor colaboração às Colectividades, através de uma calendarização financeira (mensal, trimestral ou outra tida por mais conveniente) e antecipada dos montantes a atribuir a cada uma das entidades com que há Protocolos assinados.

Ainda neste contexto, consideramos essencial que o executivo municipal garanta a maior transparência possível às informações que tem de prestar aos Vereadores, aos Municípios em geral e também à Comunicação Social, sobre quais são os montantes executados e os relatórios detalhados sobre a avaliação e desenvolvimento dos Protocolos.

- A necessidade de tornar os Protocolos mais eficazes e transparentes...
- O Ministério das Finanças começou a pedir informação pormenorizada...

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), não estão previstos mais de 10 novos projectos o que revela bem sobre a dimensão da estratégia e sobre o Investimento Municipal.

Da análise que fizemos ao PPI, constatamos que há Projectos cujas obras já terminaram, mas ainda continuam a ser orçamentadas verbas para eles. Daí que existam despesas de anos anteriores que se mantêm cabimentadas nos anos seguintes, fazendo com que uma parte da receita deste Orçamento fique cativa, logo à partida.

Existem Projectos de **1999** a 2007 no PPI (por exemplo, na pág. 68) referentes a obras de anteriores mandatos. Alguns deles ilustram bem a manutenção, ao longo dos anos, da dívida assumida para além do possível.

Quanto às Actividades Mais Relevantes, a situação é idêntica aquela que existe no PPI, identificando-se Projectos de **2004** que mais não são do que a evidência de Despesa Corrente contraída e não paga.

- Não há dinheiro... Não há investimento... O PPI e as AMR ilustram essa realidade...



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2009

Um dos principais enquadramentos económico-financeiros para as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal do Cartaxo, relativos a 2009, devia assentar na discussão que aqui tivemos, na Assembleia Municipal, á cerca de 5 meses atrás.

Nessa altura, o executivo da Câmara Municipal do Cartaxo pretendia obter autorização do Tribunal de Contas para um financiamento bancário de médio e longo prazos, no valor de 13 Milhões de Euros, para pagar as dívidas aos fornecedores, até 31 de Dezembro de 2007, passando essa dívida para a Caixa Geral de Depósitos.

De acordo com essa pretensão, o executivo da CMC apresentou-nos um “Plano Financeiro, que compreende o período de 2008 a 2020”, tendo recorrido a uma empresa privada de prestação de serviços para a sua elaboração, cujo trabalho está datado de Julho de 2008.

Na base desse estudo estava a justificação para o pedido de Saneamento Financeiro da autarquia, bem como as medidas propostas para assegurar ao Tribunal de Contas que um financiamento bancário daquela grandeza era comportável – a médio e longo prazo – para as Contas Municipais.

Ora, tendo decorrido cerca de 5 meses desde a apresentação e discussão desse Plano Financeiro, resolvemos fazer um exercício de comparação entre aquilo que estava subjacente ao “Plano Financeiro” e as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009”, conforme se demonstra no Quadro abaixo.

Receitas do Plano Financeiro v/s as Grandes Opções-Orçamento de 2009

Designação	Plano	Orçamento	Diferença
Impostos directos	3651030,00	3404617,00	246413,00
Impostos indirectos	277100,00	319494,00	-42394,00
Taxas, multas e outras...	298820,00	256235,00	42585,00
Rendimentos da propriedade	1478040,00	7446713,00	-5968673,00
Transferências correntes	4025130,00	5494218,00	-1469088,00
Venda bens e serviços correntes	4222830,00	2629644,00	1593186,00
Outras receitas correntes	41020,00	193133,00	-152113,00
Venda de bens de investimento	75790,00	17500235,00	-17424445,00
Transferências de capital	1936300,00	1607529,00	328771,00
Activos financeiros	8130,00	10427,00	-2297,00
Passivos financeiros	1000000,00	15,00	999985,00
Receitas do QREN	1200000,00	0,00	1200000,00
TOTAL	18214190,00	38862260,00	-20648070,00

Não se compreende como é que num espaço temporal de apenas 5 meses, a diferença de receitas entre o “Plano Financeiro” que foi enviado ao Tribunal de Contas para autorizar o empréstimo dos 13 Milhões de Euros e as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009” agora apresentado à Assembleia Municipal, seja de 20.648.070,00 Euros.



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Portanto, não estamos na presença de um Orçamento da Câmara Municipal do Cartaxo para 2009. Estamos sim na posse de um Ficcionamento para 2009...

Desde logo porque ele é construído para dificultar a interpretação. Vejamos:

Orçamento de receitas para 2009

- No orçamento da receita, rubrica “0510-Rendas” existe uma verba referente a “051001 Terrenos” de 503.827 euros, sem mais explicações. Mas além desta, há uma outra verba que só diz simplesmente “051099 Outros”, no valor de 6.930.000 euros. Em relação às rendas ainda temos noutra classe económica “070399 Outras” a importância de 1.459.560 euros.
- Mas no capítulo das receitas, ainda há mais uma a precisar de justificação e que tem a ver com classe “09 Venda de bens de investimento” e que tem apenas uma verba referente à venda de terrenos, na rubrica “090101 Sociedade e quase-sociedades não financeiras”, no valor de 17.500.000 euros.
- Num total de receitas orçamentadas de 38.862 270 euros, temos um somatório de verbas que não nos dizem rigorosamente nada quanto à sua proveniência, no valor de 26.393.387 euros, ou seja, 67,91 % . Qual é o rigor e a transparência deste orçamento?

Orçamento de despesas para 2009

- As despesas com pessoal tiveram um aumento de 1.538.981 euros face ao exercício anterior. Mas nada nos é dito, quanto é que representa a inclusão do pessoal que transitou do Ministério da Educação, não docente das escolas do ensino não superior, na verba orçamentada de 8.890.281 euros. Deve ser para não darem a saber se as despesas com o pessoal estão dentro dos limites legais.
- Também há uma outra transferência para a rubrica “08010101 Empresas públicas municipais e intermunicipais”, no valor de 1.499.986 euros, uma outra em “09901 Socied.e quase socied. não financeira –privadas no valor de 74.578 euros sem qualquer tipo de explicação. **Será para a “Rumo 2020 EM”?**
- Na classe “07 Aquisição de bens de capital” existem quatro verbas sem qualquer especificação quanto ao que se pretende adquirir, apenas dizendo “Outros” que somam 2.175.852 euros. Nesta mesma classe ainda existem mais duas verbas: 3.219.425 euros que se refere à construção de “Viadutos, arruamentos e obras complementares” e uma outra no valor de 2.710.000 euros para “Sistemas de drenagem de águas residuais”. À partida, esta última verba não tem justificação, na medida em que já foi adjudicada, por concurso (provisoriamente), a concessão das águas em baixa (distribuição ao domicílio) e das águas residuais (saneamento básico). Será que o resultado do Concurso Público foi contestado por algum ou alguns dos concorrentes?



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

- Também na classe “02 Aquisição de bens e serviços” temos na rubrica de “Outros” 1.296.309 euros que, pelos vistos, dá para tudo, num total orçamentado nesta classe de 2.682.081 euros, ou seja, 48,33%. Inexplicável...
- Como o recurso ao crédito bancário da Câmara Municipal tem sido uma constante, os juros a pagar aos bancos, só dos empréstimos de médio e longo prazos, porque há outros empréstimos para além destes, já vai em 1.396.621 euros, o que dá um encargo diário de 3.826 euros...
- Se somarmos todos os itens com a designação de “Outros” que não especifica qual é o bem que se pretende adquirir, chegamos ao montante de 5.976.042 euros que, para um total orçamentado de 38.862.270 euros, representa 15,37%. Se retirarmos estes 5.976.042 ao valor orçamentado passamos a ter um orçamento de apenas 32.886.228 euros...
- Não há a mínima dúvida que este orçamento é mesmo eleitoralista, porque, há obras que só agora é que aparecem, mas não devem passar de meras intenções, porque a Câmara não tem dinheiro para as efectuar, dado que não pode contrair mais empréstimo de médio e longo prazos, senão ao fim de cinco anos, e está agora a pedir outro empréstimo de curto prazo para fazer face às dificuldades pontuais de tesouraria. São disso exemplo:
 - Parque de Santa Eulália e Valorização da Fonte da Ribeira do Cartaxo (500.000 euros);
 - Corredor Verde/Despoluição e Recuperação da Ribeira do Cartaxo (860.000 euros);
 - Construção do Parque de Negócios (568.200 euros);
 - Mobilidade Territorial/Rede Rodoviária (1.274.557 euros);
 - Estação Intermodal de Transportes do Cartaxo (1.460.000 euros);
 - Reperfilamento e Requalificação da Rua Serpa Pinto (351.000 euros);
 - Valada XXI (2.414.286 euros).

NOTA: Só nestas obras, o valor ascende a 7.428.043 euros. Como não há dinheiro à vista, só duas hipóteses: ou não se fazem, o que é o mais certo; ou então fica-se a dever aos empreiteiros...

CONCLUSÃO:

Por todas as razões atrás expostas, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo **votam contra** a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, apresentados para 2009.

Finalmente, os Deputados do PSD deixam igualmente manifestada nesta posição que o **Estatuto do Direito de Oposição** (artigo 5, nº 3) **NÃO FOI CUMPRIDO pelo executivo da Câmara Municipal do Cartaxo**, liderado pelo Partido Socialista.

Cartaxo, 30 de Dezembro de 2008

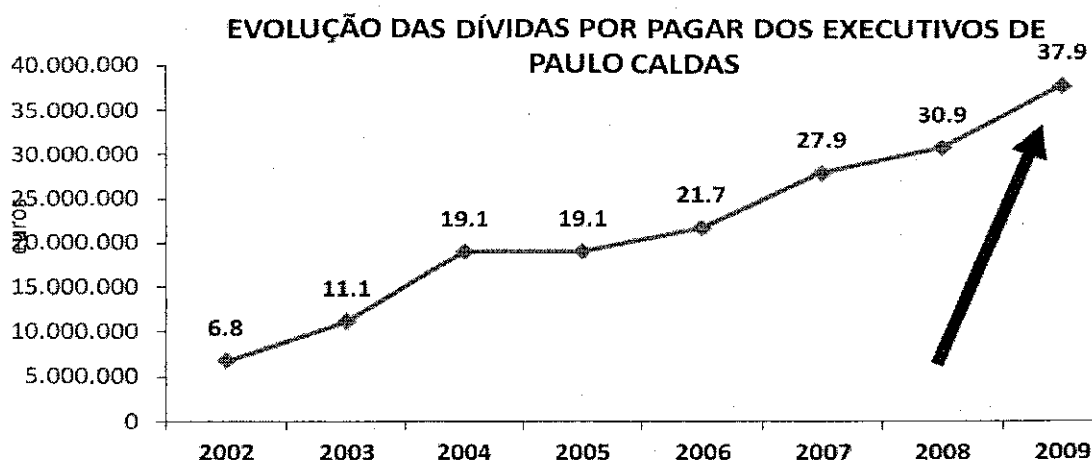
Vasco Cunha, Hélia Monteiro, Luísa Pato e João Heitor

COMO FOI POSSÍVEL CHEGAR A ESTE PONTO?

Data: 20 de Julho de 2010

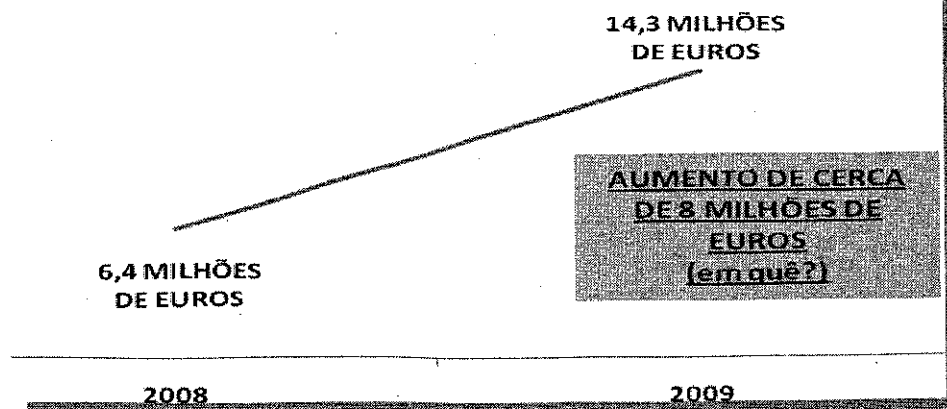
O AUMENTO DA DÍVIDA TOTAL E DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO EM 2009...

Que dívida é que se pretende pagar? É esta dívida (quadro seguinte)? A DÍVIDA GLOBAL que corresponde a **38 MILHÕES DE EUROS**? A que aumentou 7 MILHÕES EM 2009?



As dívidas de curto prazo em 2008 correspondiam a 6,4 milhões de Euros. Em 2009, estas dívidas passaram para 14,3 milhões de Euros, significa um crescimento em quase mais 8 milhões de Euros.

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO PRAZO POR PAGAR DE 2008 PARA 2009



COMO FOI POSSÍVEL CHEGAR A ESTE PONTO?

Data: 20 de Julho de 2010

O INVESTIMENTO QUE FOI EFECTIVAMENTE CONCRETIZADO EM 2009...

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DE 2008 PARA 2009



Em 2009, o Investimento PAGO foi o pior da última década da história do Cartaxo fixando-se nos 422 mil euros!!! Em 26,6 MILHÕES € de investimento prometido para 2009, Paulo Caldas concretizou 422 mil €, realizando 1,59% das suas promessas!!!! Esta é mais uma marca histórica alcançada por Paulo Caldas – o pior investimento pago de sempre na História do Cartaxo.

ALGUNS INDICADORES DO EXERCÍCIO 2009...

Total das Dívidas da Câmara Municipal do Cartaxo 'per capita' (por Município):

- Em 31 de Dezembro de 2009 cada Município do concelho do Cartaxo devia 1.505 Euros (37.866.244 Euros / 25.156 Municípios)
- Em 31 de Março de 2010 cada Município do concelho do Cartaxo devia 1.616 Euros (40.662.765 Euros / 25.156 Municípios)

Handwritten signature and initials

COMO FOI POSSÍVEL CHEGAR A ESTE PONTO?

Data: 20 de Julho de 2010

UM EXERCÍCIO PARA PERCEBER A DIMENSÃO DO BURACO FINANCEIRO...

A Câmara Municipal do Cartaxo, desde 1986 até a 2006, utilizando os Fundos Comunitários disponíveis para INVESTIMENTO, aproveitou cerca de 23.734.576,00 Euros, dos quais 13.119.988,00 Euros constituíram comparticipação financeira da União Europeia.

Em suma, o esforço das finanças municipais do Cartaxo correspondeu a cerca de 10.615.000,00 Euros. Como se explica a dimensão total da dívida da CMC em cerca de 41 milhões de Euros?

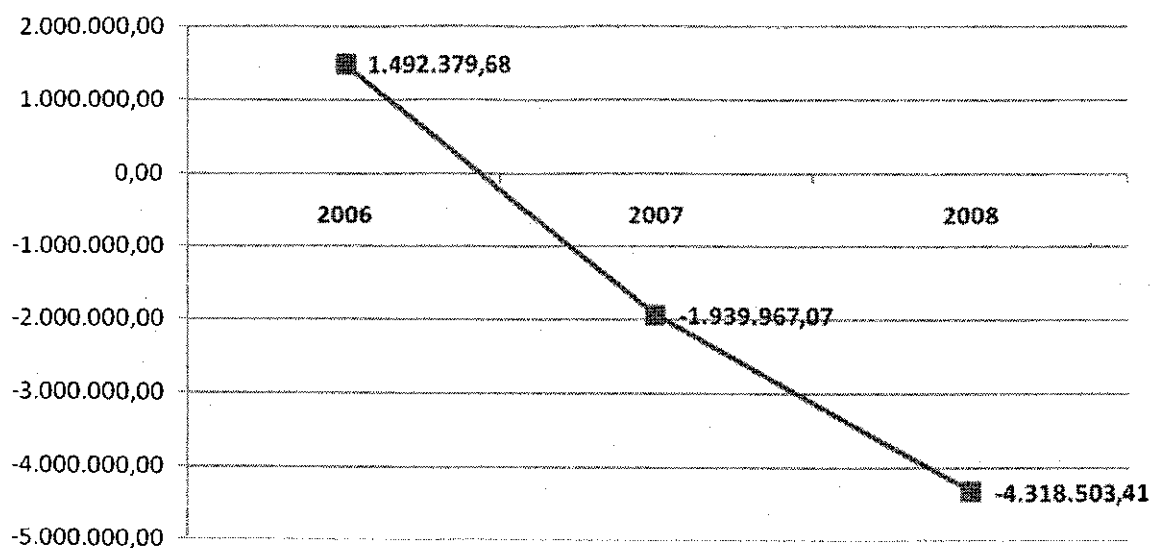
(Euros)		
PROJECTO	INVESTIMENTO TOTAL	COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
NECESSIDADES	202.437,27	123.713,22
Circular Urbana do Cartaxo - 2ª Fase - Sector C	875.069,70	568.795,31
Beneficiação da Rede Viária Municipal Estruturante - 1ª Fase	898.751,79	584.188,68
Beneficiação da Rede Viária Municipal Estruturante - 2ª Fase	534.403,21	347.362,17
Vias Estruturantes dos Aglomerados Urbanos - 1ª Fase	494.412,52	321.368,13
VALORIZAÇÃO URBANA	798.208,35	719.083,58
Valorização Urbana da Cidade do Cartaxo	508.890,95	203.556,38
Alameda Norte da Cidade do Cartaxo	1.286.314,00	514.525,60
SANEAMENTO BÁSICO	1.837.076,88	1.253.109,34
Reforço e Melhoria do Saneamento Básico do Cartaxo e Freguesias	851.019,16	553.162,45
Reforço e Melhoria da Qualidade do Abastecimento de Água às Freguesias e Cidade do Cartaxo	560.119,31	364.077,55
Rede Colectora de Águas Residuais do Concelho	526.040,49	341.926,34
EQUIPAMENTOS DE APOIO A CULTURA E ACÇÃO SOCIAL	4.181.020,53	1.587.481,02
Reabilitação do Cine-Teatro Municipal	3.371.970,34	1.061.598,40
Memória Viva 2000	809.050,19	525.882,62
INFRAESTRUTURAS DE PROMOÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA	679.642,06	441.765,35
Infraestruturas de Suporte à Actividade Económica	679.642,06	441.765,35
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER	2.749.208,40	954.048,15
Casa Municipal do Desporto e Lazer - 2ª Fase e 3ª fase	2.412.221,07	743.431,07
Construção da Pista de Atletismo	336.987,33	210.617,08
TOTAL	23.734.575,97	13.119.988,41

COMO FOI POSSÍVEL CHEGAR A ESTE PONTO?

Data: 20 de Julho de 2010

OS RESULTADO OPERACIONAIS...

Evolução dos Resultados da Actividade (Resultados Operacionais)



Em 2009 a tendência mantém-se! Os Resultados Operacionais continuam negativos (-3,9 Milhões de Euros) continuando a comprovar a inacção e a incapacidade desta gestão socialista.

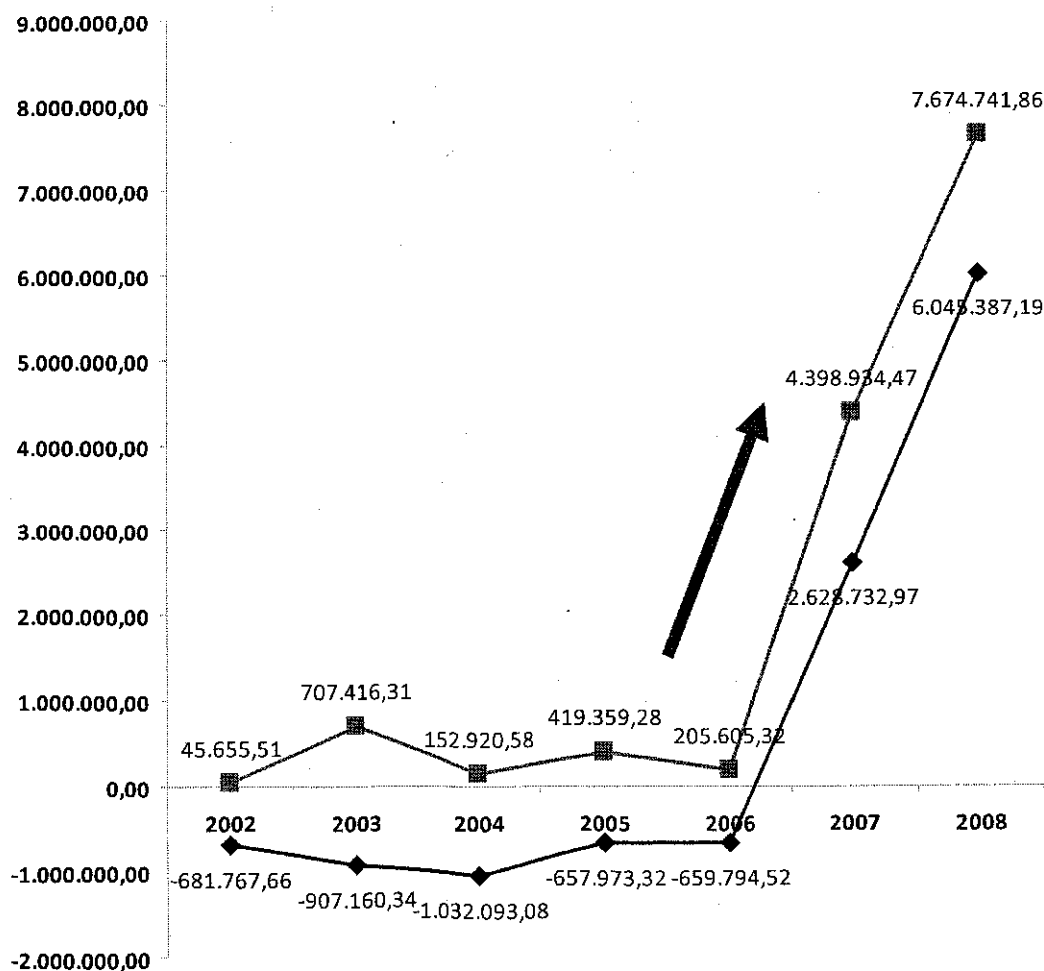
O Executivo PS não consegue operacionalizar o Município. Ou seja, a operacionalidade do Município, não se paga a si própria... E sem os proveitos da venda de água com a concessão...

COMO FOI POSSÍVEL CHEGAR A ESTE PONTO?

Data: 20 de Julho de 2010

A EVOLUÇÃO DOS RESULTADO EXTRAORDINÁRIOS...

**Evolução dos Proveitos Extraordinários e Resultados
Extraordinários de 2002 a 2008**



Os Proveitos e Custos Extraordinários, bem como os Resultados Extraordinários, sempre foram estáveis de 2002 a 2006. Todavia, a partir de 2007, eles tiveram de ser empolados. Em 2009, os Resultados Extraordinários corresponderam a 4,2 Milhões de Euros...



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

26 de abril 2011

Ata nº

03

Ata nº03 | 26 abril 2011

Páginas 42 a 46

O Senhor Presidente, em substituição, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-- "Dr. Vasco Cunha, na sequência da intervenção do Sr. Presidente." -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: ---

--"Eu coloquei esta questão pelo seguinte, a informação que eu tenho e aquilo que reporta à execução particularmente das verbas que estão contratualizadas através da Comunidade Intermunicipal, o Cartaxo tem execução zero. Sendo que até ao final deste ano, se conseguirmos garantir acima de 50% dessa execução o Cartaxo poderá entrar tal como o outro conjunto de Municípios na tal bolsa de mérito que nos dará oportunidade para discutir um conjunto de outras verbas que venham a ficar remanescentes do Quadro Comunitário. -----

E a minha preocupação resulta disto porque do conjunto de todos os municípios que eu vi com a execução na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, o Cartaxo era o único que tinha execução zero. Santarém tinha acima de 18 ou 20%, estou a dizer isto completamente à vontade porque tenho os quadros em casa, não os tenho aqui, mas tinha seguramente acima dos 18 ou 20% e a Câmara do Cartaxo tinha zero. -----

E eu fui ver o site da Associação Nacional de Municípios através do protocolo que foi feito e fiquei preocupado por causa desta questão da bolsa de mérito. Poderemos eventualmente estar aqui a perder uma oportunidade de ainda com alguns fundos remanescentes poder estar a concorrer a algo mais desde que haja fundos próprios para fazer essas candidaturas." -----

O Senhor Presidente, em substituição, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

--"Sr. Presidente da Câmara". -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----(Paulo Caldas)



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--"Nós não vamos perder nada em termos de fundos comunitários. A nossa intervenção foi com o seguinte princípio de ação, na minha opinião correto e que estamos a levar para a frente. O Município do Cartaxo felizmente pode-se orgulhar da conquista dos fundos comunitários e da conquista dos fundos comunitários independentemente daquilo que são as candidaturas conjuntas ou integradas no pacote da contratualização da Lezíria. Nós fomos buscar dinheiro para a regeneração urbana conforme já referi 4 mais 4 milhões de euros fora da Lezíria. Fomos buscar dinheiro diretamente à Comissão Europeia em candidaturas que nós conhecemos, algumas na área do potencial humano, outras na área dos fatores de competitividade, fora e diretamente na Comissão Europeia da Lezíria. -----

Aquilo que nós fizemos e o que qualquer município com o nosso princípio de ação faria foi o seguinte, foi assumir na comunidade da lezíria que contratualizávamos, aprovaríamos e executaríamos em 2011 para entrar na bolsa de mérito determinadas prioridades, área empresarial do Falcão, mobilidade e rede viária, uma parte significativa da modernização administrativa. E os restantes projetos nomeadamente o centro escolar de Pontével, Valada e o empreendedorismo e inovação ficariam também para 2012. Nós o que fizemos foi potenciar aquilo que era diretamente do PO regional do INALENTEJO, mais aquilo que era diretamente do POPH, POVT e do POFC, projetos temáticos de Lisboa, mais os que vêm da Comissão Europeia ao máximo. -----

Daí obtivemos mais 3 milhões dentro da contratualização e depois o restante por via destes programas temáticos. E vamos garantir a execução tal como qualquer outro Município, não fica nenhum dinheiro perdido. Agora um ponto que importa precisar, o que é que é a bolsa de mérito? E não vamos estar aqui com leituras menos rigorosas. A bolsa de mérito representa pura e simplesmente para garantir a execução do QREN, um adiantamento de verbas da 2ª parte do QREN, ou seja é feita uma avaliação intercalar e a bolsa de mérito representa tão somente a alavancagem, o adiantamento de bolsas que estavam definidas para o 2º triénio e que passam para o 1º triénio para ter uma execução maior. O Município do Cartaxo não perde nada tal como o Município de Santarém não vai perder, estejamos descansados, tal como qualquer outro município da Lezíria do Tejo, o princípio da solidariedade também a isso obriga, as verbas que estão contratualizadas estão definidas por eixos e estão definidas por município. É sempre esse o princípio que sempre funcionou na Lezíria. -----

O que vai acontecer é que os projetos que nós definimos para ficarem no âmbito do 1º triénio com execução a 85% são aqueles que defini, os projetos que nós definimos para ficarem em 2012 são os outros, os restantes, não vão ficar com menos de 85% de financiamento a fundo perdido. O que vai acontecer é que vão aproveitar da bolsa de mérito a antecipação, ou seja o único risco que haveria era a Lezíria do Tejo no seu todo, não por município mas no seu todo não ter uma execução mínima que permitisse ir buscar os diferentes PO regionais às NUT II a execução necessária para ir buscar a bolsa de mérito. -----

Agora o Cartaxo está a dar o seu contributo e vai consegui-lo no final de 2011, ou seja não vamos perder nada." -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: ----

-- "Só tenho duas dúvidas, a 1ª é saber se chegando ao final de 2011 o Cartaxo tem ou não tem concretizados mais de 50% de execução que é esse requisito que nos depois para a bolsa de mérito." -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-- "100% de execução de mobilidade da rede viária, 100% de execução da área de localização empresarial e 80% de execução da administração administrativa. E em 2011 é isto mais 20% dos restantes projetos. Em 2012 vai ter a execução restante dos projetos que ficaram a 20%. -----

Temos as coisas perfeitamente tabuladas, com isto vamos buscar dinheiro diretamente ao PO regional, aos projetos temáticos e que são os três, POPH, POFC, e POVT, e vamos buscar o dinheiro que está cativo dentro das bolsas de mérito, também vamos dar o nosso contributo para isso, partilhar com os restantes municípios da Lezíria no âmbito da contratualização. Nós temos as coisas bem definidas e bem orientadas. -----

Posso dizer-vos o seguinte para a mobilidade de rede viária e para a modernização administrativa pedimos há cerca de uma semana e meia adiantamento de 30% das verbas, o que logo vai fazer alterar as estatísticas, as nossas e as dos outros municípios, vamos logo ter uma execução que já está no terreno, uma execução significativa. -----

O nosso grande problema seria se não tivéssemos as obras adjudicadas que era um problema e o 2º grande problema era se elas não avançassem depois no terreno. Tanto num caso como no outro isso não se vai verificar." -----

Página 49 a 51

(Sobre as **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2010**)

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-- "O Sr. Vice-Presidente vai fazer a defesa do documento, eu diria apenas o seguinte há muitos que se fala de falência técnica, gestão danosa e tudo isso. Um facto é que estamos a iniciar um novo ciclo de investimentos e também é um facto tal como o Sr. Vice-Presidente vai demonstrar, os principais indicadores que normalmente são utilizados para medir a gestão económica e financeira de um Município são positivos. Passo ao Sr. Vice-Presidente." -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----(Paulo Varanda)

-- "Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados. Foram ouvidas realmente aqui descrições tenebrosas, no entanto parece-nos que nos falta ver o reverso da medalha. Onde é que está a menção por exemplo do crescimento abrupto da poupança corrente? Por exemplo, não ouvimos falar. Onde é que está o abaixamento do endividamento a médio e longo prazo? Também em nenhuma das intervenções ouvimos menção nenhuma a este tema. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Curiosamente agora ouvimos a despesa com o pessoal, o abaixamento da despesa com o pessoal que, naturalmente, foi conseguida com o abaixamento das horas extraordinárias, mas também com a passagem de pessoal para a empresa das águas. Como todos nós sabemos ainda não houve corte nenhum fruto da medida que nos foi imposta pela Administração Central. -----

Também não ouvimos aqui falar do aumento que houve efetivamente na execução orçamental. Não ouvimos essa menção. Mas continuemos a remover a maquilhagem que foi aqui colocada pelo Deputado do PSD, Sr. Deputado Vasco Cunha. Nós vimos uma menção em que o ativo triplicou nos últimos 5 anos, também não houve essa menção. ---

Naturalmente que esta política de consolidação financeira é a corresponde à efetiva redução da dívida a fornecedores e empreiteiros, está nesses números, que também não ouvimos falar, tal como o endividamento a médio e longo prazo decrescente, que vão concorrer para estes resultados positivos e que não são de todo tenebrosos, nós já passámos essa fase do cabo, para nós já consiste na boa esperança. -----

Com dados concretos, a lista a fornecedores era no dia 31/12/2006, 362 dias como é público, no dia 31/12/2010, 347 dias, atualmente e fruto desta política orçamental no 1º trimestre atingimos os 270 dias. Também não ouvimos falar neste resultado positivo e no esforço que é feito para melhorar estes valores que são indicadores do prazo de pagamento da satisfação, daquilo que é a dívida aos nossos fornecedores. -----

Também não ouvimos falar Srs. Deputados no endividamento bancário decrescente, também não ouvimos falar da aquisição de bens de capital fruto desta realidade decrescente daquilo que é a política na segurança, nas escolas, na mobilidade e rede viária, na regeneração urbana, em tudo aquilo que tem vindo a ser demonstrado e com execução física, porque não há aqui tecnocracia dos números. No terreno estes números são visíveis. Num período difícil, Srs. Deputados, estar atualmente numa aposta forte no desenvolvimento das áreas empresariais e ativos passivos de serem rentabilizados, Srs. Deputados, eu acredito sinceramente que corresponda aos anseios atuais da população. -----

Num período difícil conseguirmos esta proeza, realmente só nos pode trazer uma imagem de boa esperança e de convicção de que este é o caminho, vamos continuar a apostar nomeadamente naquilo que é uma redução da parte da despesa corrente, no aumento do investimento e bem assim servir melhor as nossas populações. -----

Apostando na descentralização, estão aqui os nossos homens e merecem a nossa menção na descentralização e no bom trabalho para as nossas freguesias da forma competente como têm desempenhado as suas funções, com as tarefas específicas daquilo que é a limpeza, toda a gestão viária através desta confiança traduzida na descentralização. -----

Por isso Srs. Deputados, tirada esta maquilhagem como foi assim apelidada, francamente tenebroso parece-me uma palavra muito forte e parece-me conveniente que se considerem em termos de análise SWOT apresentar os prós, mas por favor assumam os prós da vossa visão. Assumam agora os prós para o nosso concelho, estes números são a prova disso. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu creio que para todos nós não podem restar dúvidas deste facto e por isso é com confiança que olhamos para o futuro e como lhe disse há pouco Sr. Deputado Vasco Cunha temos muito para andar. É verdade mas vamos andar, estamos a andar e vamos lá chegar." -----

Página 53

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

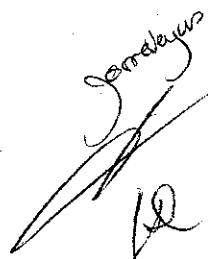
-- "Só em jeito de resumo, contrariar tudo aquilo que o Dr. Vasco Cunha disse. Nos últimos anos, os resultados líquidos têm sido positivos, isto é os resultados operacionais, financeiros e extraordinários têm sido efetivamente positivos. O que quer dizer que com a obra no terreno, todo o desenvolvimento que a Câmara tem dado não só nesta vertente das obras de investimento mas também naquilo que é o serviço à nossa população, eu acredito sinceramente que para muitos isto é obra, é difícil e é realmente de exacerbar como o Sr. Deputado acabou de nos trazer aqui. -----

Mas o que é facto é que está. Vejamos, ontem tivemos esse exemplo, inaugurámos uma dessas obras. Da Rumo 2020, 2014, 2015, 2016, 1017, enfim, a não ser que haja um qualquer governo que acabe com empresas municipais que são úteis como veículos de investimento. A RUMO 2020 vai continuar a ser útil e as suas contas estão consolidadas nas nossas, por isso essa perspectiva dos 50 milhões ... Não percebi muito bem essas contas que nos acabou de trazer, também parece-me a mim um pouco afastada da realidade, mas no entanto respeito-as com certeza. -----

Mas o que é facto é que a obra está no terreno, a obra vai continuar, esta é a garantia e não olhando os números por forma isolada, olhando os números no terreno e servir a nossa comunidade, a nossa população, as nossas freguesias, as nossas forças vivas. Al Sr. Deputado, os resultados são francamente diferentes daqueles que nos acabou de trazer aqui." -----

Situação Financeira do Município do Cartaxo

Apresentação *Sumária*



Handwritten signature and initials.



Paulo Caldas em 4 de
Novembro afirma que:



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

Sobre o tema do endividamento municipal (na hora da despedida):

- 1 – As coisas estão preparadas no sentido que os pagamentos de salários, das prestações às instituições financeiras, para além dos investimentos, a maior parte dos quais assegurados a financiamento a fundo perdido, estejam salvaguardados, não estando completamente salvaguardado o pagamento da dívida a empreiteiros e fornecedores, sendo esse o grande desafio para 2012;
- 2 – Não deixa a Câmara na falência (isso é uma ideia criada por alguns detractores, que já o afirmam há 5, 7 anos, mesmo antes da crise mais profunda);
- 3 – Quando assumiu funções havia uma dívida na ordem dos 10 milhões de euros que passou para qualquer coisa como 42,6 milhões de euros e que isso se deve também à passagem de despesas de capital residuais para investimentos que, por ano, ultrapassam os 12 milhões de euros.

A PROPAGANDA... DA CONQUISTA DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS!

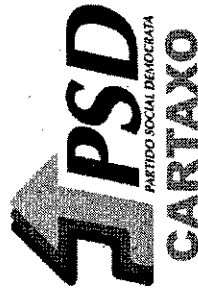


Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

Ao longo dos 10 anos, abrangendo a vigência do QCA III e do QREN (parcialmente), **o baixo nível de investimentos concretizados 38,9 M€, obteve apenas cerca de 5,8M€, ou seja, cerca de 14,9%**. São estes os Investimentos cuja maior parte está assegurado o financiamento a fundo perdido? Ainda alguém acredita na galinha dos ovos de ouro?

É manifesta a CAPACIDADE dos Executivos Socialistas em ANUNCIAR Investimentos co-financiados por fundos comunitários (cerca de **60,3M€ com financiamentos de 34,9M€**), e a INCAPACIDADE DA SUA CONCRETIZAÇÃO - na prática, realizaram **INVESTIMENTOS (com ou sem financiamento comunitário) de 38,9M€**, obtendo fundos de **5,8M€** (à media de 578 mil euros por ano!).

Execução do QREN...



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

Até meados de 2011, eram muito escassos os montantes recebidos dos 27,2 M€ de QREN 2007-2013 anunciados pelo Paulo Caldas...

E o Investimento Realizado é de 1,8 M€ face ao Orçamentado de 26,6 M€ (menos de 7% de concretização... em... 30 de NOVEMBRO de 2011)!...

**...E OS TÃO ANUNCIADOS
FINANCIAMENTOS A FUNDO PERDIDO**



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

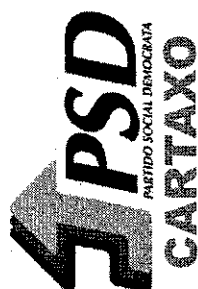
Quem não se recorda das afirmações de Paulo Caldas de que tinha alcançado os maiores incentivos a fundo perdido e que os do QREN 2007-2013 eram superiores a todos os QCA anteriores, incluindo o FEDER tradicional.

Recordemos os dados do QCA III (2000-2006) e do QREN 2007-2013:

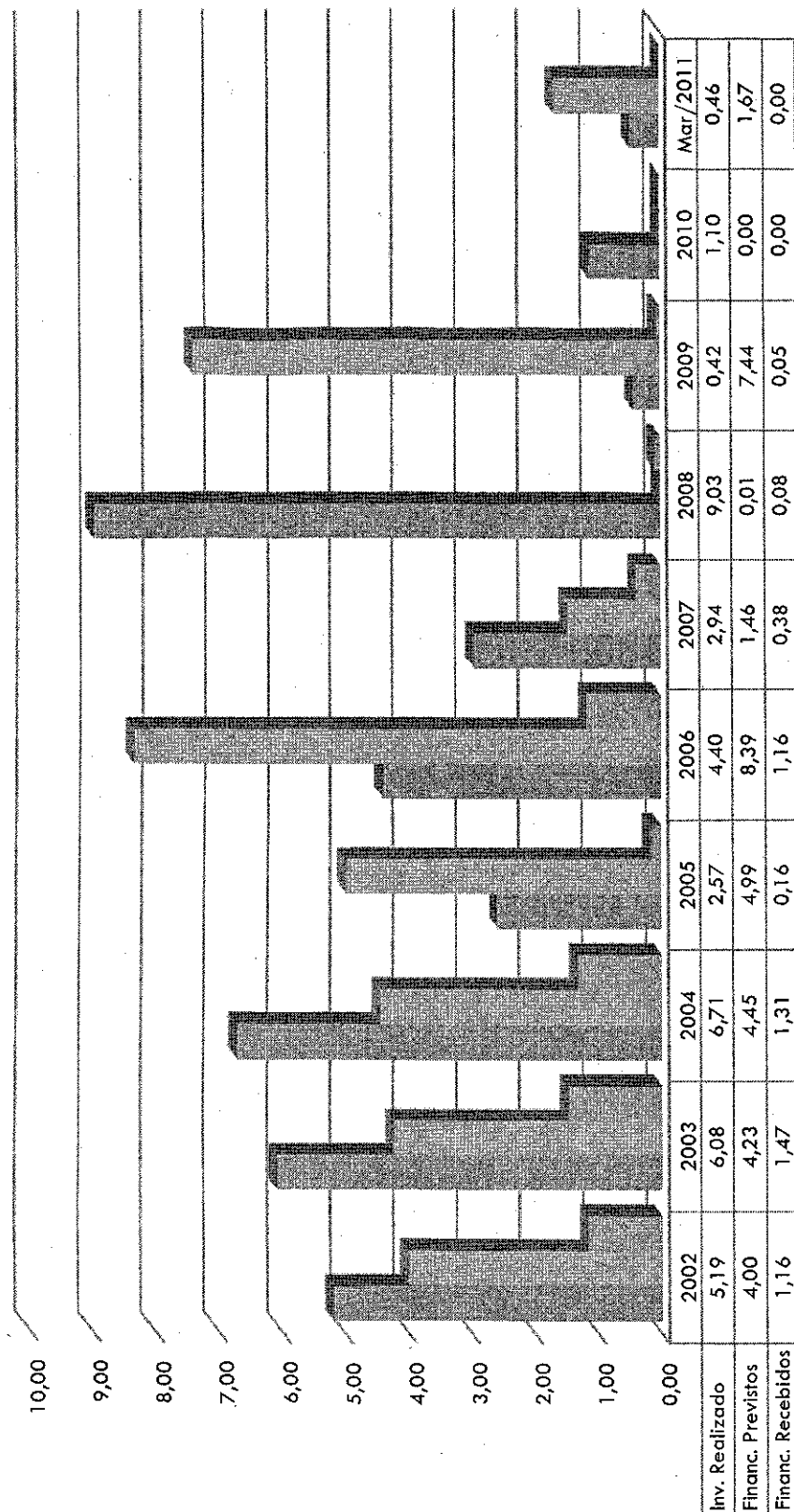
	Investimento Total (M€)	Incentivo a Fundo Perdido (M€)
QCA III	16,0	7,7
Todos os QCAs	25,6	14,0
QREN	44,3	27,2

Handwritten signature and initials.

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS PREVISTOS E RECEBIDOS E COMPARAÇÃO COM O INVESTIMENTO REALIZADO EM MILHÕES DE EUROS



Assembleia Municipal 29 Dez, 2011



■ Inv. Realizado

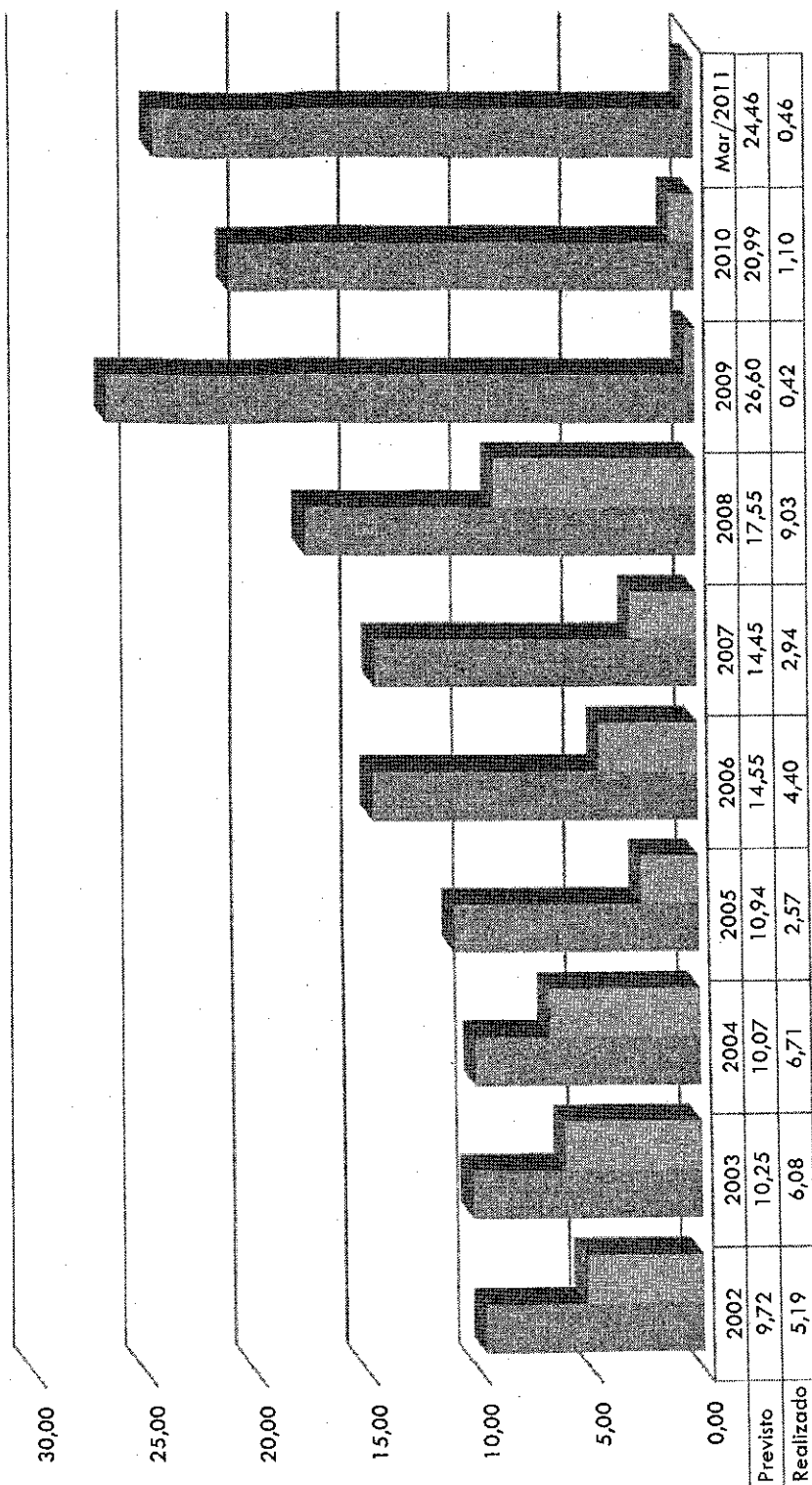
■ Financ. Previstos

■ Financ. Recebidos

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO PREVISTO E REALIZADO EM MILHÕES DE EUROS PELA CÂMARA MUNICIPAL DO CARTAXO



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011



■ Previsto ■ Realizado

Handwritten signature

Os FACTOS... Os NÚMEROS... A REALIDADE...



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

Ao longo dos 10 anos foram PROPAGANDEADOS INVESTIMENTOS DE 159,6 M€, dos quais apenas foram concretizados 38,9 M€, ou seja, ficaram por concretizar cerca de 75,6% das promessas.

Os anos de maior concretização foram 2008 (pelo EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO) e 2004, mesmo assim com graus de execução na ordem 51,5% e 66,6%.

O período onde o INVESTIMENTO esteve mais estável (e no qual os níveis de execução reflectiram maior rigor) foi 2002-2004.

Após a utilização do EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO, o INVESTIMENTO CONCRETIZADO, FACE AO PREVISTO, NÃO ULTRAPASSOU OS 2% (com excepção de 2010, que ficou-se pelos 5,3%), apesar da PROPAGANDA!!!

Estes números (com base nas contas), são muito distantes dos 12M€ anuais referidos na referida entrevista.

Em suma...



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

- ter **SEMPRE AUMENTADO AS DÍVIDAS** de despesas que ficaram por pagar em todos os anos de autarca, com excepção de 2005, no qual se mantiveram ao mesmo nível de 2004;
- ter começado com 5,51M€ em 2001 de dívidas a pagar e terminado com 42,38M€ (dados de Março/2011) (sem contar com o endividamento da empresa municipal RUMO2020), ou seja, **DURANTE ESTA (DES)GOVERNAÇÃO, O ENDIVIDAMENTO CRESCEU EM CERCA DE 37M€**, ao qual ainda acresce o endividamento da RUMO2020;
- ter iniciado um ciclo interminável de **PAGAR TARDE E A MÁIS HORAS** (nem mesmo com o Saneamento Financeiro a situação foi melhorada) ou mesmo **NÃO PAGAR** (são vários os processos judiciais interpostos por fornecedores e empreiteiros), com os **PIORES PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO A NÍVEL NACIONAL**;
- ter **SUCESSIVOS DÉFICES ORÇAMENTAIS**, sendo o do último ano completo da **(DES)GOVERNAÇÃO, NA ORDEM DOS 16M€ E OS PIORES NÍVEIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA HISTÓRIA DO CARTAXO**;
- ter, em 2009, o pior Investimento pago da última década da história do Cartaxo (**422 mil euros**) e, desde 2004, a diminuição sucessiva desse investimento (com excepção de 2008, que aumentou à conta do empréstimo de saneamento financeiro) !!!

Domélio
AE

Uma herança Histórica...



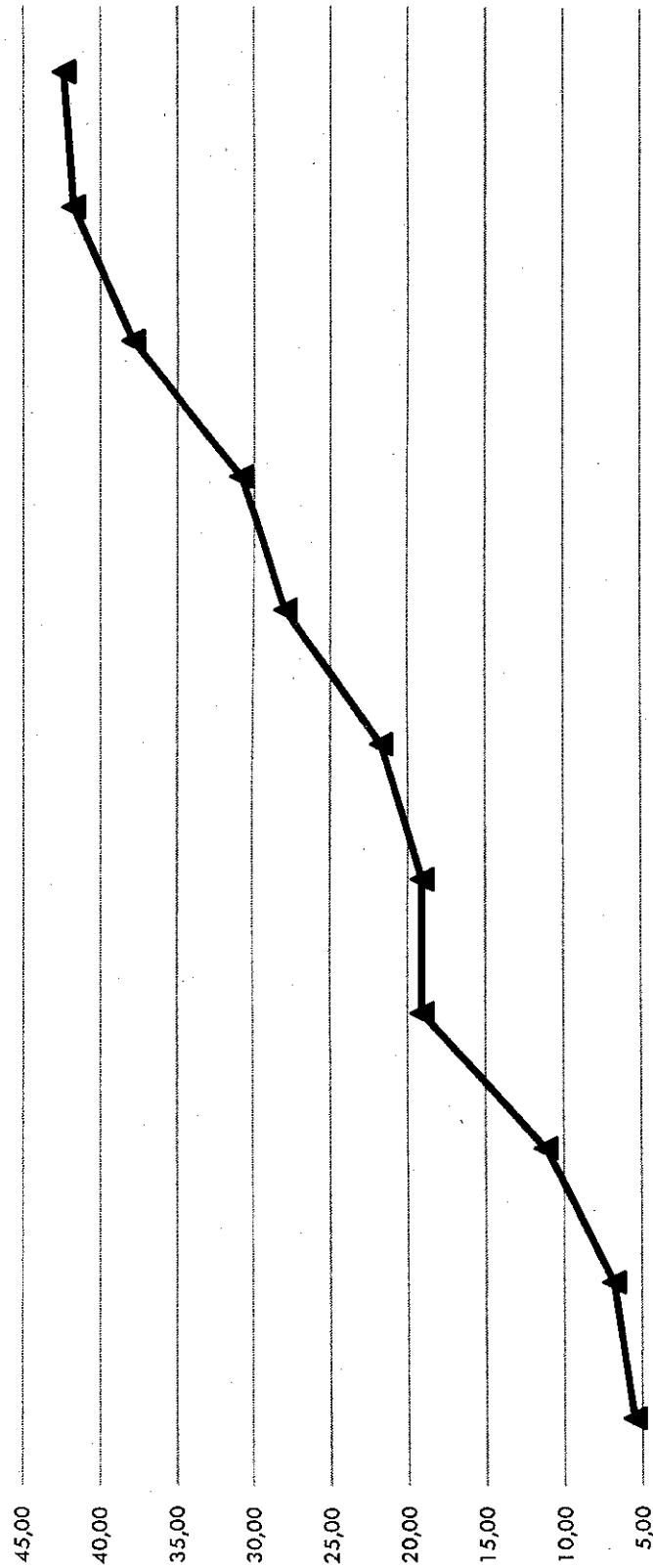
Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

- ter anunciado sucessivamente garantias de financiamentos a fundo perdido que não ultrapassaram os **578 mil euros anuais, em 10 anos de DESGOVERNAÇÃO;**
- ter, **HISTORICAMENTE, ESGOTADO A CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO**, condicionando o equilíbrio intergeracional (as gerações futuras não terão acesso ao mesmo nível de recursos), a sustentabilidade e a própria autonomia;
- ter, **HISTORICAMENTE, recorrido a operações de reengenharia contabilística e financeira**, para negar o inegável – hoje é evidente o paradoxo existente entre o Município NÃO TER Endividamento Líquido e TER a capacidade de endividamento com empréstimos de médio e longo prazo ESGOTADA e TER dos PIORES PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO a nível nacional!
- ter, **HISTORICAMENTE, os piores resultados operacionais sucessivos de SEMPRE** – na média de 4M€ NEGATIVOS por ano, ou seja, os proveitos das vendas de bens e serviços, dos impostos e taxas e das transferências, não chegam para cobrir os custos com o pessoal, os fornecimentos de bens e serviços, etc, reflectindo a INCAPACIDADE GESTIONÁRIA, A INEXISTÊNCIA DE EQUIPAS E RESPECTIVA LIDERANÇA (todos os Executivos Socialistas perderam elementos).;

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A PAGAR EM MILHÕES DE EUROS (M€)



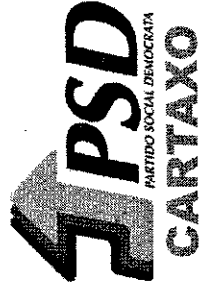
Assembleia Municipal 29 Dez. 2011



—■— Dívidas por pagar

[Handwritten signature]

A ilusão...



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

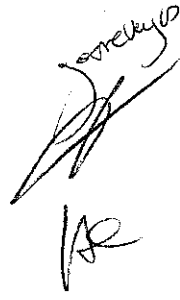
O PS tornou-se num exímio fabricante de Orçamentos pelo lado da despesa, anunciando fontes de financiamento e empolando receitas que nunca entram nos cofres do Município. Os exemplos atrás indicados demonstram precisamente essa capacidade de inventar e anunciar e a INCAPACIDADE de concretizar. Longe vão os tempos dos níveis de execução orçamental dos 70% a 80%, predominando, nos tempos actuais, valores que rondam os 30%.

Para que não restem DÚVIDAS... Todos estes dados e números são retirados e têm como fonte as Contas e Informações oficialmente apresentadas pela...

Câmara Municipal do Cartaxo

E o Saneamento Financeiro?

**Alguém sabe dele?
A CMC? A AMC?
Nem o Revisor Oficial
de Contas (ROC)?**



Plano Financeiro 2008-2020

Município do Cartaxo



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

Aprovado em Julho 2008 – O que dizia?

(...)

A contracção de um empréstimo bancário de médio e longo prazo com o objectivo de consolidação dos passivos financeiros e da **reprogramação da dívida do Município do Cartaxo**, no âmbito do Artigo 40º da Nova Lei das Finanças Locais (Decreto-Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) e do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de Março, apresenta-se como a solução mais viável para a resolução dos compromissos financeiros do Município, permitindo designadamente a imediata solvência de passivos a fornecedores, após aprovação em Assembleia Municipal do empréstimo e do plano e estudo económico-financeiros aqui apresentados, e necessário visto do Tribunal de Contas.

(...)

O que diz o Relatório de Acompanhamento do Saneamento Financeiro! (C.M.C.)



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

6. CONCLUSÃO

Face à actual conjuntura económica e financeira, com a redução efectiva da receita do município, que afectou de forma significativa as receitas, devem ser tomadas medidas de contenção financeira e reprogramação da dívida.

De igual modo, deve proceder-se à reestruturação de algumas medidas, de forma a maximizar a receita.

**3 anos
depois de aprovado
o Saneamento Financeiro???**

O que diz o Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único) Sobre o Saneamento Financeiro!



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

RESERVAS

7. Encontram-se relevados nas demonstrações financeiras € 17.500.000 referentes a um incentivo não reembolsável, o que se traduz num aumento do activo e da situação líquida de igual valor.
8. Deverão ser regularizados activos relacionados com protocolos no valor de € 1.067.393.

ÊNFASES

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as situações seguintes:
 - 10.1 Deverão ser efectuados acordos de pagamento, no valor de € 591.897,04, com as respectivas entidades, relativos a contribuições obrigatórias para com a ADSE, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social.
 - 10.2 Encontram-se relevados nas demonstrações financeiras acordos de pagamentos a fornecedores no valor de € 12.402.632, com o prazo máximo de pagamento de 8 anos.

Em 29-12-2010

Câmara do Cartaxo apresenta orçamento recorde de 61 milhões

A Câmara do Cartaxo prevê reduzir 50 por cento de verbas nas rubricas de despesa corrente de acordo com a proposta de grandes opções do plano e orçamento para 2011, que se discutiram e votaram esta terça-feira em reunião do executivo e da assembleia municipal. **A câmara apresenta um orçamento recorde de 61 milhões de euros, para aproveitamento máximo dos fundos comunitários.** Na Educação prevê-se investir 6,9 milhões de euros na construção da nova EB2,3 Cartaxo/Vila Chã de Ourique e do Centro Escolar de Pontével. No rol de investimentos a concretizar estão a esquadra da PSP (1,4 milhões), a descentralização de competências para as freguesias (1,3 milhões), a requalificação da rede viária (7,1 milhões) e a infra-estruturação das áreas empresariais do Casal Branco e do Falcão (3,1 milhões), para citar alguns exemplos. **Garante o presidente da autarquia, Paulo Caldas (PS), em nota de imprensa**, que “2011 vai ser um ano de muita obra fruto do aproveitamento integral do dinheiro a fundo perdido que soubemos, a devido tempo, assegurar para o concelho do Cartaxo”.



102.9 FM

rádio cartaxo

**Mentiu?
Enganou-se?**



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

2011-10-31 09:33:40

Os associados do Estrela Futebol Clube Ouriquense decidiram esta sexta-feira, em Assembleia-Geral, desistir do campeonato da Divisão Principal da Associação de Futebol de Santarém.

Em causa, estão questões financeiras ligadas ao não cumprimento, por parte da câmara do Cartaxo, no que respeita ao pagamento dos protocolos de 2010, e à indefinição quanto aos protocolos de 2011.

Uma hora antes da Assembleia, Carlos Albuquerque, presidente da direção, recebeu uma comunicação do presidente da câmara municipal em exercício, Paulo Caldas, dando-lhe conta que o pagamento dos protocolos 2010 e 2011 só seria possível a partir de meados do próximo ano. Paulo Caldas acrescentou, ainda, que os clubes devem preparar-se, uma vez que em 2012 não vão existir protocolos.

Carlos Albuquerque transmitiu estas informações aos associados, e acrescentou que o clube só entrou no campeonato sénior porque os responsáveis camarários lhe prometeram que em meados de julho deste ano seria pago o protocolo de 2010 e transferido metade do protocolo de 2011, o que até ao momento não aconteceu.

(...)

E os Protocolos com as Colectividades do Concelho do Cartaxo?

Alguém sabe deles? A CMC? A AMC?

Handwritten signature

O QUE É ISTO?



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011



**GRANDES OPÇÕES
DO PLANO
ORÇAMENTO 2011**



FAZER?

**Não era aqui que
constava o
financiamento dos
Protocolos?**

Os PROTOCOLOS em Agosto de 2010... E as promessas... na Imprensa Regional...



Assembleia Municipal 29 Dez 2011

Câmara Municipal do Cartaxo atribui apoios às colectividades

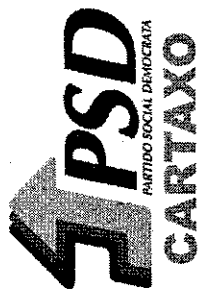
A Câmara Municipal do Cartaxo aprovou, na reunião do executivo do dia 10 de Agosto, as verbas a atribuir às colectividades e associações culturais e desportivas do concelho, no âmbito dos Protocolos de Apoio ao Desenvolvimento Cultural e Desportivo.

As verbas atribuídas em 2010 rondam os 450 mil euros e (...)

Paulo Caldas, presidente do município, reforçou que "o valor médio das verbas de 2010 é idêntico ao atribuído pela Câmara no último triénio e consolida uma fase de estabilização deste mesmo apoio", acrescentando que **há colectividades e associações que vão contar com um apoio idêntico ao dos anos anteriores – como a Associação Gentes do Cartaxo, Ateneu Artístico Cartaxense e Sociedade Filarmónica Incrível Pontevelense; um conjunto de outras que viram "serem substancialmente reduzidos os valores protocolados em mais de 40%" (...)**

O executivo determinou também a necessidade de introduzir alterações ao Regulamento de Apoio ao Desenvolvimento Cultural e Desportivo do Concelho, tendo o presidente da Câmara Municipal anunciado que até final de 2010 será criado um Gabinete Técnico de Apoio ao Associativismo e será concretizada uma participação mais activa dos recursos técnicos da autarquia na promoção das actividades desportivas das associações.

João Carlos



Assembleia Municipal 29 Dez. 2011

OBRIGADO...

Até Breve!



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Joana
Gomes
R

MOÇÃO

Data: 28 de Junho de 2011

N.º de Páginas: 1

Considerando que:

- 1- Até à presente data a Câmara Municipal do Cartaxo não celebrou qualquer tipo de Protocolo de colaboração com as colectividades e associações do concelho como é da sua competência nos termos al.b) do n.º 4 do Artigo 64.º do Decreto Lei 169/99;
- 2- As colectividades e associações do concelho desempenham um papel fundamental na prossecução do interesse municipal a nível social, cultural, desportivo e recreativo;
- 3- Muitas das vezes, estas associações e colectividades se substituem ao Estado nas suas funções, quer na formação dos jovens, quer na protecção social dos mais desfavorecidos;
- 4- As Associações e colectividades do concelho do Cartaxo vivem problemas graves a nível económico-financeiro que poderão a breve trecho por em causa o seu normal funcionamento;
- 5- Há verbas respeitantes aos Protocolos de 2010 que ainda se encontram por pagar, obrigando os dirigentes das colectividades e das associações do concelho do Cartaxo a assumirem responsabilidades pessoais de natureza financeira;

Assim e nestes termos, **o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo vem – através desta Moção - apresentar um veemente PROTESTO à actuação da Câmara Municipal do Cartaxo.**

O Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo.



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data : 30 de Abril de 2012

N.º de Páginas : 6

Assunto:

“Relatório de Gestão (RG) de 2011” com as “Demonstrações Financeiras (DF)” e o “Parecer e Certificação Legal de Contas”

Tendo analisado os documentos do “Relatório de Gestão” e as respectivas “Demonstrações Financeiras” e os “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2011, os Deputados eleitos pelo PSD para a Assembleia Municipal do Cartaxo, consideram que:

FIM DE LINHA DA ILUSÃO...

Ao longo dos últimos anos a situação financeira da Câmara Municipal do Cartaxo foi correctamente identificada pelos autarcas eleitos pelo PSD e, em resumo, a realidade traduziu-se no seguinte:

- As Despesas (sobretudo Correntes) não tinham cobertura pelas Receitas arrecadadas;
- O recurso aos empréstimos bancários serviu para disfarçar o problema num primeiro momento e o endividamento de Médio e Longo prazo cresceu;
- Quando a capacidade de endividamento se aproximou dos limites legalmente previstos, fez-se recurso a Receitas extraordinárias e artificiais para fazer face ao sorvedouro que constituíam as Despesas (as «rendas da EDP», a venda do «Campo da Feira» ou as «contrapartidas da OTA» são exemplo disso);



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

- Como estas Receitas nunca se concretizaram mas as Despesas continuavam a crescer e era urgente o seu pagamento, a alienação de activos foi o passo seguinte para encontrar novas Receitas, com a concessão das águas e do saneamento à Cartágua;
- Durante todo este espaço de tempo o Investimento Municipal foi escasso e normalmente o seu pagamento foi retardado aos fornecedores;
- Com o QREN já em exercício, recorreu-se ao Saneamento Financeiro, com a utilização extraordinária de 13 milhões de Euros para pagar aos fornecedores e libertar alguns recursos financeiros para a execução de projectos co-financiados;
- Ao longo destes anos, nunca se concretizou nenhum plano de contenção das Despesas nem nunca se conseguiu maximizar a Receita;

Apesar dos sucessivos alertas, a maioria absoluta do Partido Socialista (PS) que governa a Câmara Municipal e que tem aprovado – também por maioria absoluta – a estratégia para a autarquia na Assembleia Municipal, foi sempre insensível e incapaz de reagir. Continuou a errar e conduziu o Município para o precipício.

Nesta Assembleia Municipal do Cartaxo só o PS errou ao conduzir o Município para esta situação. O projecto político que o PS tinha para o Município do Cartaxo faliu.

Hoje em dia, o Município do Cartaxo precisa de ser resgatado financeiramente.

As Despesas continuam a ser superiores à Receita e esta realidade está longe de ter uma solução. Já não é um problema momentâneo ou de circunstância. Trata-se de um problema estrutural.

A solução para o Município do Cartaxo já não passa pelo Saneamento Financeiro. Trata-se de recorrer ao auxílio da administração central e do sistema financeiro para negociar o seu Reequilíbrio Financeiro. Por isso, a Câmara Municipal do Cartaxo tem de ser resgatada!



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

João Mendes
PR

O "Relatório de Gestão - 2011" com as respectivas "Demonstrações Financeiras" e os "Parecer e Certificação Legal de Contas" comprovam tudo isto.

DESPESA...

a) Ao nível da **DESPESA**, destaca-se:

- i. Uma previsão de Despesa Global de 61,146 M€ com uma concretização de 18,465 M€, ou seja, cerca de 30,2% de execução orçamental. Em 2010, era de 35%;
- ii. Prevista uma Despesa Corrente de 27,078 M€ e concretizados 13,117 M€, correspondente a 48,4% de execução orçamental (quando em 2010 foi de 55,4%);
- iii. A confrangedora execução da Despesa de Capital, com 34,067 M€ previstos no Orçamento para 2011 e consumidos 5,347 M€ que correspondem a uma execução insignificante de 15,7% (foi de 18,2% em 2010);

RECEITA...

b) Ao nível da **RECEITA**, destaca-se:

- I. O facto da previsão da Receita Global de 61.146 M€ apenas ver concretizados 18,211 M€, ou seja, cerca de 30% (foi de 38,3% em 2010);
- II. A Receita Corrente contemplar uma previsão de 27,080 M€ dos quais 45,8% são concretizados (12,411 M€). Em 2010, a execução foi de 75%;
- III. A Receita de Capital corresponde ao pior indicador de execução orçamental, dado que estava prevista uma arrecadação de 34,066 M€ e apenas se obtiveram 3,497 M€, correspondentes a 10,3% da execução orçamental. Em 2010 foi de 11,8%;

Afinal, os empolamentos e as considerações tecidas na discussão dos Documentos Previsionais que tivemos em 2010 e que mantivemos em 2011 faziam sentido...



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA...

	2010	2011
ACTIVO	87.958.465,00	65.448,396,53
FUNDOS PRÓPRIOS	16.226.973,34	-9.159.426,49
PASSIVO	71.731.491,66	74.607.823,02

- a) A depreciação do Activo, de 2010 para 2011, é superior a 22 Milhões de Euros;
- b) *"O valor dos Fundos Próprios encontra-se integralmente perdido"* como consta da Ênfase nº 10 do Revisor Oficial de Contas;
- c) O Passivo passou a ser superior ao Activo;

OS RESULTADO OPERACIONAIS...

Os Resultados Operacionais do Município do Cartaxo são negativos há 5 anos. Desde 2007 com -1,9 Milhões de Euros que se tem vindo a comprovar a inacção e a incapacidade desta gestão socialista.

Em 2010 voltou a suceder o mesmo! Os Resultados Operacionais voltaram a ser negativos: 4,148 Milhões de Euros. Porém, através do recurso aos Proveitos e Custos Extraordinários, bem como a Resultados Extraordinários (que sempre foram estáveis de 2002 a 2006) a CMC foi mascarando e maquilhando alguns resultados financeiros.

Os Resultados Operacionais de 2011 são novamente negativos. O Executivo PS não consegue operacionalizar o Município. Ou seja, a operação do Município, não se paga a si própria...



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Jonas
fl

O RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO...

No documento pode-se constatar que o Resultado Líquido do Exercício é negativo. Corresponde ao montante de -5.394.117,25 Euros...

O AUMENTO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO EM 2010...

As dívidas de curto prazo em 2008 correspondiam a 6,4 Milhões de Euros.

Em 2009, estas dívidas passaram para 14,3 Milhões de Euros, o que significava um crescimento desta dívida em cerca de mais 8 Milhões de Euros.

Em 2010, a dívida de curto prazo atingiu os 18.836.185,50 Euros...

Em 2011, ela volta a aumentar para 23.049.808,00 Euros... Cresceu cerca de 4,5 Milhões de Euros!

Entre 2008 e 2011 a dívida de Curto Prazo aumentou mais de 16,5 Milhões de Euros.

Será do pagamento de obra realizada como era afirmado pelo Presidente Paulo Caldas?

ALGUNS INDICADORES DO EXERCÍCIO...

- O Serviço da Dívida Municipal custou em 2011 cerca de 1.759.256,19 Euros. Atendendo ao Orçamento que foi executado, este montante já se aproxima dos 10% do total das Despesas Municipais;
- Em 2011 e apesar das fortes expectativas criadas juntos dos agentes culturais e desportivos, a CMC não assegurou a assinatura e pagamento dos Protocolos para com todas as Colectividades do Concelho. Ainda há dívidas da CMC para cumprir estes Protocolos. Consideramos lamentável esta falta de lealdade do Município do Cartaxo para com todo o movimento associativo do Concelho;



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

- A CMC – através da ‘RUMO 2020 Empresa Municipal’ - está a criar um novo Quadro de Pessoal, quando sempre afirmou que tal não era necessário...

VOTAÇÃO:

Os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo votam contra o “Relatório de Gestão”, as respectivas “Demonstrações Financeiras” e o “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2011.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data : 30 de Abril de 2012

N.º de Páginas : 6

Assunto:

“Balanço e demonstração de resultados consolidados”

Este mesmo “voto contra” é assumido pelo conjunto destes eleitos para o ponto da Ordem de Trabalhos que se refere ao “Balanço e demonstração de resultados”.

Propomos que se faça um minuto de silêncio
por uma geração de jovens que terão de
assumir e cumprir, os encargos anuais de
forma insponsável, para os próximos 20 anos.

A Juventude do concelho de Cartaxo não foi
avida muito menos consultada no seu
órgão próprio, que por isso nem actua
no concelho de Cartaxo ~~em~~, refiro-me ao
Concelho Municipal de Juventude.

Por respeito e justiça intergeracional propomos
um ^{minuto} ~~de~~ de silêncio, carregado de responsabilidade
e respeito por uma geração que terá de resolver
os problemas do município, ~~podendo~~
Contribuição

O Membro de Assembleia Municipal
Parab. Lopez (PSD)



Resgate e Reequilíbrio Financeiros

Moção

[Handwritten signatures and initials]

Ao Lado dos Cidadãos, Não dos Bancos

Em 2008, era ainda a dívida de 27 Milhões de euros, o deputado municipal do Bloco de Esquerda, votou contra o saneamento financeiro de 13 Milhões de euros e apresentou como solução o Reequilíbrio Financeiro para a Autarquia do Cartaxo. Em apenas ⁴ ~~cinco~~ anos a dívida da autarquia disparou para o dobro, se contarmos e temos de contar a bem da verdade nas contas públicas, com a dívida da Empresa Municipal Rumo 2020. A dívida real é como temos dito de 57 Milhões de euros, ou alguém acredita que a dívida da Empresa Municipal será perdoada? A verdade é que ao não assumirmos que também temos esta dívida, em pouco tempo ficaremos novamente numa situação de incumprimento, dado que devido ao resgate e ao reequilíbrio, não haverá qualquer margem para depois pagar a dívida da RUMO 2020.

Nos últimos quatro anos ignoraram os alertas da oposição e nos últimos quatro anos a dívida disparou porque na sua trágica obstinação Paulo Caldas e Paulo Varanda ignoraram o que se passava nas contas do Cartaxo, de Portugal e do Mundo, continuando com um regabofe financeiro que nos obriga a estar hoje aqui a discutir uma proposta do Executivo e do Governo que apenas castigará os de sempre, os Cidadãos.

O que propõe então Paulo Varanda, a sua equipa e o governo? O que nos propõe afinal o nosso velho conhecido Bloco Central?

Afirmam que salvarão o Cartaxo através de um empréstimo de 45.167.910,00 euros, onde só em juros se pagarão 29 Milhões de euros, ou seja 65% da quantia negociada. Quem pagará esta agiotagem? Os cidadãos, os mesmos

que já estão a pagar a dívida nacional são aqueles que pagarão a dívida local. Salvar? O Bloco Central quer é salvar-se a si mesmo ou então a nível local e nacional lidamos com incompetentes que não perceberam que uma Nação são os seus Cidadãos e que quanto mais pobres estes estiverem, mais pobre estará o Cartaxo e Portugal.

Mas as contas não devem nunca ser pagas sem se analisar as suas alíneas e assim temos:

- Um empréstimo PAEL de 17.667.910,00 euros com um juro de 3,65%, ou seja irá pagar-se no total 25.200.000,00 euros. Este empréstimo é para pagar a fornecedores e apesar da imoralidade dos juros e da impunidade de quem criou a situação, **esta dívida deve ser paga.**
- Um empréstimo para Reequilíbrio Financeiro de 27.500.000,00 euros com uma taxa de juro de 6,25%, ou seja vamos pagar no total 48.900.000,00 euros. **Este empréstimo é para pagar os Acordos de Regularização de Dívida e outros empréstimos aos bancos. Esta é uma dívida ilegítima e não integrada em qualquer legislação autárquica e que por esse motivo deve seguir o seu curso, isto é não substituir empréstimos por empréstimos.**

Ilegítima porque os bancos sabiam que quando estavam a consentir ARD'S, estavam a apostar em produtos "Tóxicos" e de alto risco, ilegítima porque os bancos sabiam que estavam a renegociar empréstimos com uma Câmara falida. Ilegítima porque todos estes processos continham irregularidades, na altura por nós denunciadas aos próprios bancos e ao Banco de Portugal. Não podem dizer que não sabiam.

Não aceitamos que como no país, se salvem os bancos das suas operações de alto risco, das suas operações tóxicas, das suas jogadas financeiras imorais e não se salvem os Cidadãos e as Empresas do Cartaxo. Não há empréstimos sem garantias, pois então que penhorem a Câmara, o Parque de

Estacionamento ou terrenos comprados por delírios de Caldas e Varanda, entre outros.

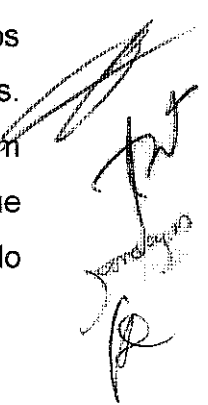
Não contem connosco para ajudar a penhorar mais ainda os cidadãos cumpridores, estaremos sempre ao lado dos Cidadãos e não dos Bancos. Negociaram o que não deviam? Então aguentem como todos os dias aguentam os cidadãos ou penhorem a Câmara como o fazem a milhares de cidadãos que deixam de poder cumprir as suas obrigações devido às incompetências do Bloco Central.

Esta não é a única razão para votarmos contra toda esta hecatombe que aqui vem a votação. Também nos sentimos envergonhados por não vir uma única proposta para cortar nas gorduras e naqueles que são de facto os responsáveis pelo Estado a que isto chegou. É imoral carregarem tudo nos Cidadãos e ficarem de fora, como se não fossem os políticos desta terra os principais responsáveis.

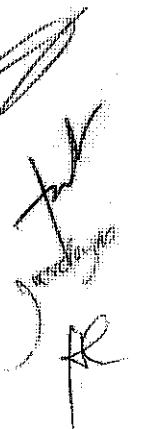
Assim, o Bloco de Esquerda propõe que esta Assembleia apenas aceite o empréstimo PAEL para pagar aos fornecedores e propõe que com o que se deixar de pagar aos bancos, se renegotie com a Cartágua para que a água não torne a aumentar no Cartaxo. Propomos também que neste caso exista de facto uma comissão cujo intuito seja acompanhar todos este processo Cartágua, no sentido de assim que a falta desta justifique denunciar esta concessão a privados de um bem sagrado.

Afrontar os bancos e a dívida ilegítima é o que propomos, ao mesmo tempo que por essa via iniciemos imediatamente um reequilíbrio financeiro interno sem pagar mais ainda a agiotas do que aquilo que já pagamos em Juros de ARD'S e Saneamento.

Propomos ainda em nome da ética, da Moral e da Responsabilidade Política que se façam imediatas poupanças em 15 pontos, porque a Austeridade deve chegar a todos e não apenas aos cidadãos:



1. Despesas de representação Presidente da Câmara – cerca de 500€/mês;
2. Suspensão imediata dos serviços de apoio aos gabinetes – cerca de 5.500€/mês;
3. Saída do vereador a meio tempo – 1373€/mês;
4. Suspensão imediata do pagamento a vereador a tempo inteiro reformado - 2610€/mês;
5. Suspensão imediata do pagamento de Senhas de presença e outros reembolsos a todos os membros da Assembleia a partir de 3/10/2012- 15.000€/ano;
6. Suspensão imediata do pagamento de Senhas de presença dos vereadores sem pelouros a partir de 3/10/2012– 12.000€/ano;
7. Suspensão imediata do pagamento de Horas extraordinárias e ajudas de custo a pessoal administrativo, dado que na maior parte dos casos estas horas são um mero complemento ao vencimento – 1000€ mês;
8. Colocar em Mobilidade o técnico contratado para a GEPCOM (Manuel Pina da Silva) dado que até 2033 não vão existir investimentos nem consequente recurso ao QREN, estando portanto o seu posto de trabalho e os motivos de contratação, desajustados da realidade actual, 28.000€/ano
9. Deliberar sobre o não pagamento de subsídio de reinserção a Paulo Caldas por ser o principal responsável pela situação a que as contas do Cartaxo chegaram – 35.000€
10. Deliberar pelo não pagamento ao ROC do estudo agora efectuado, dado a responsabilidade deste senhor no mascaramento da situação real das contas do município, completamente ao arrepio da Directriz de Revisão de Auditoria 873 da sua Ordem - 50.000€
11. Suspensão imediata de concursos de pessoal em curso, uma vez que no estudo se afirma a necessidade de redução em 15% de pessoal já para 2013 e 4% nos anos seguintes.
12. Rescisão de todos os contratos de adjudicação para fornecimento de acessoria técnica, Estudos e outros cujo interesse não seja compatível com a realidade financeira e operacional do município.

Handwritten signature and initials in the right margin, possibly reading 'R' and 'K'.

13. Supressão imediata de participação em Feiras, Certames, Ralys, e outros eventos. A austeridade não deve ser só para os Cidadãos.
14. Dissolução da Inoveregio,
15. Saída imediata da Caminhos do Campo e de outras participações nomeadamente da SRU.

Este é um novo caminho que propomos, um caminho difícil mas equitativo porque difícil para todos, não apenas para os Cidadãos.

Este é um novo caminho que propomos, um caminho em que os responsáveis não ficam impunes e em que também se vai ao bolso dos eleitos e do pessoal político que permitiu que aqui chegássemos.

Este é um caminho com os olhos postos na Ética, na Moral, na Justiça e na Cidadania este é, parece-nos o único caminho que dará frutos, ou já todos se esqueceram que se roubarem em excesso os cidadãos matam aquilo a que se habituaram a ver como a Galinha dos Ovos de Ouro, ou seja a carteira dos Cidadãos!